



Filipa Alexandra Pereira Bernardo

Recuperando uma Memória: A Guerra Civil de Espanha nos Meios de Comunicação

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, orientada pela
Doutora Isabel Nobre Vargues, apresentada ao Departamento de Filosofia,
Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra

Julho 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Recuperando uma Memória: a Guerra Civil de Espanha e os Meios de Comunicação

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Recuperando uma Memória: Guerra Civil de Espanha e os Meios de Comunicação
Autor/a	Filipa Alexandra Pereira Bernardo
Orientador/a	Isabel Nobre Vargues
Júri	Presidente: Doutor José Carlos Camponez Vogais: 1. Ana Teresa Peixinho 2. Isabel Nobre Vargues
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo
Área científica	Comunicação e Jornalismo
Data da defesa	19-9-2014
Classificação	12 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A fotografia presente na capa desta dissertação é da autoria de Robert Capa. É intitulada *Morte de um Miliciano* ou *O Soldado Caído* (WIKIPEDIA, 2013), e foi fotografada a 5 de setembro de 1936, no início da Guerra Civil de Espanha (1936-1939). A "moldura" da mesma, foi inserida por uma questão estética pelo(a) autor(a) da dissertação. No canto superior direito, da referida fotografia, estão devidamente indicados os direitos de autor .

BERNARDO, F. (2014). *Recuperando uma Memória: A Guerra Civil de Espanha nos Meios de Comunicação*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RESUMO

O presente estudo centra-se num acontecimento incontornável da História do Século XX: a Guerra Civil de Espanha (1936-1939). A Guerra Civil de Espanha não foi um acontecimento unicamente espanhol, foi um acontecimento europeu, introduzindo-se na consciência europeia, não apenas como um presságio de uma guerra de maiores proporções, mas como a inauguração de uma nova forma de fazer guerra bastante temida: o povo espanhol foi o primeiro a sofrer as consequências das guerras modernas, em que os civis se tornam alvos. A Guerra Civil de Espanha é considerada a última *Guerra Romântica*, tendo comovido o mundo e provocado enormes paixões: 40.000 voluntários, oriundos de 53 países distintos, integraram as chamadas Brigadas Internacionais, combatendo em Espanha contra o fascismo. É também frequentemente designada como a *Guerra dos Intelectuais*, tendo originado romances célebres, obras de arte, e fotografias icónicas. As publicações mais prestigiadas enviaram os seus melhores profissionais para cobrir a guerra, em Espanha estiveram várias centenas de jornalistas ou voluntários que em dado momento exerceram funções informativas. O fotojornalismo fez da Guerra Civil de Espanha a primeira guerra "fotogénica" da história, transmitindo imagens chocantes dos acontecimentos em Espanha. Foi também a primeira guerra mediática: marca a estreia do filme sonoro. A Guerra Civil de Espanha é referenciada como um campo de ensaio para a Segunda Guerra Mundial, e não apenas em termos bélicos, mas também a nível das estratégias de propaganda e de comunicação. Esta dissertação divide-se em três partes: na primeira elaboramos a fundamentação teórica da dissertação; na segunda fazemos uma breve contextualização histórica da Guerra Civil de Espanha, assim como abordamos a questão da memória da guerra; na terceira estudamos o Jornalismo na Guerra Civil de Espanha, com especial incidência no caso português, tanto a nível da imprensa como da rádio.

Palavras-chave: guerra civil de espanha; memória; correspondentes; propaganda; imprensa; rádio.

BERNARDO, F. (2014). Recovering a memory: The Spanish Civil War in Social Media. Dissertation of Master in Communication and Journalism. Faculty of Humanities. University of Coimbra.

ABSTRACT

The present study is about a very significant event in the 20th Century History: The Spanish Civil War (1936-1939). The Spanish Civil War was not only a Spanish matter, it was also, and above all, a European one. As such, in the European consciousness, it was inserted not only as a presage of a war with larger proportions, but also as the inauguration of a new and fearful kind of war. The Spanish people was in fact the first one to suffer the consequences of a modern war, in which the civilians are also potential targets. The Spanish Civil War is known for being the last *Romantic War*, the world was very moved by it, and it awakened really great passions: 40.000 volunteers, from 53 different nations, joined the International Brigades, and fought in Spain against fascism. The Spanish Civil War is also commonly referred as the *Intellectuals War*: it inspired great romances, works of art, and iconic photographs. The most prestigious publications sent their very best professionals to cover the war. Hundreds of journalists or volunteers that at one point practice some similar role were in Spain during the conflict. Photojournalism, had made The Spanish Civil War in the very first "photogenic" war of history, showing shocking images of the events in Spain. It was also the first media war, because it was the first one in which the sound film was used. The Spanish Civil War is often pointed as a testing field for the Second World War, in one hand due to military matters, in the other hand due to publicity and communication strategy. This dissertation is structured in three different parts: the theoretical foundation of the dissertation is drawn in the first one; a brief historical contextualization of The Spanish Civil War is presented in the second part, and it also regards the war memory issue; last but not least, the third and last part concerns the study of journalism and social media in general, in the context of The Spanish Civil War, with special emphases to the Portuguese case, in terms of printing press and radio ones.

keywords: spanish civil war; memory; war journalists; publicity; printing press; radio.

Índice

Introdução.....	1
I - Jornalismo	6
1. Jornalismo enquanto campo de pesquisa	6
2. Narrativa e Jornalismo	8
3. O jornalismo como profissão	11
3.1. O caso português: a formação	16
4. Os <i>media</i> e a produção da notícia	19
5. O <i>newsmaking</i> , e os critérios de noticiabilidade	22
6. O acontecimento jornalístico	28
7. Jornalismo e Memória	39
8. Jornalismo e História	45
II - A Guerra Civil de Espanha	47
1. O contexto histórico	47
2. A Guerra Civil de Espanha (1936-1939)	50
3. A memória da guerra	63
III- O Jornalismo na Guerra Civil de Espanha	68
1. Correspondentes na Guerra Civil de Espanha	68
2. Guerra Civil de Espanha: a imprensa e a propaganda em ambas as facções	69
3. O caso português	73
3.1. A Imprensa Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha	73
3.2. A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha	98
Conclusão	106
Bibliografia	113

Introdução

O presente estudo centra-se num acontecimento incontornável da História do Século XX: a Guerra Civil de Espanha (1936-1939). Corria o verão de 1936 quando eclodiu o conflito. No dia 17 de julho teve início um golpe militar contra a II República e a Constituição de 1931, a que posteriormente foram atribuídas as designações de *alzamiento* ou *movimento*. Este golpe foi desencadeado a partir do território espanhol em Marrocos e no dia 18 de julho a revolta estendeu-se à metrópole. O que foi realmente surpreendente foi a resistência, primeiro, porque no quadro mais abrangente da História Europeia nenhum outro governo tinha antes resistido a um golpe de estado levado a cabo pelo exército, e por outro lado, a resistência popular, apesar de o governo não ter distribuído armas e o povo estar, consequentemente, mal armado. É importante salientar que os rebeldes não planearam que o golpe militar desencadeasse uma guerra civil, pois não contavam com a resistência, sendo o seu objetivo o de concretizar um rápido *alzamiento*, criando depois um diretório militar tal como o que foi estabelecido em 1923.

Logo após o *alzamiento*, mais concretamente, no dia 19 de julho, o governo republicano procurou garantir o auxílio militar por parte das democracias ocidentais, no entanto, apesar de inicialmente a França ter oferecido a sua ajuda, posteriormente iria mostrar-se relutante, e por seu lado, a Grã-Bretanha afirmou a sua adversidade à causa. Dessa forma, e com receio que os eventos em Espanha desencadeassem uma nova guerra mundial para a qual não estavam preparadas ambas as nações iriam planejar, e assinar em agosto, em conjunto com as outras potências europeias, um Pacto de Não-Intervenção impedindo os signatários de fornecerem material de guerra a Espanha.

Tanto a Alemanha, como a Itália, assinaram o tratado de não intervenção. No entanto, o seu envolvimento na guerra começou logo, cerca de uma semana após o *movimento*, proporcionando o transporte aéreo de tropas das colónias para a metrópole e dessa forma fornecendo aos revoltosos o exército que precisavam para dar uma resposta rápida à resistência republicana que, de outra maneira, podia ter reagrupado as suas forças e posto fim à revolta. Acudiram a Espanha a Legião Condor e 70.000 soldados italianos. Foi realmente no âmbito do conflito que a aliança entre Hitler e Mussolini foi reforçada, visto que ambos os ditadores viram em Franco, e consequentemente numa Espanha fascista, um aliado para a consolidação dos seus próprios interesses. Não é por acaso que a Guerra Civil de Espanha é

frequentemente designada como um campo de ensaio para a Segunda Guerra Mundial, Espanha foi de facto o palco das experiências bélicas nazi-fascistas, servindo para Hitler e Mussolini testarem os seus exércitos. Para além disso, em termos económicos, a guerra foi lucrativa para ambos os países, visto terem garantido a matéria-prima - os minérios - indispensáveis à indústria militar e Franco abriu os portos no País Basco à armada nazi.

O Pacto de Não-Intervenção, na prática, prejudicou mais a facção republicana. O governo legítimo espanhol contou apenas com o apoio da URSS que se encarregou de fornecer armamento, pilotos, tanques, aviões e conselheiros militares, e alguma ajuda por parte do México.

Esta guerra, apesar de o conflito propriamente dito ter sido travado apenas em território espanhol, não foi um acontecimento unicamente espanhol, foi um acontecimento europeu. Na consciência europeia a Guerra Civil de Espanha introduziu-se não só apenas como um presságio de uma guerra com maiores proporções, mas como uma nova forma de fazer guerra extremamente temida, nas palavras de Martha Gellhorn (2006: 29) "O que era novo, e de certo modo profético, na guerra de Espanha referia-se à vida dos civis, que permaneceram em casa e, todavia, foram apanhados pela guerra", de facto "O povo da República de Espanha foi o primeiro a sofrer a crueldade das guerras modernas, em toda a sua amplitude". A Guerra Civil de Espanha "teve repercussões e envolvimento que extravasaram [sic] as fronteiras espanholas", sendo que a própria "historiografia especializada é unânime em encarar a questão não como uma guerra civil, mas como um complexo militar e diplomático, internacional, em Espanha" (SARDICA, 2007: 197).

Para além disso, a Guerra Civil de Espanha, despertou um enorme interesse além fronteiras, existia de facto a noção que o futuro da democracia se encontrava em jogo e era necessário travar os avanços nazi-fascistas, o que leva a que muitos cidadãos de múltiplas nacionalidades, oriundos de 53 países distintos, acorressem a Espanha juntando-se aos combatentes nacionais espanhóis. Foram cerca de 40.000 os voluntários que integraram as chamadas Brigadas Internacionais. É por isso que a Guerra Civil de Espanha é considerada a última *Guerra Romântica*, foi de facto um conflito que comoveu o mundo e provocou uma enorme paixão. George Orwell (2010: 74), que também, esteve presente na guerra, reconhece "Estou convencido de que parte do fascínio que a Guerra Civil de Espanha exerceu sobre as pessoas da minha idade se deveu à sua enorme semelhança com a Grande Guerra", visto que "Em certos momentos, Franco conseguiu reunir aviões suficientes para guindar a guerra até um nível moderno, e foram esses os pontos de viragem".

Num mundo emergente da Primeira Guerra Mundial, em que a consciência política se encontrava no seu auge, o eclodir de uma nova guerra e com as particularidades da Guerra Civil de Espanha, todas as atenções se viraram inevitavelmente para Espanha. Dessa forma, devido ao interesse suscitado pela guerra, os jornais enviaram os seus correspondentes para o país, estando já montada previamente uma rede de comunicação a nível mundial - uma herança da Primeira Grande Guerra - a qual permitiu que fossem divulgadas as informações para todos os cantos do globo. A Espanha chegaram várias centenas de correspondentes, mas também escritores, fotógrafos e intelectuais que foram movidos pela luta contra o fascismo, o que incrementou a visibilidade a nível mundial da guerra. O papel desempenhado pela imprensa na internacionalização do conflito é de facto incontornável. Por seu lado, o fotojornalismo, recém surgido, fez da Guerra Civil de Espanha a primeira guerra "fotogénica" da história, transmitindo imagens chocantes dos acontecimentos em Espanha, impressionando aqueles que seguiam o conflito desde o exterior.

A Guerra Civil Espanhola é também frequentemente considerada como a primeira guerra mediática, não só, pela enorme afluência de correspondentes a Espanha e do destaque dado pela imprensa internacional à guerra, mas porque esta guerra ficou marcada pela estreia do filme sonoro. Foi exatamente no âmbito deste conflito bélico que se testou pela primeira vez o impacto de um novo meio de comunicação num evento deste género - a rádio. Em Espanha desenvolveram-se também novas estratégias de propaganda, que seriam depois utilizadas no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Logo à partida, o objetivo desta investigação relaciona-se com a cobertura jornalística da Guerra Civil de Espanha, e mais particularmente, debruçamo-nos sobre o caso específico da intervenção portuguesa. Dessa forma, fica então estabelecida a relevância do estudo no âmbito das Ciências da Comunicação.

A metodologia deste trabalho assenta em duas etapas: a primeira de pesquisa bibliográfica no âmbito da teoria do jornalismo, do próprio conflito e do tratamento da memória, e do papel desempenhado pelos jornalistas presentes no mesmo, o que abrange uma série de obras de diferentes autores, publicações periódicas e artigos em formato digital; a segunda são as fontes propriamente ditas, os testemunhos dos jornalistas presentes no conflito que chegaram a nós tanto através dos jornais para os quais escreveram, alguns disponíveis em arquivos online, como em livros, da autoria dos próprios ou de terceiros. O *corpus* é então composto na sua totalidade por documentos escritos.

Esta é então uma dissertação "de compilação", na qual "o estudante demonstra simplesmente ter examinado criticamente a maior parte da "literatura" existente (ou seja, os

trabalhos publicados sobre o assunto) e ter sido capaz de expô-la de modo claro", sendo o seu objetivo "relacionar os vários pontos de vista", de modo a dar "assim uma inteligente panorâmica, provavelmente útil do ponto de vista informativo mesmo para um especialista do ramo, que, sobre aquele problema particular, jamais tenha efetuado [sic] estudos aprofundados" (ECO, 2010: 29).

O primeiro capítulo, para além de ser a fundação teórica desta dissertação, teve igualmente em conta as considerações de Umberto Eco que sugere a elaboração de uma dissertação que posteriormente "lhes sirva depois da licenciatura", ajudando dessa forma "na sua profissão", querendo com isto dizer que a sua realização implicou a organização de ideias e conhecimentos adquiridos durante a realização do Mestrado em Comunicação e Jornalismo, relativamente à essência da própria profissão, ensinamentos esses que são de facto fundacionais na formação de um jornalista. É por isso, que numa primeira instância, procurámos responder à primeira pergunta que se impõe considerando o teor e o contexto no qual se insere este trabalho - o que é o Jornalismo? Essa questão levantou inevitavelmente outras. São essas mesmas questões que procuramos dar resposta na primeira parte da dissertação.

Primeiramente, consideramos o Jornalismo enquanto campo de pesquisa com o propósito de compreender a área de estudos em si mesma. Passamos então para um tema central no âmbito do Jornalismo (e não só): a Narrativa. De seguida, explora-se o Jornalismo como profissão, com a particular incidência no caso particular de Portugal. O produto final do Jornalismo é a notícia, e por isso, é importante compreender a evolução a nível teórico de como esse processo se desencadeia, assim como os estudos que foram elaborados na área, para além de outras contendas que se prendem com a mesma, sendo essa reflexão dividida em duas partes: *Os media e a produção da notícia* e *O newsmaking, e os critérios de noticiabilidade*. Exploramos também o conceito de acontecimento jornalístico, distinguindo-o assim dos outros acontecimentos, dessa forma também encaramos algumas considerações teóricas importantes como a distinção entre facto e acontecimento. Outro tópico abordado neste primeiro capítulo diz respeito à memória, estabelecendo a sua ligação com o jornalismo, e vice-versa. Por fim, analisamos a relação existente entre o Jornalismo e a História, as suas divergências e convergências.

Esta investigação divide-se então em três partes, estando apresentada a primeira, passemos então para a segunda. A segunda parte aborda, inevitavelmente, a Guerra Civil de Espanha. Primeiro, elaboramos o contexto histórico a nível internacional, de modo a concebermos o quadro - a Guerra Civil de Espanha - no seu todo, visto que Espanha se insere

num universo maior - o continente Europeu. Em segundo lugar, falamos da guerra em si procurando as causas que levaram ao conflito, visto ser necessária uma reflexão sobre o passado para compreender os eventos que culminaram numa guerra civil. Por último, analisamos a questão da memória da guerra.

Na terceira e última parte da dissertação, estudamos *O Jornalismo na Guerra Civil de Espanha*, como tal esse estudo incide em três frentes: os correspondentes; a imprensa e a propaganda em ambas as facções; e o caso português, tanto a nível da imprensa como da rádio. O que torna a Guerra Civil de Espanha um acontecimento jornalístico? Como funcionou na prática a cobertura da guerra? Como encararam ambas as facções a imprensa? Que mecanismos de propaganda foram utilizados no decorrer da guerra e com que fim? Qual foi o papel dos jornalistas portugueses na Guerra Civil de Espanha? De que forma a Guerra Civil de Espanha era relevante para Portugal? Como foi realizada a cobertura da guerra por parte dos correspondentes portugueses? Que jornais portugueses estiveram na guerra? A entrada dos jornalistas em Espanha era livre? De que forma a censura afetou a cobertura da guerra? Como encararam os jornalistas portugueses a sua imparcialidade? E a rádio portuguesa, que papel desempenhou? Qual as estações que estiveram envolvidas na cobertura do conflito? De que forma se posicionaram ideologicamente? A cobertura da rádio foi parcial ou imparcial? Estas são algumas das questões que nos propomos responder neste capítulo da dissertação.

I- Jornalismo

Principiemos pela questão mais flagrante, cuja resposta é tão complexa, visto que trata de um conceito que talvez seja mesmo indefinível: O que é o jornalismo? Nelson Traquina (2007: 9) diz que de uma forma algo poética "o jornalismo é a vida", "em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia".

O ser humano tem uma necessidade de se manter informado desde os tempos mais remotos da história da humanidade, antes mesmo da existência do jornal. Cícero, na Antiguidade Clássica, quando se ausentava de Roma, recebia cartas de um amigo com as "notícias". Na Idade Média verifica-se o aparecimento da chamada "folha volante", escrita para o czar russo, na qual se reuniam uma série de casos curiosos. O jornalismo de hoje, o jornalismo de informação, tem, no entanto, as raízes no século XIX, intrinsecamente ligado ao progresso a nível da imprensa - o primeiro meio de comunicação de massa - e a par com o advento de um novo grupo social - o dos jornalistas.

O jornalismo é nada mais, nada menos, que "uma construção narrativa apoiada na linguagem, na palavra, (...) submetida a determinada técnica e sujeita a determinadas regras e gramática" (LOPES, 2010: 1), sendo que o jornalismo é um ramo de um campo bem mais vasto, o (das Ciências) da Comunicação.

Qual o papel do jornalismo na sociedade? O produto do jornalismo é a notícia, assim sendo, outras questões começam a surgir: O que é a notícia?

1. Jornalismo enquanto campo de pesquisa

Ao falar-se na noção da existência de um "campo jornalístico", em vez de apenas jornalismo, segue-se a linha de Pierre Bordieu que considera que o campo é um "espaço social estruturado, um campo de forças" (*apud* TRAQUINA, 2007: 15). Por essa razão, implica que existam vários intervenientes, "agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação", com um objetivo em comum - a produção noticiosa - e por outro lado "um grupo especializado, isto é, profissionais do campo que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados".

Com a expansão da imprensa no século XIX, e com o aparecimento de novos meios de comunicação social no século XX, tornou-se ainda mais urgente o desenvolvimento de estudos relativos ao campo jornalístico.

Esta vasta área de investigação vai receber o nome de *communication research*. A complexidade da *communication research* advém do próprio objeto de estudo, visto que os *mass media* são, ao mesmo tempo, "um importante setor [sic] industrial, um universo simbólico objeto [sic] de um consumo maciço" e atualmente são "um investimento tecnológico em contínua expansão", fazem parte de "uma experiência individual quotidiana", podem ser "um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural, e agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc.". Por esse motivo, a sua análise tem que ser tão abrangente "atravessando perspectivas [sic] e disciplinas, multiplicando hipóteses e abordagens". (WOLF, 2009: 13).

Os autores, Beatriz Becker, Fernando Resende e Tattiana Texeira (2010: 3), realçam essa constatação, consideram que a investigação a nível do Jornalismo se tem desenvolvido devido aos "diálogos com as disciplinas que chegam ao objeto [sic] por meio de uma abordagem multidisciplinar", assim como à edificação de uma teoria e metodologia própria que confere ao Jornalismo "identidade e densidade como campo científico". Christa Berger (2010: 18) defende a mesma visão, afirmando que ao se aplicar a reflexão hermenêutica no contexto do jornalismo se denota a importância de "considerar os estudos em jornalismo como uma prática social em diálogo com a sociedade, com o fazer jornalístico e com as disciplinas que formam a constelação das Ciências Sociais e Humanas".

É por este motivo que os estudos no âmbito da pesquisa em comunicação são tão díspares e apresentam conclusões e metodologia tão distintas e discordantes.

Nos nossos dias é de considerar outra nova problemática, não sendo possível estudar o jornalismo, "sem correlacionar esta prática com a cultura envolvente e as suas transformações por efeito das novas tecnologias da informação e da comunicação" (SODRÉ, 2010: 7-15). A velocidade a que a informação circula na rede não se enquadra com a temporalidade dos estudos desenvolvidos anteriormente, visto que este fenómeno se verifica em "tempo real". No entanto, como refere Nelson Traquina (2007: 73), embora seja um facto a existência de novas tecnologias e de um novo *medium* -a internet -, "as previsões mais catastróficas sobre o futuro do jornalismo parecem prematuras e talvez erradas - a chegada dos *cibermedia* bem pode reforçar o papel dos jornalistas nas sociedades contemporâneas".

2. Narrativa e Jornalismo

A delimitação de fronteiras epistemológicas entre as várias áreas de conhecimento, especialmente no campo das ciências sociais, ganhou especial impulso durante o século XIX e XX, no entanto, como refere André Mazini (2012: 374) "há elementos em comum que perpassam a reflexão acadêmica [sic]", sendo que "um desses elementos é a narrativa".

Fernando Resende (2005: 86) aponta que os estudos dos *media* "somente nos últimos 10 ou 15 anos" é que procuraram "recuperar o processo de comunicação na [sic] sua dimensão complexa - a que diz respeito a [sic] tríade produção / circulação / recepção [sic]", através do contributo de várias disciplinas edificaram-se "olhares interdisciplinares (...) fundamentais para uma compreensão mais abrangente da sociedade da informação e/ou da comunicação". Como se insere o estudo da narrativa no contexto jornalístico?

À partida, como afirma Adriano Rodrigues (*apud* RESENDE, 2005: 87) a particularidade dos meios de comunicação assenta "no fato de que a discursividade, a narratividade e a tecnologia sejam elementos nodais na sua própria constituição". Sendo que, a narratividade tem sido o aspeto mais negligenciado. Porquê? Durante muito tempo o estudo da narrativa era circunscrito apenas ao âmbito da literatura, considerando-se que a narrativa era apenas um fenómeno do discurso literário. Os estudos que foram apresentados no marcante número 8 da revista *Communications*, datado de 1966, assinados por autores como Roland Barthes, Claude Bremond, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, entre outros, marcam uma fase de transição em que a narratologia se constitui enquanto disciplina, o que impulsiona o aparecimento dos primeiros manuais dedicados ao assunto, à sistematização do campo, assim como dos temas teóricos inerentes à nova linha de estudo. Os estudos narrativos começam a assumir-se como área interdisciplinar e transdisciplinar, estabelecendo pontes com outras áreas do saber, conferindo-lhe um sentido mais amplo e completo.

A autora Gaye Tuchman (1999: 258) afirma que "Os relatos de acontecimentos noticiosos são "estórias" - nem mais nem menos.". O que significa isto? Que as notícias "são narrativas culturalmente construídas" (BIRD e DARDENNE, 1999: 263). Sendo assim, e tendo em conta que a atividade jornalística se centra na construção de narrativas, os estudos narrativos são centrais para a compreensão do jornalismo e do seu produto. O que é então a narrativa?

Pode-se afirmar que a evolução da narrativa se desenvolveu a par com a própria história da humanidade. Porquê? Marconi Oliveira da Silva (2007: 50) explica que "A

possibilidade da narrativa veio pela linguagem pela qual é possível registrar os pensamentos, relembrar fatos passados e estabelecer a comunicação entre os indivíduos", se por um lado "a linguagem, de modo geral, é a argamassa da sociedade e das relações jurídicas e sociais entre os cidadãos", por outro, "a linguagem narrativa vai construindo o arcabouço moral, psicológico, ideológico e social de uma determinada comunidade". Com isto o autor conclui que "Uma sociedade não sobrevive se não possui a [sic] sua própria narrativa ou não se reconhece nas narrativas que a ela aludem". Neste ponto, estamos a falar da questão da importância da memória nas sociedades, sendo que o homem manifestou desde cedo a necessidade de relatar os acontecimentos do passado de forma a preservar a memória dos mesmos.

Resumindo, nas incontornáveis palavras do icónico artigo da revista *Communications* de Roland Barthes¹:

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em parte alguma um povo sem narrativa. (1966: 1)

O autor (1966:1) dá conta do carácter inato da narrativa, a narrativa é então "internacional, transhistórica, transcultural, a narrativa está lá, como a vida".

Para Paul Ricoeur (*apud* BARBOSA, 2007: 5) a narrativa é uma metáfora para "definir uma espécie de lugar no mundo". A narrativa não faz apenas parte do campo linguístico, é algo intrínseco à humanidade, considerando que mesmo a nossa própria visão do mundo é uma narrativa, assim como, são narrativas as interpretações que fazemos a partir de outras narrativas. É também "através da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as diversas perspectivas [sic] existentes sobre o tempo".

Estudos mais recentes, como o de Moniks Fludernick, desenvolvido na década de 90 do século XX, vão um pouco mais longe, defendendo a ideia da *narratologia natural*, isto é, que a narratologia reflete fatores cognitivos inerentes ao ser humano, responsáveis pela forma como narramos as histórias e acontecimentos que estão subjacentes à nossa própria vida. Desta forma, esta teoria distancia-se da concepção da narrativa ligada sempre a um enredo e aos tempos. A autora denuncia a existência de uma relação simbiótica entre o ser humano e a narrativa, visto que esta se encontra sempre ligada à experiência da vida humana. A maneira como contamos histórias é um reflexo das nossas capacidades cognitivas, assim como, das

¹ Tradução do original em Língua Francesa

nossas experiências. A narrativa acaba por transportar em si um eco da realidade vivida pelo seu narrador.

Voltemos à questão inicial, o que se entende como narrativa? De acordo com Todorov (*apud* SILVA, 2007: 50) "a narrativa é um texto referencial com temporalidade representada". Gérard Genette (*apud* SILVA, 2007: 50), por seu lado, diz que "A narrativa é uma representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem, e mais particularmente da linguagem escrita". Dubois define narrativa como "um discurso que se refere a uma temporalidade passada com relação ao momento da enunciação" (*apud* SILVA, 2007: 51).

A narrativa não é um texto exclusivamente escrito, nem necessariamente um texto verbal, é pois importante salientar o facto de "a narrativa poder concretizar-se em suportes expressivos diversos, do verbal, ao icónico, passando por modalidades mistas verbo-icónicas (banda desenhada, cinema, narrativa literária, etc.)" (REIS e LOPES, 2007: 271). Por outro lado, "a narrativa não se efetiva [sic] apenas no plano estético próprio dos textos narrativos literários", quer isto dizer que "a narrativa desencadeia-se com frequência e encontra-se em diversas situações funcionais e contextos comunicacionais (narrativa de imprensa, historiografia, relatórios, anedotas, etc.)".

Existem, claro está, dois tipos de narrativas, as narrativas ficcionais e as narrativas factuais, sendo que a narrativa jornalística faz parte do segundo grupo. A narrativa jornalística tem o real como referência, mas apesar disso, é importante não esquecer que apesar de ser uma narrativa factual, não espelha a realidade, é uma construção discursiva que faz a mediação para o sujeito. A grande diferença entre a narrativa jornalística e a literária, que se insere por sua vez no campo da ficção, passa pela ficcionalidade, sendo que essa condição não tem qualquer impacto a nível linguístico, trata-se de um protocolo comunicacional de quem produz e de quem vai ler a narrativa, por outras palavras, no jornalismo existe um pacto de verdade e honestidade para com os leitores.

Como refere Carla Baptista (2003: 105) "O outro, em jornalismo, são múltiplos outros". O que quer isto dizer? "Existe o outro leitor, que é a razão de ser do texto jornalístico." O jornalista difere-se então do escritor neste aspeto, visto que, "Enquanto um escritor não deixa de o ser mesmo que o seu texto nunca seja lido por outros, o jornalista precisa dos leitores para legitimar a sua existência profissional". Porque é que se lê um jornalista? "Um jornalista lê-se pela necessidade de estar ligado ao mundo e à atualidade, por curiosidade, por dever, por fastio, hábito ou ociosidade".

Relativamente às narrativas jornalísticas, Fernando Resende (2005: 92) vai denunciar a especificidade das mesmas, como já aqui foi dito, os relatos jornalísticos têm o real e a verdade como referentes, assim como têm igualmente "a imparcialidade e a objetividade como operadores", dessa forma o jornalista fica com "escassos recursos com os quais narrar os fatos do quotidiano [sic]". O jornalista, ao contrário do autor de um romance, "não escolhe como narrar", encontra-se condicionado por uma série de normas "que regulam e delimitam o seu campo de atuação", sejam estas "as técnicas que impõem o uso do lead" ou "as questões mais subjetivas que o obrigam a restringir-se [sic] à "verdade" e aos dados factuais". Existem inclusive manuais de redação que "ditam as regras sobre as quais se deve fundar a narrativa jornalística".

3. O jornalismo como profissão

Numa primeira instância, há que salientar ambiguidade do jornalismo enquanto profissão e a dificuldade em definir a mesma, visto que esta engloba "uma multiplicidade de funções, meios e formas discursivas distintas" (PEREIRA, 2004: 2). Podemos assinalar quatro características do jornalismo que demonstram essa ambiguidade: "a dificuldade que uma certa sociologia das profissões teve em reconhecer o carácter profissional do jornalismo, à luz de uma definição restrita de profissão"; "as condições históricas de constituição de uma autonomia "inacabada" do jornalismo"; "os fatores políticos, culturais, económicos e pragmáticos relacionados com a organização e exercício da profissão"; "a natureza ambígua da própria deontologia e da sua centralidade no jornalismo" (CAMPONEZ, 2011: 29).

Embora a imprensa, e posteriormente, todos os meios de comunicação, tenham um papel decisivo na teoria democrática e o poder do jornalismo seja reconhecido, sendo inclusive considerado o "Quarto Poder", o jornalismo enquanto atividade, não é de todo valorizada. Michael Schudson (*apud* TRAQUINA, 2007: 59), num artigo de 1983, escreve "O jornalismo não é uma das profissões consideradas... O jornalismo está mais estabelecido agora, mas ainda não está entre as profissões respeitadas".

Apesar de a maioria dos historiadores considerarem que o jornalismo surgiu no século XVII com o aparecimento das gazetas, o jornalismo é uma invenção do século XIX. Como realça Jean Chalaby (2003: 29-30) é neste período que surge "um *campo* especializado e autónomo de *produção discursiva*, o campo jornalístico", o qual vai permitir que o

jornalismo se assumia enquanto profissão e, também, o desenvolvimento do discurso jornalístico.

No início do século XIX, na Grã-Bretanha, o jornalismo tinha um baixo estatuto, ao contrário do caso francês, não existia uma relação entre política e jornalismo, e muitos jornais assumiam uma atitude antiaristocrática. Em França, e na Europa em geral, o jornalismo era uma "profissão intelectual, já que requeria alguma cultura literária" (TRAQUINA, 2007: 61), no entanto, como refere O'Boyle (*apud* TRAQUINA, 2007:61) "o jornalismo era sobretudo visto como um primeiro passo para outras carreiras e não como uma profissão de direito próprio". De acordo com Jacinto Godinho (2009: 80) os próprios jornalistas não tinham uma consciência definida da atividade que desempenhavam, foram exatamente as críticas que receberam, nomeadamente os ataques de Balzac, que levaram à reflexão sobre a sua profissão e ao desenvolvimento do texto *Métier de journaliste* como uma forma de contra-ataque.

No entanto, pode-se distinguir a natureza distinta dos jornais anglo-americanos em relação aos franceses: "A informação era mais abundante nos jornais americanos e britânicos, com mais notícias e páginas do que os diários franceses"; "A informação era mais atualizada [sic] e mais frequente", sobretudo porque os jornais anglo-americanos tinham "melhores serviços de recolha de informação do que os seus parceiros franceses", existiam duas formas de recolha de informação "através dos seus próprios repórteres e de correspondentes especiais ou permanentes, e através das agências de notícias"; "A informação era mais exata [sic] (mais completa, mais objetiva [sic], e mais neutral) nos diários americanos e britânicos", no caso francês os jornalistas "tinham o hábito de interpretar e reescrever a informação de acordo com a doutrina política defendida pelo jornal"; "A informação era mais internacional nos jornais anglo-americanos, dado possuírem mais recursos que os diários franceses para manterem correspondentes em zonas remotas, quando necessário", "nenhum jornal francês teve correspondente de guerra até 1870 e muitos não tiveram nenhum até à Primeira Grande Guerra"; "A informação era mais factual nos jornais anglo-americanos", visto que "os correspondentes franceses e os repórteres tinham o hábito de comentar a informação que publicavam e misturavam factos com opiniões pessoais"; "A informação era mais credível nos jornais anglo-americanos", em França "até à Segunda Grande Guerra, a imprensa sofreu de corrupção endémica"; relativamente "à quantidade da informação, os diários anglo-americanos dedicavam mais espaço às notícias e à informação porque tinham mais páginas do que os seus pares franceses" (CHALABY, 2003: 31-33).

Um facto é que o debate relativamente ao jornalismo ser apenas uma ocupação, ou ser uma profissão, "transformou o que parecia ser uma dificuldade de definição numa

característica estruturante" (CAMPONEZ, 2011: 35), de acordo com Ruellan (*apud* CAMPONEZ, 2011:35) os próprios jornalistas ao compactuarem com a abertura inerente à atividade profissional é que proporcionaram as condições para tal, e, dessa forma, isso irá refletir-se na sua própria identidade profissional. Como? Por definição, o jornalismo é nem mais, nem menos, que "uma profissão de "criadores, não obstante a sua condição de assalariados", e "uma atividade necessariamente livre, realizada em nome do interesse coletivo"".

O progresso decisivo para a alteração da visão relativamente ao jornalismo, adveio do desenvolvimento de um género jornalístico em particular, a reportagem, e mais especificamente da grande reportagem. De acordo com Jacinto Godinho (2009: 81) "Será na América do Norte que tanto o termo *repórter* como o termo *reportagem* se institucionalizarão definitivamente e se banalizarão também", surgem "e crescem como funções e técnicas jornalísticas enquanto, ao mesmo tempo, surge a Reportagem, figura conceptual, preta de questionamentos, a partir dos ensaios de Gouncourt e Mallarmé". Stephens (*apud* CHALABY, 2003: 34) constata que "Na América, a reportagem desenvolveu-se rapidamente a partir de 1820".

De facto, até a nível de estatuto, os repórteres americanos parecem ter sido privilegiados em relação aos franceses, sobretudo devido ao "facto de muitos proprietários e editores dos mais prestigiados jornais, (...) terem sido repórteres em determinada altura da sua carreira" (CHALABY, 2003: 34). O primeiro repórter a ganhar notoriedade foi o britânico Henry Stanley, com a sua investigação de 1871, relativa ao "paradeiro do Dr. Livingstone", a qual foi financiada pelo *New York Herald* e pelo *Daily Telegraph*. Em França só há registo de um caso semelhante, meio século depois, com Albert London.

Os diários parisienses, só em 1870, é que começaram a contratar repórteres a tempo inteiro, tendo estes sido durante muito tempo "a classe mais baixa do campo jornalístico". A influência americana na imprensa francesa foi bastante criticada. Em França, só em finais da década de 1880, é que a grande reportagem surge no meio jornalístico. De acordo com Bernard Voyenne (*apud* TRAQUINA, 2007: 62) foi apenas na viragem do século que "a conotação da palavra "repórter" mudou completamente", "vai tornar-se "como por uma metamorfose à vista desarmada, uma das mais prestigiadas e invejadas"". São os correspondentes de guerra que vão ser os repórteres mais prestigiados, sendo "a guerra russo-japonesa, em 1904-1905, que marca a consagração do seu papel".

Voltando à questão da profissionalização do jornalismo, uma estratégia de promoção da mesma foi a criação de formas de organização, clubes, associações, sindicatos, realização

de encontros, etc. Igualmente importante para a profissionalização foi a evolução verificada a nível da formação dos jornalistas, tendo este fenómeno começado nos EUA e em França, foi-se estendendo a nível internacional, tendo evoluído exponencialmente no século XX. Outro aspeto a ter em consideração são as questões deontológicas, que tiveram início em fins do século XIX, principalmente com o aparecimento dos primeiros manuais e a instituição de algumas regras, mas como assinala Nelson Traquina (2007: 71) "No entanto, o primeiro código deontológico escrito data de 1900 e é sueco, mas seria apenas adotado [sic] em 1920.", outro caso data de 1918, ano em que "o Sindicato Nacional de Jornalistas francês aprova o primeiro código deontológico", enquanto "A nível internacional, a Federação Internacional de Jornalistas adota [sic] um código de honra profissional em 1939".

Max Weber nas conferências que proferiu em Munique em 7 de novembro de 1917 e em 28 de janeiro de 1919, que mais tarde seriam publicadas sobre o título *A Política como Profissão*, para além da política, aborda questões desde o exercício da atividade jornalística, à imagem que a sociedade tem da profissão, que reflete bem, a ideologia dominante na época em questão sobre o jornalismo. Para começar o autor refere que o jornalista não tem uma classificação social definida, o jornalista:

Pertence a uma espécie de casta de párias, que na "sociedade", é sempre cotada socialmente em função dos seus representantes que estejam a um nível ético mais baixo. As mais estranhas ideias acerca dos jornalistas e do seu trabalho são, por isso, habituais. Nem toda a gente se apercebe de que uma obra jornalística realmente boa exige pelo menos tanto "espírito" como qualquer trabalho erudito, sobretudo por ter de ser produzida imediatamente, por ordem, e ter de surtir efeito também imediatamente - sendo criada, é claro, em condições completamente diferentes. (2000: 47-48)

Na opinião de Weber são os piores exemplos de jornalismo que a sociedade tende em conservar na memória, não dando o devido crédito ao trabalho jornalístico e à responsabilidade que implica, nem aos bons profissionais. Salienta ainda o caso específico da guerra para demonstrar o valor dos jornalistas. Como tal, alerta ainda que:

As tentações, incomparavelmente mais graves, que acompanham essa profissão, e as demais condições em que se exerce a atividade [sic] jornalística na atualidade [sic] acarretam determinadas consequências, que habituaram o público a encarar a imprensa com um misto de desprezo e... de lamentável cobardia. (2000: 48)

O início da profissionalização jornalística e a emergência de uma autoridade profissional, como foi demonstrado, são fenómenos distintos. Schudson (*apud* TRAQUINA, 2007: 71-72) vai estudar o tratamento jornalístico na mensagem do Presidente dos Estados Unidos, *Estado da Nação*, concluindo que os relatos da dita mensagem "evoluíram desde o registo estenográfico à cronologia do acontecimento, até à utilização da "pirâmide invertida"". A mesma pirâmide invertida, que se tornou o formato por excelência da organização da informação por parte dos jornalistas em 1900, assinala uma fase de transição, visto que "os jornalistas já não eram os repórteres que faziam o relato estritamente cronológico da reabertura dos processos congressionais", "os jornalistas tomaram progressivamente como sua prerrogativa afirmar algo sobre o mais vasto sentido político da mensagem". A questão do *lead* e a adoção do modelo, denota "a crescente afirmação de uma autoridade profissional", apesar de já existirem outros exemplos de afirmação de saberes específicos da profissão, como "a estenografia", "a invenção de novos géneros, como a entrevista e a reportagem" e a "elaboração de uma linguagem específica".

Carla Baptista (2003: 104) esclarece que estes conhecimentos, "que constituem a competência profissional específica do jornalista" receberam o nome de ""vocabulário de precedentes"" pelos autores Ericson, Baranek e Chan. Os autores (*apud* TRAQUINA, 2007: 151) consideram que o "vocabulário de precedentes é constituído pelo saber de reconhecimento, pelo saber de procedimento, e pelo saber de narração". No entanto, Carla Baptista diz que "existem, desde sempre, palavras muito mais populares para os descrever: o *faro* para a notícia, a incómoda insistência que leva o jornalista a averiguar e a verificar os factos e, por fim, a resumi-los numa linguagem simples, curta e objetiva" (BAPTISTA, 2003: 104). A autora, considera ainda que:

a melhor prova de que os jornalistas se constituem enquanto comunidade interpretativa - existe uma cultura, uma linguagem e uma identidade jornalística que convergem para a adoção [sic] de um determinado filtro ou maneira de ver e contar a realidade - é verificar a semelhança das estórias que diariamente povoam os jornais. (BAPTISTA, 2003: 104)

No processo de solidificação do jornalismo enquanto profissão, têm igualmente que se considerar outros fatores de ordem sociológica:

o aumento do número de jornais e jornalistas; o acesso crescente das classes médias à profissão (...); a crescente separação entre a figura do jornalista e do editor do jornal (...); a emergência do papel do chefe de redação e do secretário de redação (...). (CAMPONEZ, 2011: 40)

Nos nossos dias enfrentam-se novos desafios lançados por novos fatores, tal como o aparecimento das novas tecnologias, Martínez Albertos (*apud* CAMPONEZ, 2011: 41) alerta que "o jornalismo tende a desprofissionalizar-se, e a diluir-se em outras atividades comunicativas, a tal ponto que, tal como hoje o conhecemos, deixará de existir no ano 2020".

3.1. O caso português: a formação

A partir do século XIX "as associações de jornalistas inscrevem nos seus objetivos estatutários as questões relacionadas com a formação intelectual" (CAMPONEZ, 2011: 279). De facto, em 1880, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses mostra intenções de "criar uma biblioteca e promover preleções [sic], conferências, ou "cursos de ensino de qualquer ramo de conhecimentos"". Da mesma forma, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto "pretende "empenhar-se em elevar o nível intelectual e moral da imprensa"".

Rosa Maria Sobreira (2003: 69) reconhece que antes de 1941, "as referências a iniciativas relacionadas com a formação dos jornalistas em Portugal são muito escassas". Sabe-se, através do jornalista Rafael Ferreira, que existiam "escolas" da Associação de Escritores e Jornalistas de Lisboa, no entanto, é desconhecido se as mesmas forneciam formação na área. Em 1926, o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, mostra interesse em criar uma escola de jornalismo, mas o projeto foi rejeitado, devido à contestação, nomeadamente de Bento Carqueja, diretor do jornal *Comércio do Porto*, que considera que ""assim como não há escolas de poesia, também não pode haver de formação de jornalistas"" (CAMPONEZ, 2011: 279-280).

Na década de 1930, João Paulo Freire, o diretor do *Diário da Noite*, publicou o livro *Escolas de Jornalismo*. A sua sugestão era essencialmente que os interessados em enveredar pela profissão frequentassem o liceu e depois tivessem "um ano de preparação jornalística"; apenas "Os que tivessem "aspirações de mando e de destaque" frequentariam o Curso Superior de Jornalismo, que deveria ser agregado ao Curso Superior de Letras, com a duração

de 3 anos" (FREIRE *apud* SOBREIRA, 2003: 70). Também esta proposta nunca passou à prática.

O primeiro grande projeto para um "Curso de Formação Jornalística" foi elaborado por Luís Teixeira, presidente do Sindicato Nacional de Jornalistas, e foi apresentado ao subsecretário de Estado da Educação Nacional. O curso "teria a duração de dois anos e funcionaria na Sede do Sindicato", por ano "seriam admitidos 30 alunos, desde que possuíssem habilitações mínimas equivalentes ao 9º ano, ou exercessem a profissão de jornalista há mais de um ano" (SOBREIRA, 2003: 70-71). O curso estruturava-se em duas vertentes, uma teórica e outra prática. Considerava-se inclusive para lecionar as várias disciplinas, figuras de peso no jornalismo português.

A posição tomada pelo SNJ "difícilmente se conseguiria afirmar num contexto em que predominava uma conceção do jornalismo enquanto vocação", no qual "as necessidades materiais se sobrepunham às académicas e o jornalismo era tutelado do exterior e vigiado por um apertado sistema de censura" (CAMPONEZ, 2011: 280). No mesmo ano, em Espanha, foi inaugurada "a primeira escola para jornalistas a nível oficial" (SOBREIRA, 2003: 71, no entanto, o projeto português não chegou a ser concretizado, sobretudo porque "Salazar, ao contrário do franquismo que fomentou o ensino do jornalismo, viu sempre a comunicação social de forma negativa, não lhe concedendo os meios para o seu desenvolvimento".

Na década de 50 "a posição dos que defendiam uma escola de jornalismo foi ganhando adeptos e tornando-se mais visível" (SOBREIRA, 2003: 74, baseando as suas convicções sobretudo no exemplo dos outros países. A ausência de um sistema de ensino "passou a ser vista, como um dos principais motivos do subdesenvolvimento e ausência de espírito de iniciativa da imprensa portuguesa". Nesta altura torna-se cada vez mais evidente o caso de exceção português "em relação ao resto do mundo por não possuir uma Escola de Jornalistas e de a própria profissão continuar a ser uma exceção [sic] em relação às outras por não exigir formação específica" (SOBREIRA, 2003: 75).

Já nos anos 60, "a discussão à volta do ensino do jornalismo e a sua relação com a profissionalização acentua-se" (SOBREIRA, 2003: 75). Nos estatutos do sindicato, passa a figurar "a intenção de "pugnar pela criação de uma escola de jornalistas"". Nota-se a radicalização em torno da temática "Os jornalistas exigiam a eliminação do amadorismo na imprensa", cada vez mais se acredita no efeito prejudicial que as práticas de recrutamento até aí praticadas podem provocar no exercício da profissão e, logo, nos próprios jornais. São de salientar duas iniciativas: a de Mário Matos Lemos que "propunha que fosse criada uma Escola de Jornalismo associada à Faculdade de Letras ou à de Direito", a formação "deveria

ter a duração de 4 ou 5 anos, mais estágio num jornal"; a de Elísio Pimenta, que sugeriu "na Assembleia Nacional, a criação de um Curso de Jornalismo na recém fundada Faculdade de Letras do Porto" (SOBREIRA, 2003: 76). Em 1962 organiza-se o "primeiro curso de formação jornalística (...) pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos"; em 1966 outra ação de formação é "organizada pelo *Diário Popular* nas suas próprias instalações"(SOBREIRA, 2003: 77); o "I Curso de Jornalismo" foi organizado pelo SNJ em 1968, destinado aos sócios do sindicato, e tendo em vista a atualização de conhecimentos.

A revista *Jornalismo* publicada pelo SNJ a partir de 1967, passa a ser o principal espaço de debate sobre a questão do ensino do jornalismo e ao longo dos anos vão-se apresentar várias propostas. A *Jornalismo*, em 1970, "dava conta que, nos últimos anos do governo de Salazar, a questão do ensino jornalístico interessou também à classe política nacional" (SOBREIRA, 2003: 79), de acordo com Dutra Faria (*apud* SOBREIRA, 2003: 79-80) "naquele período houve quatro projetos simultâneos sobre o ensino de jornalismo":

Um para a Faculdade de Letras, liderado por Gonçalves Rodrigues; um para o Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Ultramarinas defendido por Adriano Moreira; outro para a Sub-Secretaria de Estado da Presidência do Concelho para a Informação no Palácio Foz, encabeçado por Paulo Rodrigues; e ainda outro no Ministério das Corporações, defendido por Gonçalves Proença. ()

É nomeada pela Direção do Sindicato "uma comissão incumbida de estudar e preparar um Curso [sic] Superior de Jornalismo em Portugal". Sendo que, no dia 4 de fevereiro de 1971, "o presidente do Sindicato, Silva Costa, entregava ao ministro da Educação Nacional, Veiga Simão", o projeto elaborado "que previa a criação de um "Instituto Superior de Ciências da Informação"", esta instituição teria como "objetivo [sic] formar bacharéis [sic] e licenciados em "Ciências da Informação", aptos a exercer "jornalismo", "radiojornalismo", "telejornalismo" e "cinejornalismo"" (SOBREIRA, 2003: 81). No mesmo ano, "o grupo financeiro "Borges & Irmão"", foi autorizado a "criar uma Escola Superior de Meios de Comunicação Social", no entanto, os "cursos não obtiveram reconhecimento oficial e a escola não sobreviveu ao processo de nacionalização em 1975" (AGE e TRAQUINA *apud* SOBREIRA, 2003: 83).

Foi só em 1979 que surgiu efetivamente a primeira licenciatura no âmbito do jornalismo "A portaria n.º 663/79, de 10 de dezembro [sic], estabelecia o plano de estudos da licenciatura em Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa" (SOBREIRA, 2003: 83). Tanto este curso como os que começaram a aparecer, foram bastante criticados pelos jornalistas, eram "considerados "demasiado teóricos"", no entanto, estas licenciaturas "foram responsáveis pela formação de uma geração de jovens profissionais que participaram nas grandes transformações verificadas nos *media*, em Portugal, após a adesão europeia" (CAMPONEZ, 2011: 283).

4. Os *media* e a produção da notícia

Em meados do século XIX, a par com a industrialização da imprensa, surge uma nova forma de jornalismo, a do jornalismo informativo, passando a distinguir-se entre o que são factos e o que são opiniões.

A teoria do espelho é desenvolvida na plenitude do positivismo, que se inspirava na máquina fotográfica, o objeto capaz de espelhar a realidade. É a primeira teoria desenvolvida para dar resposta ao porquê de as notícias serem como são. Nesta visão, a notícia espelha a realidade, presume portanto que o jornalista é um interveniente imparcial, sendo o seu papel o de relatar objetivamente.

Nos anos 20 e 30 do século XX, surge então o conceito de objetividade, que em palavras de Michael Schudson (*apud* TRAQUINA, 1999: 168): "Com a ideologia da objetividade [sic], os jornalistas substituíram uma fé simples nos factos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os factos eram postos em dúvida".

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial verificou-se o aparecimento e a conseqüente exponencial ascensão dos meios de comunicação de massa. A teoria hipodérmica, também conhecida como *bullet theory*, procura inteirar-se dos efeitos provocados pelos *mass media* numa sociedade de massas. Esta aplica-se, portanto, ao funcionamento exclusivo numa sociedade massificada, o "isolamento do indivíduo na massa anónima", que Blumer (*apud* WOLF, 2009: 25) rotula enquanto "componentes da massa", é a condição para a manipulação exercida pelos *media*. Encontra-se, sobretudo, focada no caso específico da propaganda, instrumento utilizado pelos regimes totalitários da época para a propagação dos seus ideais políticos com a pretensão ao controlo efetivo das massas. Esta teoria sugere uma comunicação orientada por uma teoria da ação, sendo o seu pilar a psicologia *behaviorista*, seguindo o modelo de estímulo-resposta, edificado na premissa que uma resposta tem origem num estímulo, sendo esta relação entre estímulo e resposta uma

correlação, a famosa experiência de Pavlov com um cão foi realizada no sentido de comprovar esta mesma hipótese.

O modelo de Lasswell, apresentado em 1948, sugere que para compreender um ato de comunicação se deve procurar dar resposta a determinadas questões, a partir das quais se edificam cinco eixos da *communication research*: a primeira questão é "Quem?", ou seja, refere-se ao "emissor", estudando "os fatores [sic] que desencadeiam e conduzem o ato [sic] de comunicação", sendo este campo da pesquisa chamado de *análise de controlo*; a pergunta "Diz o quê?" remete-nos para o âmbito da *análise de conteúdo*; enquanto "Através de que canal?" indica a *análise dos meios*; "A quem?" é tratada pelos estudiosos cuja "preocupação principal são as pessoas atingidas pelos meios de comunicação", estamos no âmbito da *análise de audiência*; e, por fim, a última questão "Com que efeito?" que se inteira do "impacto sobre as audiências", a chamada *análise de efeito* (LASSWELL, 2009: 51). Apesar de o esquema lasswelliano da comunicação ter sido desenvolvido com base na teoria hipodérmica, quando esta foi abandonada, o esquema proposto por Lasswell perdurou, sustentando teorias opostas.

A *communication research*, foi pautada por diversos estudos aos longo dos tempos, desenvolveram-se múltiplas teorias, sendo que nem todas podem ser consideradas propriamente independentes. Atualmente, apesar da grande diversidade temática a nível da pesquisa, pode-se falar de um novo paradigma que tende a distanciar-se das propostas dos seus antecedentes. Salientam-se duas tendências dominantes a nível dos estudos dos meios de comunicação: uma corrente que se inteira dos efeitos provocados pelos *mass media* a longo prazo, assim sendo, preocupa-se com o seu papel na construção da realidade; e outra, centrada no estudo relativo aos emissores e ao processo produtivo.

A teoria do agenda-setting, ou seja, do agendamento, é considerada uma hipótese, visto que a nível da metodologia não há um consenso-comum e existem dificuldades na sua verificação empírica, não sendo dessa forma um modelo de pesquisa. Esta teoria deve-se, sobretudo, à influência da sociologia do conhecimento, que procura compreender a mediação simbólica e os métodos de comunicação utilizados pelos *media*. A importância do agenda-setting deve-se sobretudo à sua possibilidade de inclusão noutros sistemas de investigação, levantando questões relevantes que não devem ficar esquecidas.

Noelle Neuman (*apud* WOLF, 2009: 143-144) salienta três particulares dos *mass media* a ter em atenção: a *acumulação* que considera a criação e repetição de dada temática, "ser o resultado global (obtido após um certo tempo) do modo como funciona a cobertura informativa" nos *mass media*; a *consonância* que aponta que as parecenças nos processos

produtivos da informação, têm mais significado do que as diferenças, logo originam-se mais mensagens parecidas que distintas; e a *omnipresença* que se refere por um lado "à difusão quantitativa dos *mas media*", assim como, "o saber público - o conjunto de conhecimentos, opiniões e atitudes difundido pela comunicação de massa", tem a particularidade que "é do conhecimento público que esse saber é publicamente conhecido". Considerando que é através dos *media* que temos acesso à informação, o que por vezes acontece, é que as pessoas que não têm uma opinião própria formulada acabam por adotar a perspectiva vinculada pelos *media*, construindo-se uma opinião pública com base nessa posição. O agenda-setting não defende de todo a persuasão dos *mass media*, no entanto, pode-se resumir esta teoria a uma percepção, nas palavras de Cohen (*apud* WOLF, 2009: 145) que aborda o caso da imprensa, que: "pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar alguma coisa".

Como mencionado anteriormente, existe uma segunda proposta de pesquisa no âmbito da *communication research* que se centra no estudo dos emissores e na rotina produtiva dos *mass media*. Esta tendência foi ganhando reputação gradualmente, até porque abrange inclusive as implicações dos efeitos a longo prazo, temática focada pela outra teoria dominante - a do agenda-setting.

Os estudos sobre emissores, apesar de apresentarem uma teoria praticamente homogénica, que foi evoluindo, adotando uma perspectiva sociológica, apenas apresentando divergências metodológicas, depararam-se com alguns percalços na sua consolidação. Inicialmente estes estudos: por um lado, concentravam-se sobretudo nas primeiras etapas do sistema produtivo, ignorando as implicações das etapas superiores; por outro, não analisavam os comunicadores. Estes problemas foram eventualmente superados; a primeira perspectiva é inspirada pela sociologia das profissões, analisando desde aspetos sociológicos a culturais, faz uma abordagem das variáveis externas que influenciam a produção; a segunda perspectiva, que eventualmente se sobrepôs à primeira, tem em conta o próprio processo de produção da notícia.

Em 1947, no seu último artigo, Kurt Lewin desenvolveu o conceito de *gatekeeper*, afirmando "que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependente do facto de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates*", sendo "que certos setores [sic] dos *gates* são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo "no poder" tomar a decisão de "deixar entrar" ou de "rejeitar"" (WHITE, 1999: 142). Dando continuidade à proposta de Lewin, em 1950, David Manning White vai empreender um estudo de caso

relativo a um jornalista, que exerce funções de editor telegráfico, o qual designa como *Mr. Gates*, que tem a tarefa de selecionar as notícias que vão ser publicadas no jornal, chegando à conclusão que o editor do jornal tem o papel de *gatekeeper*, visto que é ele que no processo final da comunicação está encarregado de filtrar a informação, sendo que o faz de uma forma subjetiva.

Postumamente, surgiram os estudos sobre a "distorção involuntária" que se vinculam com a ideia que existe de facto uma deturpação da informação "não imputável a violações da autonomia profissional, mas sobretudo ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a profissão de jornalista" (WOLF, 2009: 183-185). Esta perspetiva tem raízes: na sociologia de emissores, mas apesar de ter em consideração os efeitos a longo prazo, centra-se no dia a dia dos *media*, ou seja, na rotina produtiva; na sociologia do conhecimento e nos estudos culturais, atribuindo a importância devida ao papel dos *mass media* na construção de símbolos na sociedade, sendo por isso relevante conhecer não apenas os critérios de organização e burocracia do sistema produtivo, como os princípios comunicativos presentes no produto jornalístico. Os estudos realizados incidem sobretudo em acontecimentos singulares, sendo esta etapa considerada uma fase intermédia, assinala a transição da vigência teórica do *gatekeeping* para o *newsmaking*, sendo que a principal divergência desta teoria relativamente ao *newsmaking*, é o objeto de estudo, visto que este se refere "ao andamento normal da cobertura informativa por períodos prolongados".

5. O *newsmaking*, e os critérios de noticiabilidade

O *newsmaking*, ou seja, os estudos sobre a produção de informação, deparam-se com duas questões, a da cultura profissional e a da rotina produtiva. São estes dois elementos que vão determinar as particularidades que os acontecimentos devem ter para serem noticiados, sendo este fenómeno designado por *noticiabilidade*.

Segundo Nelson Traquina (2007: 173): "os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, um assunto, é suscetível [sic] de se tornar notícia". No entanto, os valores-notícia, de acordo com Wolf (2009: 196) que sustenta a sua teoria nos estudos de Golding e Elliot, "são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção; isto é, não estão presentes apenas na seleção das notícias".

Os valores-notícia têm como função facilitar a tarefa de seleção dos acontecimentos por parte do jornalista, integrando-se no seu quotidiano. Têm que ser flexíveis, visto que têm que se aplicar aos mais variados contextos, e pressupor diversas variáveis. Para Hall *et al.*

(1999: 225) o "*valor-notícia primário ou fundamental*" é a inclinação "para itens que são "fora do comum", o que de certo modo vai contra as nossas expectativas "normais" acerca da vida social". Para além destes casos, sublinham que, o jornalismo tem uma tendência clara para tratar "os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa "estória" para reforçar a sua notabilidade", assim como, os "acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que os outros". Seguindo esta lógica existe um terceiro caso, o dos "acontecimentos com pontuação elevada em *todas* as dimensões (...) tornar-se-ão tão noticiáveis que serão interrompidos programas (...) para que estas ocorrências possam ser comunicadas imediatamente".

De acordo com Robert Karl Manoff (*apud* TRAQUINA, 1999: 169) "a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre", sendo "orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua perceção [sic]", sendo estas a base para a forma como vão apresentar os acontecimentos, e por outro lado, essa escolha tem igualmente em conta as "instituições e rotinas". Considerando a falta de tempo, assim como as limitações existentes à prática da profissão e no próprio quotidiano do jornalista, os valores-notícia tornam-se ainda mais necessários, sendo responsáveis não só pela identificação do acontecimento, mas também pela maneira como o mesmo vai ser transformado em notícia. Os valores-notícia integram as *routines* produtivas, sendo a principal função das mesmas a de permitirem que a conversão de um acontecimento em notícia seja quase instantânea, facilitando a tarefa do jornalista.

As *routines* produtivas assentam em três fases:

1. A da *recolha*, sendo que nesta fase atualmente verifica-se, principalmente, a nível da rádio e da televisão, que muitas vezes se empregam notícias fornecidas por fontes institucionais ou de agência, sendo apenas tratado o conteúdo de acordo com os valores-notícia.

2. A da *seleção*, sendo nesta que se organiza e se escolhe o material que chega à redação, através de um processo complexo que se rege pelos valores-notícia o jornalista seleciona os acontecimentos que serão transformados em notícias.

3. A da apresentação, sendo nesta fase que os conteúdos são recontextualizados de forma a serem integrados no formato pretendido para a divulgação da informação, muitas vezes destacam-se certos aspetos através do *highlighting*, é igualmente nesta fase que se compõe a notícia a nível visual e do discurso.

Outro dado a ter em consideração é a política editorial da empresa jornalística, que tal como Breed (*apud* TRAQUINA, 1999: 169) constata "é apreendida "por osmose"", sendo que

"o jornalista acaba por ser "socializado" na política editorial da organização através de uma sucessão subtil de recompensa e punição". A prática jornalística orienta-se pela "hora do fecho", havendo uma exigência de notícias, visto que existe um compromisso para com o público, por isso, devido à natureza incerta da profissão, as empresas têm necessidade de impor uma ordem no espaço e no tempo.

Estes processos inerentes à produção jornalística destacam que as notícias são uma realidade construída. Gaye Tuchman (2009: 93) analisa esse mesmo assunto num artigo no qual defende que a ideia da notícia enquanto espelho da sociedade, defendida pelas sociologias mais tradicionais, foi ultrapassada pelas sociologias interpretativas que detetam dois fenómenos: "a sociedade ajuda a moldar a consciência"; através da "apreensão intencional dos fenómenos no mundo social partilhado", que se processa "através do seu trabalho ativo [sic]", são os seres humanos que "constroem e constituem coletivamente [sic] os fenómenos sociais". Seguindo esta mesma linha de pensamento, as notícias não refletem a sociedade, nem as normas morais que são aceites pela mesma, são sim um produto do trabalho do jornalista, que por sua vez se insere num determinado meio. Nas palavras de Molotch e Lester:

No percurso de um acontecimento público, uma ocorrência passa através de um conjunto de agências (indivíduos ou grupos), cada uma das quais ajuda a construir, através de um grupo distinto de rotinas organizacionais, o que o acontecimento terá mostrado ser, usando como recursos o trabalho de agências que chegaram antes, antecipando-se ao que agências sucessivas "poderiam entender". (1999: 37)

Claro que, o jornalista se rege por um sistema normativo, com base no critério de noticiabilidade. As notícias são então auxiliares na construção da sociedade, visto que ao tratarem o acontecimento lhe dão forma e o tornam "acessível" a um vasto público, de acordo com Gaye Tuchman: "Ao impor estas significações, as notícias estão permanentemente a definir e a redefinir, a construir e a reconstruir os fenómenos sociais" (2009: 95).

Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1999: 224) são defensores da mesma ideia que a socióloga Gaye Tuchman. Iniciam o seu artigo, *A produção social das notícias*, com a seguinte afirmação:

Os media não relatam simplesmente e de forma transparente acontecimentos que são só por si "naturalmente" noticiáveis. "As notícias" são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção [sic] sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.

Por outro lado, como acima foi mencionado, a atividade jornalística não utiliza só as rotinas produtivas e os valores-notícia, tem igualmente a necessidade de impor ordem no espaço e no tempo. Gaye Tuchman (*apud* TRAQUINA, 1999: 170) "explica que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço estendendo uma rede (news net) para "capturar" os acontecimentos". Estas baseiam-se em três planos: "a territorialidade geográfica: dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial"; "a especialização organizacional: estabelecem "sentinelas" em certas organizações que, do ponto de vista jornalístico, produzem acontecimentos noticiáveis"; "a especialização em termos de temas: auto-dividese em secções que enchem certas "rubricas" do jornal". Relativamente ao fator tempo, as empresas jornalísticas: por um lado, tentam, "planear o futuro através do seu serviço de agenda que elabora a lista de acontecimentos previstos, permitindo assim a organização do seu próprio trabalho com uma certa antecendência"; por outro, "geralmente confrontados com uma superabundância de informações os jornalistas lutam para impor um ritmo e criar a "rotina do inesperado", assim reúnem os "recursos da organização "num número relativamente pequeno de agentes cuja posição em certas organizações ou instituições particulares valorizam ao máximo a informação que recebem"" (TRAQUINA, 1999: 171-172)

Segundo os estudos de Molotch e Lester (1999: 38) existem três agências envolvidas no processo da construção da notícia: os *promotores de notícia*, os que identificam uma ocorrência como especial; os *new assemblers*, ou seja, os *profissionais* das organizações noticiosas, que trabalham a partir do produto fornecido pelos promotores transformando ocorrências em acontecimentos públicos através da publicação ou radiodifusão; e por último, os *consumidores de notícia* que assistem às ocorrências disponibilizadas pelos *media* e criam um sentido do tempo público.

Os autores (TRAQUINA, 2007: 110) distinguem entre os *promotores de notícias*, dois tipos: o "executor" que é quem "faz o acontecimento, participa no acontecimento"; e o "informador" que é "aquele que não participou no acontecimento mas assume o papel de informar os *media* sobre a sua ocorrência".

"Toda a gente precisa de notícias", é com essa frase que se inicia o artigo de Harvey Molotch e Marilyn Lester (1999: 34). No nosso dia a dia, as notícias têm a função de contar "aquilo a que nós não assistimos diretamente [*sic*] e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma ". Somos todos, de certa forma, produtores de notícias.

A transformação de ocorrências em acontecimentos públicos é produto das *necessidades de acontecimento* daqueles que elaboram a promoção. Molotch e Lester (TRAQUINA, 2007: 110) salientam ainda que "existem diferentes "necessidades de acontecimentos" (...) por parte dos diversos agentes sociais", dessa forma constata também que há "interesses na promoção ou na prevenção de certas ocorrências se tornarem acontecimentos públicos", assim como, "a intencionalidade que está por trás de uma parte significativa de acontecimentos (nomeadamente os chamados "acontecimentos de rotina"". Rogério Santos (2006: 21) adverte que "jornalistas e fontes de informação têm *necessidades de acontecimento*, aqueles porque têm um produto diário a editar; estas porque precisam de distinção e visibilidade perante a concorrência de outras fontes".

Por um lado, a fonte promove o acontecimento com ou sem intenção, podendo os responsáveis pela transformação da ocorrência num acontecimento serem ou não os promotores da ocorrência, o que leva Molotch e Lester a tipificar vários tipos de acontecimentos públicos: acontecimentos de *rotina*, um acontecimento deste género é intencionado, sendo que muitas notícias se vão integrar neste grupo; *acidentes*, não sendo um acontecimento planeado divulga informações que não seriam conhecidas de outra maneira; *escândalos*, a sua promoção deve-se à informação fornecida por outrem, mas não revela o plano subjacente elaborado pelo seu executor, considerando que a maioria deste tipo de eventos é originária das grandes instituições designadamente no caso de desvendamento de atividades ilegais; *serendipity*, traduzido à letra significa "feliz acaso", e acaba por ser disso que se trata, sendo um acontecimento menos frequente, podendo narrar a estória de um herói autoproclamado.

Gaye Tuchman (*apud* TRAQUINA, 2007: 115) salienta que a "fixação da rede noticiosa no tempo e no espaço impede que algumas ocorrências sejam noticiadas", visto que ao escaparem "à grelha usada para prever o fluxo de trabalho, não conseguem tornar-se notícia". Na mesma linha Nelson Traquina (1999: 173) adverte para as consequências da dependência dos ditos "canais de rotina", destacando três conclusões: a primeira constatação é que "nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de ter acesso aos meios de Comunicação Social, ou seja, o acesso aos *media* é um bem "estratificado socialmente"";

outra implicação é que "quando as fontes e jornalistas fazem parte da mesma "rotina" de uma forma regular, eles estabelecem uma interdependência", sendo que esta "facilita a "fuga" de informações, nomeadamente o lançamento de "balões de ensaio"; por último "uma parte significativa das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais no "negócio" de lidar com o campo jornalístico", portanto, estão familiarizadas com a atividade jornalística, como "a necessidade da matéria fornecida (os *press release*) assumir certas formas e seguir certas convenções", assim como, "o reconhecimento que um *timing* cuidadoso da informação divulgada pode influenciar não só a cobertura mas também o conteúdo da notícia publicada".

Molotch e Lester (*apud* TRAQUINA, 2007: 113-114) identificam três tipos de acesso aos meios de comunicação: o *acesso habitual*, que "existe quando um indivíduo ou grupo estão tão localizados que as suas necessidades de acontecimento normalmente coincidem com as atividades [sic] de produção jornalística do pessoal dos meios de comunicação social"; o *acesso disruptivo*, ou seja, são casos em que "os poucos poderosos perturbam o mundo social para alterar as formas habituais de produção de acontecimentos", geram "a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de "agitação"", são por isso "acontecimentos "antirrotina"[sic]"; e o *acesso direto*, que diz respeito "aos próprios jornalistas que exercem poder na capacidade de determinar que reportagens ou trabalhos de investigação jornalística pretendem desenvolver", este "trabalho jornalístico é rotina, no sentido em que criar a ocorrência pode ser uma atividade [sic] intencional promovida como acontecimento público pelo próprio jornalista".

Existe ainda outra questão a ter em consideração, a ética e a deontologia jornalística, que têm por fim "assegurar que o poder se usa de forma legítima e controlada, preocupar-se com os fins e as consequências das práticas jornalísticas" (BAPTISTA, 2003: 106). Existem "regras jurídicas, códigos e valores morais" que acabam por ser outras condicionantes do trabalho jornalístico.

A liberdade de seleção do que deve ou não ser noticiado é "'uma liberdade enquadrada, portanto. Mas uma liberdade real.'" (CORNU *apud* BAPTISTA, 2003: 106). Esta liberdade não deve ser de todo exercida a nível individual, "mas no interior das redações [sic], das associações que representam os jornalistas, tomados como espaços capazes de fornecer e sustentar uma orientação normativa para a prática profissional". Especificamente, os provedores dos leitores têm como objetivo "conduzir essa discussão para o espaço público real", sujeitando "os jornalistas a explicar e a justificar a escolha de determinado assunto ou enquadramento noticioso, os títulos, o destaque concedido, as omissões, os exageros, as deturpações, etc.". Como Carla Baptista salienta "A existência de regras deontológicas é um

bom princípio, mas estas devem ser legitimadas por todos os intervenientes no processo de construção das notícias".

6. O acontecimento jornalístico

No âmbito do processo noticioso muito se fala do acontecimento, mas afinal, em que consiste o acontecimento jornalístico?

Devemos considerar, então, que o fim último dos *media* "é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes", no entanto, como refere Gay Tuchman "apesar de ser um propósito claro, esse objetivo [sic] é, como muitos outros fenómenos simples, inextricavelmente complexo" (TRAQUINA, 1999: 167).

O conceito de acontecimento é, também ele, complexo. O entendimento deste conceito é, no entanto, central à apreensão da teoria do jornalismo. Não há, no entanto, uma aceitação unânime a que se possa chamar "teoria do acontecimento" por parte dos teóricos, em alguns pontos as suas hipóteses cruzam-se, noutros distanciam-se.

A Escola dos Annales, cujo nome advém da publicação que originalmente se chamava Annales d'histoire économique et sociale, foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, ergueu-se contra a dominante Escola Positivista, vindo a desconsiderar o papel do acontecimento na construção da História e por sua vez a privilegiar o conceito de estrutura e a longa duração. Os seus estudos focaram-se sobre a História Económica, Social e a Psicologia coletiva. Foi após a Segunda Guerra Mundial, sobre a direção de Fernand Braudel, que surge uma segunda fase desta escola. Na década de 1970 desponta, então, a terceira, e última, fase, inaugurada sob a alçada, entre outros, do medievalista francês Jacques Le Goff. Registou-se um novo ciclo de discussões no meio historiográfico, das quais viriam a nascer ensaios inovadores sobre a disciplina, sendo que esta nova corrente historiográfica recebeu o nome de nouvelle histoire - a Nova História. A Nova História vai voltar a focar-se no papel do acontecimento, embora encarando o mesmo de uma perspetiva diferente da anteriormente adotada pelos positivistas.

A par com a emergência dos *media*, a História forçosamente sofreu alterações. O acontecimento torna-se novamente central a esta nova definição, modificando a vertente temporal da História, pois de acordo com François Dosse (*apud* DIAS, 2011: 172) estamos a considerar a ideia de um "presente contínuo", acelerando o ritmo da História e gerando uma "certa "dilatação" da História no mundo contemporâneo".

A atualidade está em constante modificação, o que requer que o tempo a nível jornalístico assente num "presente incessante". Na modernidade a própria relação com o passado foi alterada por este presente em constante mutação. François Dosse (DIAS, 2011: 173) sublinha que a interpretação que a História faz do acontecimento, já não se pode cingir apenas a este, tem que considerar uma "cadeia de acontecimentos", um autêntico "enredo" que se forma em conjunto com os acontecimentos passados.

"Vivemos numa sociedade de acontecimentos" (SANTOS, 2005: 77), sendo daí que advém a necessidade de compreendermos o que isso realmente implica. Na atualidade, como refere Bragança de Miranda (2005: 114), "os grandes acontecimentos perderam a sua potência", de forma a dar resposta às novas questões, surgiram também novas filosofias do acontecimento.

Com base nessa ideia, Luhmann (*apud* SANTOS, 2005: 77-79) distingue três tipos de sociedades, tendo em conta o papel do acontecimento nas mesmas. As primeiras são as "segmentadas", sendo sociedades "arcaicas anteriores (ou exteriores) às grandes culturas históricas", privilegiando a vertente espacial. O seu posicionamento no mundo, a "criação de sentido" é elaborada através de "certas coisas, certas obras" Na atualidade "já não dispomos de "obras arquitetónicas [sic]""", não dessas, "que tenham o poder de "pôr de pé um mundo" e de dar "unidade" a todos os acontecimentos". As segundas sociedades, das "grandes civilizações", "organizam-se sobretudo em função de estratos", nestas as religiões podem ter um papel decisivo. A grande divergência entre as sociedades "segmentadas", das "estratificadas" é que nestas últimas é "o acontecimento que dá unidade ao mundo". Por último, as sociedades modernas, as dos "sistemas funcionais", sistemas esses que são constituídos por acontecimentos, estamos "em pleno na dimensão do tempo". Se por um lado deixamos de ter uma "obra", também, o acontecimento desapareceu, dando lugar à "multiplicação dos acontecimentos" e à ascensão dos "megaacontecimentos".

O historiador Pierre Nora (1977: 245), no seu artigo *O regresso do acontecimento*, tendo em conta a brevidade inerente à comunicação social, alerta para uma nova visão do sentido histórico do acontecimento. Para Nora nas sociedades contemporâneas a História pertence aos *mass media*, sendo através dos mesmos que temos contacto com o acontecimento.

Apesar de certos acontecimentos terem realmente existido, o autor defende que não é isso que os torna históricos, sendo que "para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido" (NORA, 1977: 246-247). Uma das características dos *media* apontada por Nora, é "transformarem em atos [sic] aquilo que poderia ser apenas palavra no ar", conferindo aos

eventos a "eficácia do gesto irreversível", procuram as mais variadas fontes para criarem os acontecimentos.

Os meios de comunicação, ao procurarem a notícia, de acordo com Nora (1977: 248-249) tornaram a História numa "agressão e tornaram o acontecimento monstruoso", pois esta "redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente a novidade", o que "alimenta uma fome de acontecimentos". Os acontecimentos não são criados de uma forma artificial, "como gostariam de fazer crer os poderes constituídos quando têm interesse em suprimir o acontecimento", assim como, "poderiam fazê-lo crer certas atuações [sic] de uma informação ébria dos seus novos poderes". Neste caso hipotético, a informação teria de produzir "os seus próprios anticorpos", portanto, o papel da imprensa seria "limitar o desencadeamento de uma opinião selvagem", assegurando aos meios de comunicação "um domínio crescente do acontecimento". No entanto, como salienta Nora "o sistema de deteção [sic] que os *mass media* constituem só pode favorecer a eclosão de acontecimentos maciços", autênticos "vulcões da atualidade [sic]". Os *media* chegam mesmo a impor "imediatamente o vivido como história e o presente cada vez mais nos impõe o vivido".

Nora (1977: 250-251) adverte-nos ainda da aproximação entre o acontecimento e a pequena notícia². Na teoria estes dois conceitos são bastantes distintos, o acontecimento "pertence a uma categoria bem catalogada da razão histórica", no entanto, "o acontecimento assinala-se pela sua importância, pela novidade da mensagem, tanto menos prolixa quanto menos banal for". A pequena notícia é "apagada na dispersão, sem categoria, votada a não ser classificada ou importante", fazendo parte "de um conteúdo de estranheza para um contexto de convenções sociais, pela lógica de uma causalidade", que pode ser "distorcida"³ ou "invertida"⁴. Foi, exatamente, esta distinção em termos teóricos que se modificou. O problema parte do imaginário da sociedade de massas que gosta da pequena notícia. Este imaginário "pode assim apoderar-se seja de que notícia for" e através da "substituição de sucessivos valores" transforma "o cabo do mais maciço acontecimento, no próprio momento em que a história dá a impressão de se deteriorar em pequenas notícias". Os avanços tecnológicos permitiram o desenvolvimento dos meios de comunicação de tal forma que se tornou possível transmitir os eventos em direto, é o imediatismo que altera o acontecimento, desprovendo-o da sua essência histórica "para o projetar no vivido das massas", reencaminhando-o "sob a forma de espetáculo [sic]".

² A pequena notícia tem origem no século XIX, na mesma altura em que nasce a sociedade industrial.

³ Que seria do género: "uma mãe assassina os seus quatro filhos" (Nora, 1977:250).

⁴ Como "um homem morde o seu cão" (Nora, 1977: 250).

Pierre Nora (1977: 252) constata que a "democracia do acontecimento" e essa sua vertente ligada ao espetáculo, desenvolveram-se em paralelo. O "acontecimento moderno" tem lugar "numa cena imediatamente pública", em que tanto o "repórter-espectador" e o "espectador-repórter" desempenham um papel. O "grande acontecimento" é uma forma de entretenimento das massas, sendo esse "o único meio que têm de participarem na vida pública", através da sua opinião. Esta ideia da mutação a nível do Espaço Público continua a ser atual, ainda mais, tendo em consideração a ascensão da Internet e as transformações que esse novo meio originou.

O autor (1977: 255) considera que as sociedades contemporâneas se caracterizam pelo seu "estado de sobreinformação [sic] perpétua e de subinformação crónica". Adverte ainda "que um sistema que favorece o nascimento do acontecimento é também, mas não somente, fabricante de ilusões, que tantas confissões dissimulam uma mentira".

Voltemos à questão primordial: o que é o acontecimento? O conceito em si é ambíguo. Nas palavras de Louis Queré (2005: 59) "Na nossa experiência individual ou social, confrontamo-nos com acontecimentos de natureza diferente", tornando implícito que estamos perante a "existência de diversas categorias do acontecimento", os quais classificamos de várias formas.

Para Berger e Tavares (*apud* DORNELLES e COSTA), existem duas tipologias de acontecimentos: o acontecimento vivido no quotidiano, ou seja, o acontecimento social; e o acontecimento jornalístico. O acontecimento social "diz respeito à emergência e às afetações do acontecimento na realidade tangível e nas [sic] suas consequências cognitivas". O acontecimento jornalístico refere-se "à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento".

Bragança de Miranda (2005: 113-114) considera que "toda a história esteve suspensa de raros e escassos acontecimentos", sendo que estes têm origem a partir de um de dois fatores: dos "sinais ou contrariedades" dos "hiperacontecimentos". São, portanto, estes grandes acontecimentos e "megacontecimentos" cujos "meios de comunicação de massa dão a conhecer ao mundo inteiro" (SANTOS, 2005: 77).

Como se explica a origem destes *grandes acontecimentos*? Chega-se à conclusão que os *grandes acontecimentos* são dependentes da ideia de fim, não existiam portanto acontecimentos no plural, no fundo havia "sempre o mesmo e único acontecimento, intensamente esperado e sempre já anunciado" (MIRANDA, 2005: 113-114).

Relativamente a esta ideia de fim, a conhecida filósofa alemã Hannah Arendt (*apud* Queré, 2005: 60) evidencia que "o acontecimento tanto podia representar um fim como um

começo e que cada uma dessas formas de apreender o acontecimento correspondia a um ponto de vista diferente: o do entendimento e o da ação [sic]". Para Mead a ação engloba o entendimento, sendo assim, centra-se na "organização da conduta", a qual, considera "a explicação causal do acontecimento", "a construção do passado e do seu futuro", assim como, "o seu poder de esclarecimento e a fonte de inteligibilidade que ele constitui".

Ainda, relativamente à essência do acontecimento, Isabel Babo Lança (2005: 86) observa que "o acontecimento não é um simples começo, embora detenha um caráter [sic] inaugural, tal como não decorre inteiramente daquilo que o provocou". Este fenómeno "excede ou fica aquém das suas condições prévias, que, mesmo enquanto condições necessárias, não o determinam completamente".

Em Deleuze (*apud* MIRANDA, 2005: 115) o acontecimento tem igualmente uma dualidade, apesar de o autor considerar que "na sua indiferença perante os humanos, é necessariamente letal, violento", apesar da fatalidade que pressupõe a sua manifestação, a forma como o ser humano "se posiciona perante ele contém uma promessa de felicidade". Na mesma linha, para Baudrillard (*apud* SODRÉ, 2009: 35) o acontecimento exprime-se através da ""irrupção de algo improvável e impossível e por sua inquietante familiaridade"", aparece do nada ""com uma evidência total, como se estivesse predestinado, como se não pudesse não ter tido lugar"", e nota que nele há "alguma coisa de fatal", visto "que nada o [sic] pode prevenir".

E que se pode constatar relativamente à sua natureza? Arendt (*apud* QUERÉ, 2005: 60) distingue duas naturezas distintas do acontecimento, se por um lado no âmbito do entendimento, "o acontecimento é um facto ocorrido no mundo", que pode "ser explicado como um encadeamento - ele é "um fim onde culmina tudo o que o precedeu" - e inscrito num contexto causal". No campo da ação, sendo necessário ""aceitar o irrevogável e reconciliar-se com o inevitável"", o acontecimento é considerado "um fenómeno de ordem hermenêutica". O que quer isto dizer? Que "por um lado, ele pode para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas", mas "por outro, ele faz compreender as coisas - tem, portanto, um poder de revelação". É quando agimos que iniciamos algo novo, ou seja, "que nos "apoiamos sobre a nova situação criada pelo acontecimento, (...) que o consideramos um começo"". Nas palavras de Dornelles e Costa (2012: 19) "reconhecer o acontecimento como acontecimento é encontrar os lugares em que produzem descontinuidades", sendo "aí ele tem poder de revelação, pois não se produz no tempo como também dá o tempo a se ver".

Relativamente à questão da ação, Jayyusi (*apud* LANÇA, 2005: 88-89) considera que "descrever a ação [sic] *mais* as suas consequências é descrever a ação [sic] realizada e o

estado de coisas ou acontecimento no mundo que a ação [sic] produziu", essa descrição da ação e das suas consequências "incluem já o acontecimento". Muitas vezes as "ações [sic] são descritas em termos dos seus efeitos, ou seja, em termos dos acontecimentos resultantes delas", neste caso os "efeitos do acontecimento acabam por agir sobre ele, elaborando a sua significação". Desta forma, o acontecimento prolonga-se "para além da sua ocorrência espaciotemporal e empírica", persiste enquanto têm duração "o seu campo de possíveis, a modificação de situações, a provação e a ação [sic] daqueles a quem acontece".

Ainda no campo da significação, Koselleck (*apud* LANÇA, 2005: 86) constata que ""Cada acontecimento dá lugar ao mesmo tempo a mais e a menos do que está contido nos seus dados prévios: daí a sua novidade que nos surpreende de cada vez"". Deleuze (*apud* MIRANDA, 2005: 116) defende que "o acontecer puro é da ordem da totalidade, da "realização cósmica, física"", no entanto, vai mais longe, pois apesar de "aceitar a violência cósmica, contestando-a ao nível do particular, dos casos, i.e., enquanto efeito histórico", sendo "as pequenas violências humanas" face à "imensidade do cosmo" insignificantes, Deleuze dá conta de "uma afinidade universal, presente no facto de todos os humanos serem mortais".

Para Deleuze (*apud* MIRANDA, 2005: 117) "o acontecimento puro equivale à morte, afetando [sic] tudo e todos", sendo que por seu lado o "acontecimento humano é uma resposta ao acontecimento absoluto". Voltamos, portanto, à ideia de fim, de fatalidade. Bragança de Miranda (2005: 117) contrapõe que no início foi necessário transformar a morte num "acontecimento absoluto", originar essa "primeira abstração histórica foi o trabalho de todas as teologias, com a sua invenção da "imortalidade"". Não é a morte que está na base da manifestação do acontecimento é "o acontecimento por excelência, que inaugura a história, é o desejo da suspensão ou anulação da morte". Como clarifica o autor:

O acontecimento é um "conceito" produzido na história. É um sintoma de algo absolutamente arcaico, que a história deve absorver e dissipar, mas que a continua a marcar intensamente.

Louis Queré (2005: 60-61) contesta, por sua vez, que Arendt "dissocia, fortemente, o conhecimento e a ação [sic]", sendo ele próprio um defensor da "dialética [sic] da experiência", visto que o "acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, (...) mas também do que acontece a alguém", dessa forma "ele afeta [sic] alguém" e "suscita reações

[sic] e respostas mais ou menos apropriadas", concluindo que a "principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento".

O autor, G. H. Mead (*apud* QUERÉ, 2005: 61), refere que o acontecimento "nunca é inteiramente condicionado por aquilo que provocou e tornou possível", este "introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou inédito", "uma descontinuidade, só perceptível [sic] num fundo de continuidade". Como Muniz Sodré (2009: 34) explica, tendo por base a teoria de Baudrillard, "o ordenamento rotineiro das coisas é abalado por uma espécie de falha ou de instante irracional na vivência individual de cada sujeito", o que cria "a emergência de uma desordem" nas "suas rotinas interpretativas do mundo".

Apesar disso, Mead (*apud* QUERÉ, 2005: 61) esclarece que "nem tudo o que acontece é descontínuo", pois alguns "acontecimentos são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu", mas até nesse caso há uma mudança.

Perante a descontinuidade tentamos restaurar a continuidade atribuindo-lhe uma explicação causal com base no passado, ou num contexto em que se insira naturalmente. De acordo com Mead (*apud* QUERÉ, 2005: 62), para criarmos a continuidade através desses elementos, é necessário que o acontecimento se manifeste, visto que é "preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento", tal como um contexto. No caso do aparecimento do novo, nem sequer "pode haver aí uma história da continuidade da qual ele seja parte integrante", até quando "as continuidades que manifesta nos permitam descrever uma sucessão de acontecimentos no âmbito da qual ele apareceu". O acontecimento "esclarece o seu passado e o seu futuro", apesar, de ambos serem hipotéticos. Como Arendt (*apud* QUERÉ, 2005: 62) sublinha "O acontecimento esclarece o seu próprio passado; nunca pode ser deduzido dele". Sendo por isso, declara Queré, que é o próprio acontecimento "que torna compreensível o seu passado e o seu contexto, em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou", sendo dessa forma, que "se explica o seu poder de revelação ou descoberta".

O acontecimento é "tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais", como tal o acontecimento toma lugar "algures na escala das probabilidades de ocorrência", assumindo-se "tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização" (RODRIGUES, 1999: 27). A nível do jornalismo e do seu discurso, "o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação", sendo "em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento", visto que

"quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico".

O acontecimento jornalístico distingue-se dos outros acontecimentos visto que os factos que dizem respeito a causas comuns não são do seu domínio, este tipo de acontecimento surge do nada, e sem motivo, por isso é "notável, digno de ser registado na memória" (RODRIGUES, 1999: 28-29). Existem três registos de notabilidade do acontecimento: o *excesso*, sendo este o mais usual, pois é uma "irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma", uma "emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos", sejam estes "corpos individuais" ou "coletivos [sic] e institucionais"; a *falha*, que é uma procedência "por defeito, por insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos", sejam eles "corpos físicos" e "instituídos", como "dispositivos maquínicos" ; e, por último, a *inversão*, que equivale ao "acontecimento boomerang", também, as "figuras da paródia que o destino, que o *heimarmene* grego nos reserva estão compreendidas neste registo".

De acordo com Adriano Rodrigues (1999: 28-29) o discurso relativo ao acontecimento "é uma anti-história, o relato das marcas de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir", faz parte do "mundo do acidente", no entanto, "deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições". É função do discurso jornalístico tratar do enquadramento e regulação destes acontecimentos inesperados.

Adriano Rodrigues (1999: 29-30) menciona uma "segunda categoria de acontecimentos" que são acontecimentos "provados pela própria existência do discurso jornalístico": os meta-acontecimentos. Estes são regidos por regras distintas, ditadas pelo "mundo simbólico, o mundo da enunciação". Estes "meta-discursos" revelam um lado negro da informação, a sua "lógica não é (...) explosiva, como nos acontecimentos referenciais, mas implosiva". Os mega-acontecimentos servem-se da "visibilidade" e da "encenação", são "acontecimentos discursivos, atualizações [sic] de enunciados pertencentes a vários regimes enunciativos". J. L. Austin (*apud* RODRIGUES, 1999: 31) considera que os meta-acontecimentos são: "atos [sic] ilocutórios", pois "acontecem "ao dizerem-se""; e "atos [sic] perlocutórios", ou seja, ""produzem qualquer coisa 'pelo facto de' dizerem"". Ao tratarem os "atos [sic] enunciativos", os meios de comunicação "não só lhes conferem notoriedade pública", o que aumenta "indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo", e, ao mesmo tempo, "realizam igualmente novos atos [sic] ilocutórios e perlocutórios de acordo com as suas próprias regras enunciativas".

Este novo acontecimento não é apenas um relato do acontecimento anterior. Adriano Rodrigues (*apud* DORNELLES e COSTA, 2012: 17) considera que o discurso jornalístico tem como dever "organizar a experiência do aleatório" e conferir-lhe "racionalidade". O discurso reflete e integra "num todo os fragmentos dispersos", que tecem "a trama do presente". É nesta "prosa do presente" que "o homem moderno" deposita "a função remificadora de uma perspectiva [sic] unitária securizante perante a desintegração da identidade coletiva", assim como, "uma ordem identitária que lhe devolva uma imagem coerente do destino". Marcia Bennetti (*apud* DIAS, 2011: 174) acredita que esse *meta-acontecimento* confere legitimidade ao jornalismo na medida em que se assume enquanto acontecimento.

Uma das questões mais discutidas é a da distinção entre facto e acontecimento. José Manuel Santos (2005: 77) aponta que o acontecimento é "inserido no tempo da experiência vivida dos sujeitos" e "designa um fenómeno de ordem *temporal*", que tem impacto nos seus "contemporâneos". No caso do facto "o tempo não está completamente ausente", no entanto, um "facto histórico" insere-se no "tempo histórico", que por sua vez "é um tempo constituído (...) intelectualmente", por isso este, "limita-se a ocupar um ponto na coordenada abstrata do tempo".

Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005: 97) consideram que *acontecimento* se refere "a uma representação social do facto", no caso particular da "informação jornalística concretizada na notícia". Neste caso *acontecimento* seria na vertente prática um "sinónimo de facto sócio-histórico", mas para "fins de compreensão da notícia", Muniz Sodré (2009: 33) recorre à distinção elaborada por Mouillaud em que o "acontecimento é a sombra projetada [sic] de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de facto".

Para L. Queré (*apud* LANÇA, 2005: 85) o facto põe "a causalidade e o contexto previamente dado" do seu lado, "para relevar a experiência e a situação como dimensões próprias" do acontecimento. O autor defende que "não é o contexto e a textura causal que a ele se liga que esclarecem o acontecimento", mas sim, "o próprio acontecimento" ao revelar "uma situação, desvenda possibilidades e eventualidades, produz efeitos e significações mediante as consequências que lhe advêm". Sendo assim, Queré (2005: 70) replica que "O acontecimento só pode ser compreendido a partir do seu futuro e da sua posterioridade", pois "recolhe a sua individualidade do futuro e do destino que abre", enquanto, "o facto pode ser compreendido a partir do seu passado e da sua ascendência".

A experiência, para Queré (*apud* LANÇA, 2005: 89), tem por base um "ponto de vista hermenêutico", o que "implica e modifica quer aquilo que é submetido a provação quer

aquele que é afetado [sic]", sendo "a experiência cognitiva e prática". O autor "fala de uma transação [sic], interação [sic] ou determinação recíproca", que se estabelece "entre aquilo que acontece, os efeitos que daí advêm e as reações [sic] que desencadeiam", sendo esta relação "em função do modo como o devir desses efeitos entra na experiência e a afeta [sic]", da forma "como transformam o campo dos possíveis daqueles que são atingidos", assim como "do modo como são compreendidos, suportados e apropriados".

Seguindo essa linha de pensamento, Queré (2005: 70) chega à conclusão que "os acontecimentos são uma das fontes do sujeito", pois, "acontecem a quem constrói a ipseidade apropriando-se deles" e "a sua individualidade depende das experiências que ocasionam". Existe, então, uma correlação entre acontecimento e sujeito, visto que "a singularidade do acontecimento e a ipseidade daqueles que o sentem são tecidas em conjunto", inclusive "porque é através da sua apropriação por indivíduos ou por coletivos [sic] que o acontecimento adquire a sua identidade e sua significação próprias".

Maurice Mouillaud (*apud* SODRÉ, 2009: 35) distingue "acontecimento (existencial) e informação (ou acontecimento mediático [sic])", o primeiro "seria a modalidade transparente (em oposição a uma suposta opacidade) da informação". Aqueles "acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real", visto que, os acontecimentos existenciais se definem pela sua "indeterminação" e "descontinuidade", que suplantam a necessidade de "enquadramento" e "temporalidade" inerentes ao acontecimento mediático. Segundo o autor (*apud* DIAS, 2011: 175) os meios de comunicação lidam com a problemática da memória na sua rotina, pois ao selecionarem determinado acontecimento para ser noticiado, e ao ignorarem outro, tornam o primeiro memorável, enquanto o segundo é esquecido. Os *media* procedem ao enquadramento dos acontecimentos, considerando que detêm o poder de opinar relativamente ao "que deve ou não ser visto, acreditado e lembrado", seleção que fazem de acordo com a visibilidade dos factos.

Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005: 97) explicam que "o acontecimento é uma modalidade de tratamento do real do facto", sendo por isso "uma construção ou uma produção da [sic] realidade". A "informação e o acontecimento são instâncias interdependentes". A "informação constrói um esquema narrativo" a partir de um "material bruto disposto pela unidade factual do acontecimento", atribuindo-lhe um "*enredo* ou *intriga*". Altera assim "a factualidade da vida, uma vez que nesta não há propriamente *enredo*, tão só [sic] repetições, coincidências ou inesperados", enquanto, no "*enredo*, procura-se atribuir coerência especial e temporal a determinadas manifestações factuais do real-histórico". A informação:

(...) *visibiliza o acontecimento por meio de um enquadramento técnico: "(a) delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto; (b) focalizando a visão no interior dos seus limites, ele unifica-a numa cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles.* (MOUILLAUD *apud* PAIVA e SODRÉ, 2005: 97)

Sodré (2009: 41) identifica o acontecimento como um "*casus facti*", no âmbito da informação jornalística, pois este é "da ordem da comprovação objetiva ou realista". A notícia constrói-se "com a presunção de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato", dessa forma conferindo "sentido ao que ocorreu e possibilidades de previsão quanto ao que ainda vai ocorrer". Pode-se dizer que, no jornalismo "o real da notícia é a sua "factualidade", a sua condição de representar um *facto* por meio do *acontecimento*" (PAIVA e SODRÉ, 2005: 95).

Deleuze (*apud* MIRANDA, 2005: 114) defende uma posição contrária, que "O acontecimento só pode ser captado pela arte e não pelos media". O próprio acontecimento distingue-se das notícias, não apresentando o mesmo "caráter [sic] discreto e descontínuo" daquelas, neste, por seu lado "predomina a continuidade" e apresenta também "uma certa invisibilidade", sendo a sua invisibilidade que garante "densidade ao acontecimento".

José Rebelo (2006) começa por dizer "Não partilho teorias de natureza construtivista que reduzem o acontecimento a uma mera produção mediática". Porquê? "Pretender que um acontecimento existe apenas em função da sua mediatização é ignorar o cruzamento das mais elementares dinâmicas sociais".

Para o autor (*apud* DIAS, 2011: 177) nem todas as ocorrências são acontecimentos. Nas palavras do autor (2006B: 17) "Sociologicamente, postulo que uma ocorrência se torna acontecimento segundo o potencial de atualidade mas, também, segundo os potenciais de relevância e de pregnância que ele manifestar".

A estruturação do discurso sobre o acontecimento é que lhe dá nexos, visto que "ao funcionar como máquina de organização do tempo e ao assentar uma lógica em que a causalidade se funde, coincide com a contiguidade" (REBELO *apud* DIAS, 2011:177). Outra ideia interessante do autor, é a tripla projeção temporal que a narrativa jornalística sustenta: primeiramente esta "descreve um movimento anterior"; "apresentando causas consideradas como primordiais", vai reconstruir "os caminhos possíveis dessas causas"; por fim, "prevê consequências [sic], prolongando esses caminhos".

7. Jornalismo e Memória

O Jornalismo é um instrumento de memória, servindo enquanto "chave de leitura para o presente, acompanhando o pensamento hegemónico e o espírito da época" (BERGER, 2009). O que é a memória?

Na Teogonia, o livro que trata das linhagens divinas da mitologia grega, escrito por Hesíodo, que se estima que tenha vivido no século II, Mnemósine é a personificação da memória. Filha de Urano e Geia (a Terra e o Céu), Mnemósine faz parte do grupo das Titânides, sendo como tal, irmã do temível Cronos, que por sua vez personifica o tempo. Mnemósine, em Piéria, une-se a Zeus durante nove noites e um ano depois nascem as Musas. Na época clássica identificam-se nove musas, as quais foram recebendo determinadas funções: "atribui-se a Calíope, a poesia; a Clio, a história; a Polímnia, a pantomima; a Euterpe, a flauta; a Terpsícore, a poesia ligeira e a dança; a Érato, a lírica coral; a Melpómene, a tragédia; a Talia, a comédia; a Urânia, a astronomia" (GRIMAL, 1999: 320).

A memória é algo inerente à humanidade, não se limita apenas ao passado, é algo que se encontra sempre presente, permitindo ao ser humano recordar e esquecer. Os relatos sobre um mesmo acontecimento podem, no entanto variar, gerando várias e distintas memórias do mesmo, pois a memória está também dependente de quem a experienciou.

Michael Pollak (*apud* MARTINUZZO, *s.d.*: 1) considera a memória enquanto "uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar". Então a memória é coletiva? Joël Candau (*apud* CATROGA, 2009) refere a existência de três camadas na memória. A *proto-memória*, proveniente do *habitus* e da socialização, originária consequentemente dos "automatismos do agir", relacionando-se com a noção de "corpo como memória". A *memória propriamente dita*, dotada de *recordação* e *reconhecimento*. E por último, a *metamemória*, ou seja, a representação, na sua base encontra-se sobretudo a "recordação-imagem". Fernando Catroga (2009) distingue a natureza destas memórias, se por um lado a *proto-memória* é passiva, equivalente ao conceito grego de *mnême*, a *memória propriamente dita* e a *metamemória* são ativas, visto que ambas aspiram à recordação, enquadrando-se por sua vez na ideia de *anámnese*.

Destacam-se duas vertentes principais no domínio mnésico, que tal como salienta Halbwachs se manifestam segundo uma relação de reciprocidade: a *autobiográfica* e a *histórica*. Apesar de as lembranças se fixarem num plano subjetivo, há que considerar que a comunicação tem um papel importante na construção da identidade, visto que o *eu* ganha

"consciência de si em comunicação com os outros", assim como, pela "evocação do que lhe é próprio tem ínsitas as condições que a socializam" (CATROGA, 2009: 12). José D'Assunção Barros (2011: 322-323), baseando-se igualmente no trabalho de Maurice Halbwachs, adverte para a diferença entre a memória *histórica* e a historiografia, sendo a primeira "aquela que é partilhada por todos os indivíduos da sociedade, de modo resumido e esquemático (...) da Historiografia profissional". A memória *autobiográfica* "que cada um elabora sobre a [sic] sua própria vida", difere-se da memória *histórica*, pois esta "é muito mais extensa" que a memória *autobiográfica* que se encontra "condicionada basicamente ao período de vida do [sic] seu próprio autor".

A nossa memória individual constrói-se através de várias memórias, sendo estas de distintas naturezas, desde pessoais a nacionais, tendo em conta a "incessante mudança do presente em passado", assim como as "alterações ocorridas no campo das *representações* [sic] (ou representificações [sic]) do pretérito", essas outras memórias que "coabitam na memória subjetiva [sic]", Namer (*apud* BARROS, 2011: 322-323) aponta que é o fruto dessa intercessão que define "o modo como aquelas são apropriadas".

Os *mass media* são definidos usualmente como *lugares de memória*, no entanto, essa aceitação esconde um autêntico labirinto conceitual. O historiador Pierre Nora considera que a memória que conferia às sociedades as suas "identidades sociais" foi ""sequestrada pela história", sendo que a primeira seria "a vida", a segunda sempre uma "construção problemática e incompleta do que já não existe"", a História "vai transformar a memória num [sic] objeto de uma "história possível" (ENNE e TAVARES, *s.d.*: 5) . É por esse motivo que utiliza a expressão *lugares de memória*, lugares esses que "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA *apud* PALACIOS, 2009: 3). A expressão *lugares de memória* advém da tese da perda da memória por parte da nossa sociedade, considerando que "Se habitássemos ainda a [sic] nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares" (LAGE, 2013: 2). Na sociedade atual a História institucionaliza a memória. Para o historiador os responsáveis pelo "fim das sociedades-memória", são, nada mais nada menos, que "a mundialização, a massificação e a midiatização", na medida em que a atualidade veio substituir o papel da memória. É de salientar, que estes *lugares de memória* são selecionados, tal como os acontecimentos jornalísticos.

No entanto, existe igualmente uma visão contrária que refuta a teoria da ausência de memória e defende o aparecimento de uma "cultura da memória", em que os *media* são

essenciais, operando o papel de veículo da memória, e sendo ao mesmo tempo encarregados da sua reestruturação. José Antonio Martinuzzo (*s.d.* : 10) aponta que "A comunicação é marcante nos processos da sociabilidade humana, incluindo-se a constituição da memória/identidade", sendo daí que surge "a importância de se estabelecer a memória de um dos elementos centrais da história da coletividade, os meios de comunicação", propondo que essa seja feita "a um só tempo de memória, numa atualização do conceito de Nora, e um espaço para lugares de memória". Anna Lucia Enne e Cristiane Tavares (*s.d.*: 6) consideram por seu lado, que os *media* podem não ser os *lugares de memória* devido às restrições do conceito, mas são "com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea".

Outra visão, é a de Ana Regina Rêgo (*apud* OLIVEIRA e RÊGO, 2013: 6), que defende que o jornalismo continua a ser um *lugar de memória*, pois "embora noticie fatos já ocorridos com o uso das marcas temporais do presente ele reúne em si os sentidos chamados por Nora (1993) de material, funcional e simbólico". Para Nora o material diz respeito ao "seu conteúdo demográfico", é "funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e a [sic] sua transmissão" e simbólico "por definição visto que se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número". Quando o *lugar de memória* diz respeito à "experiência vivida por um pequeno número" e esse "acontecimento vivenciado por uma minoria é preservado e estudado por diversas áreas contribui-se para fortalecer a identidade daquele grupo".

É, nos anos 80 do século XX, que por meio das Ciências Sociais e da própria humanidade, se vão realizar uma série de debates relativos à Segunda Guerra Mundial e ao holocausto, sendo a partir dessa discussão que vai surgir um autêntico movimento memorialístico e uma preocupação com a memória, que leva à sua teorização. Andreas Huyssen (*apud* BERGER, 2009: 4293) considera esse fenômeno e constata a ""globalização do discurso do Holocausto" que "perde a sua qualidade de índice do acontecimento histórico e começa a funcionar como uma metáfora de outras histórias traumáticas e de sua memória". É importante destacar que estes "debates sobre a memória dos períodos repressivos e de violência política" se devem "à proposição de projetos [sic] democráticos", pois "estes associam a democratização e as [sic] perspectivas [sic] de futuro com a necessidade de construir uma memória deste passado". O passado ressurgente então no presente. Vogel e Silva (*apud* LAGE, 2013: 9) constata que os relatos jornalísticos, não só "recobram o passado através da memória", como também "projetam futuros possíveis". Barbosa (2007: 5) refere que "a data do acontecimento funciona como marco para o que deve ser lembrado", sendo

necessário "comemorar as datas-marco fundadoras, reinstaurar [sic] o passado pela lembrança e pelo esquecimento", esse ato de "reiterar o passado", põe "em evidência também o desejo de futuro".

Voltemos ao caso das memórias referentes a períodos históricos marcados por regimes ditatoriais, visto que, é esse afinal o caso do tema abordado nesta dissertação - a Guerra Civil Espanhola - a autora Christa Berger (2009: 4294) diz-nos que "O sofrimento vivido na ditadura encontra referência noutras [sic] narrativas de sofrimento (inclusive, ou, principalmente, do Holocausto)", sendo este um ciclo vicioso "forma-se uma rede de sentidos para os sofrimentos que advém de experiências políticas traumáticas". Berger dá-nos o exemplo de opinião do jornal *El País*, cujo título é "Até onde chegam as reparações históricas?"⁵:

As reparações morais ou materiais às vítimas - ou aos seus familiares - de atrocidades como o holocausto dos judeus perpetrado pelos nazis, o regime sul africano do apartheid, a Guerra Civil espanhola e a repressão franquista, ou as ditaduras militares da América Latina, entre outras, convertem-se em notícia quando essas compensações se materializam. Ou quando se iniciam demandas como a apresentada no passado abril contra as empresas que se aproveitaram da segregação racial da África do Sul. Nesta página analisam-se vários desses processos e dos difíceis caminhos da reparaçãõ histórica. (15 de junho de 2003) (apud BERGER, 2009: 4294)

Estes momentos trágicos da história são privilegiados no âmbito da investigação, devido aos seus impactos. A nível da história pode-se falar em reescrita da mesma, através de tentativas de revisão da memória coletiva. Michael Pollak (1989: 5) explica que há memórias dolorosas que, apesar, do tabu e de não terem lugar na esfera pública, ou seja, na memória oficial, sobrevivem durante muitos anos, enquanto "memórias subterrâneas", são transmitidas de geração em geração oralmente, à espera do momento certo para serem reveladas. Existem claro, vários motivos e diferentes formas de silêncio, alguns bem mais complexos. Como explica o autor, essas memórias opõem-se "à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política", as mesmas "lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (casos dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à

⁵ Tradução do original em Língua Castelhana

força)" são todas elas "guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas da sociedade englobante" (POLLAK, 1989: 8). Nesses casos pode-se falar de "uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor". São as circunstâncias da atualidade, que permitem a emergência dessas memórias, surgem à luz do presente, presente esse que vai deformar e reinterpretar o passado, sendo essa uma das maiores problemáticas deste tipo de memórias, a de conservarem-se intactas até ao momento em que são divulgadas, é por esse motivo, que é necessário um enquadramento adequado da memória.

De acordo com Paul Thompson (*apud* ENNE e TAVARES, *s.d.*: 2) a História desempenha um papel importante na sociedade, ajudando na compreensão do passado, desde as revoluções às questões pessoais. Nas palavras de Fernando Catroga (2009: 14) "a história foi cada vez mais apresentada como um *iter*, no qual o conhecimento do passado era premissa fundamental para se entender o presente e transformar o futuro". A importância da História vai mais longe, sendo inclusive central na legitimação do poder de Estado e na construção da identidade nacional. No entanto, esta função da História sofreu uma transformação com a emergência dos *media* e das novas tecnologias.

É importante distinguir história e memória, nas palavras de Sodré (apud PALACIOS, 2009: 3) "A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [e] a memória é um fenómeno [sic] sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado". Considerando essa distinção, encara-se a função do jornalismo, por um lado enquanto "espaço vivo de produção da Atualidade, lugar de agendamento imediato", por outro, é "igualmente lugar de memória, produtor de repositórios de registos sistemáticos do quotidiano [sic], para posterior apropriação e (re)construção histórica".

Pode-se, inclusive, falar em *dever de memória*, uma noção de Ricoeur, de acordo com Isabel Babo-Lança (*apud* LAGE, 2013: 7) "sobre a configuração mediática [sic] dos acontecimentos de um ano em constantes retrospectivas [sic]", esse *dever de memória* que está patente no trabalho desenvolvido pelos *media* perante as ocorrências da atualidade é igualmente "o dever de não esquecer-las".

Ao "Eternizar um dado momento através da escrita é, sob certo aspeto, "domesticar e seleccionar a memória"", diz a autora Marialva Barbosa (*apud* ENNE e TAVARES: 5), acrescentando que "Ao seleccionar o que deve ser lembrado e ao esquecer (...), os jornais

tornar-se-iam também senhores de memória", até porque, quando é impresso o jornal "transforma-se em documento".

Marcos Palacios (2009: 4) levanta ainda outra hipótese, considerando que "o jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado". Muitas vezes, o próprio trabalho jornalístico, recorre também à memória para a produção dos conteúdos, exemplos disso são peças de "caráter comemorativo (...) e naqueles em que o fato presente está sinalizando um fim de trajetória, como nos obituários", assim como, as que "marcam o fim de processos que se estenderam e foram (jornalisticamente) acompanhados ao longo de uma dada temporalidade", que pode ser desde "a vida e a morte de um Homem de Qualidade" até "a discussão e aprovação de um projeto de lei", outro caso mais flagrante é o das "reportagens-sínteses, nas retrospectivas [sic] dos "fatos marcantes do ano que passou"" (PALACIOS, 2009: 5).

A "capacidade de aquisição, consolidação e recuperação de informações", inerente à memória, "é usada no jornalismo, principalmente em entrevistas", visto que "o jornalista recorre à memória individual das fontes para adquirir informações e utiliza a [sic] sua memória coletiva ao redigir o texto" (OLIVEIRA e RÊGO, 2013: 6), de forma a contextualizar o relato com o intuito de também situar o leitor.

Segundo Zelizer (*apud* PALACIOS, 2009: 6) a memória é igualmente utilizada "na produção do relato da atualidade, seja como ponto de comparação do evento presente com eventos passados (...), como oportunidades de analogias, como convites à nostalgia", assim como, à "apresentação do presente como elemento para desconstruir e tornar a construir, sob a luz de novos fatos, os acontecimentos do passado".

Os jornais, apesar, de veicularem "a ideologia de vários grupos (...) até o estudo das influências que esses jornais carregam é salutar para se resgatar a memória de várias épocas e contribui para os estudos historiográficos" (OLIVEIRA e RÊGO, 2013: 7). Em certos casos, "o acontecimento volta como memória, transforma-se em acontecimento revisitado", neste caso pode dizer-se que "o acontecimento é revestido de uma espécie de valor de memória" (BERGER *apud* LAGE, 2013: 10).

8. Jornalismo e História

História e Jornalismo, à primeira vista são áreas de conhecimento distintas, no entanto, evidenciam tanto pontos de divergência, como pontos de convergência. Timothy Garton Ash (*apud* BEBIANO, 2003: 2) afirma que "a fronteira entre jornalismo e história (...) é a menos marcada, mas também a mais tensa e disputada".

Durante muito tempo história e jornalismo andaram de costas voltadas, visto que existia a convicção que o jornalismo punha em causa a história enquanto ciência, pois a maioria dos jornais eram subjugados aos interesses dos seus proprietários, não existindo objetividade. A história na visão positivista devia basear-se nos documentos oficiais, desta forma desacreditavam-se outro tipo de relatos, e como consequência disso vários acontecimentos.

Em Karl Marx, por seu lado, a objetividade histórica passa a ser idílica, abrem-se então as portas para uma mudança de paradigma. É então, com a Escola dos Annales que surge uma nova visão da história, expandindo-se o conceito de documento histórico, que abrange a imprensa. Não só as novas ideologias e práticas da história contribuíram para o trabalho jornalístico ser considerado uma fonte histórica, a interdisciplinaridade também desempenhou o seu papel, sendo assim "Os jornais utilizados em diversas áreas das ciências humanas e das ciências aplicadas são suportes mediáticos [sic] que funcionam como fonte única ou suplementar de diversas linhas de pesquisa" (OLIVEIRA e RÊGO, 2013: 4). A aproximação das duas áreas, também se deve em grande parte à confluência metodológica, inclusive o ideal de objetividade, e trás consigo, de acordo com Said (*apud* OLIVEIRA E RÊGO, 2013: 4) "a revalorização, a reinterpretação e o reposicionamento dos acontecimentos".

Profissionalmente, Historiadores e Jornalistas são ambos profissionais que se debruçam sobre questões temporais, assim como, as suas narrativas elaboram interpretações e sentidos no âmbito de determinadas temáticas, tal como Rioux (*apud* CHAVES e OGASSAWARA, 2009:1) destaca, enquanto pelo seu lado, os historiadores se encontram "sedentos de atualidade", os jornalistas procuram "legitimidade histórica".

Como aponta Marialva Barbosa (2007: 1-2) a questão da relação entre História e Jornalismo, tem sido alvo de inúmeras pesquisas, de investigadores de vários campos científicos, claro está que, na sua maioria ligados à História e às áreas da Comunicação e Jornalismo. A autora considera que se por um lado a Comunicação vê na História uma via de aprofundar e recuperar o passado, de forma a trazer esse passado ao presente; a História, pelo

seu lado, vê os "meios de comunicação como ferramentas disponíveis para a compreensão de um contexto mais amplo invariavelmente localizado no passado".

Ana Paula Goulart Ribeiro (*apud* OLIVEIRA e RÊGO, 2013: 7-8) observa que os *media* se tornaram numa "testemunha ocular da história", considerando que a relação entre ambas as disciplinas "permite que as informações apuradas pelo jornalismo possam assessorar os estudos de história". Porque é que isto acontece? O repórter ao presenciar a ocorrência *in loco*, vive ele mesmo o acontecimento, sendo a sua experiência igualmente importante para a história, proporcionando ao historiador ferramentas para poder recuperar o vivido naquele mesmo tempo.

Para Marialva (2007: 3) a história é sempre um ato comunicacional, na medida em que esta é "o fragmento ou o segmento de um mundo de comunicação", sendo os "atos [sic] comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditada como verídico".

De acordo com a ideologia de Ricoeur (*apud* BARBOSA, 2007: 3-4) existe sempre uma "expectativa comunicacional nas histórias que contamos", visto que temos a intenção que essas mesmas histórias "sejam únicas, singulares, coisas que ninguém foi capaz de escrever". Inclusive, os textos científicos têm que obedecer a uma lógica da narrativa. A lógica da narrativa é "o que confere unidade orgânica ao que contamos", assumindo uma forma de comunicação viável. A História só é compreendida, se as pessoas que a lerem, a puderem descodificar e interpretar. Como refere Ricoeur "o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder da [sic] sua ambição científica".

A mesma autora (BARBOSA, 2007: 3-4) refere que é através dos "vestígios do passado que chegam ao presente", que é possível voltar a contar histórias que têm por base "ações comunicacionais do passado", sendo muitas vezes o papel destas o de "prefigurar os sistemas de comunicação existentes em dado momento e lugar". É através deste processo que nasce a História da Comunicação.

II - A Guerra Civil de Espanha

1. O contexto histórico

No início do século XX com a assinatura do armistício pela Alemanha, a 11 de novembro de 1918, assinala-se o fim da Primeira Guerra Mundial e inicia-se um período de transformação profunda na Europa: nasce uma nova geografia política e uma nova ordem internacional. Os acordos de paz assinados pelos países derrotados, do qual se destaca o Tratado de Versalhes, assinado pela Alemanha, vão alterar o mapa da Europa e do Médio Oriente, os impérios alemão, austro-húngaro e otomano, caem por fim, dando lugar a novos estados. Outros estados vão ampliar as suas fronteiras. Esta vitória traduziu-se no aumento da extensão dos regimes republicanos e das democracias parlamentares.

As elevadas perdas humanas, milhões de mortos e estropiados, geraram alterações na demografia europeia. A mão de obra diminuiu, havia um excedente da população feminina e começava-se a sentir o envelhecimento da população. Em termos materiais todo o setor produtivo sofreu as consequências da guerra: campos destruídos, casas, fábricas, as vias de comunicação afetadas.

Ainda durante a guerra, os Estados Unidos tornaram-se o principal fornecedor da Europa em matérias-primas, alimentos e armas. Com a Europa arruinada, os Estados Unidos vão destacar-se e ascender à categoria de primeira potência mundial. A dependência da Europa em relação aos Estados Unidos tornou-se ainda maior no pós-guerra, não só precisava de bens de primeira necessidade, como de financiamentos para iniciar a reconstrução, dessa forma a dívida continuou a crescer. No início dos anos 20, cerca de metade dos *stocks* mundiais de ouro encontravam-se nos Estados Unidos, verificou-se igualmente a ascensão de Nova Iorque a principal centro financeiro a nível mundial.

Para a Europa a emissão massiva de notas pareceu uma fácil solução para saldar aos dívidas contraídas, no entanto, a circulação de uma maior quantidade de moeda fiduciária, sem que a produção acompanhasse esse aumento, provocou a desvalorização monetária e, conseqüentemente, o aumento dos preços. Em 1920, com a inflação galopante, a situação torna-se ainda mais grave.

As graves dificuldades económicas provocam um descontentamento na população, e, inevitavelmente, permitem a ascensão de novas ideologias políticas. Na Rússia foi implementado um regime socialista revolucionário e o resto da Europa, entre 1918 e 1923, sucumbe à radicalização social e política. Este surto revolucionário despoletou o medo que a

revolução bolchevista se propagasse. Os patriotas, os conservadores, e as classes médias, culpavam a democracia, tanto pela instabilidade política, como pela incapacidade de resolver a crise económica e social. Assim se ergue a extrema-direita conservadora e nacionalista.

Foi em outubro de 1922, que Mussolini marchou com os camisas negras sobre Roma e fez com que o rei Vítor Manuel III lhe entregasse o poder ao nomeá-lo chefe do Executivo. O regime fascista implantado por Mussolini, iria servir de inspiração e modelo a outros países europeus.

Assim, em 1920 instaura-se na Hungria um regime autoritário, em 1922 na Áustria, em 1923 na Bulgária, em Espanha e na Turquia, em 1926, na Grécia, em Portugal, na Polónia, e na Lituânia, em 1929 na Jugoslávia. Esta progressiva emergência dos autoritarismos, consolida a regressão do demoliberalismo.

Tudo apontava que depois de ultrapassadas as dificuldades do pós-guerra, os países europeus iriam recuperar rapidamente, no entanto, nos anos 30 do século XX, uma dura crise iria assolar o mundo. A aparente prosperidade da economia americana começa a mostrar sinais de crise em 1929: alguns setores tradicionais e fundamentais não conseguiam acompanhar o crescimento económico; o desenvolvimento da mecanização gerava desemprego; o setor agrícola dava mostras de superprodução o que, eventualmente, provocou a descida dos preços e, conseqüentemente, os lucros; a deflação na agricultura origina dificuldades no consumo sustentado dos produtos industriais; a população americana recorria ao crédito para manter os níveis de consumo elevado. Este endividamento era, também, provocado pela especulação bolsista, recorria-se frequentemente ao crédito para comprar ações..

Em 1929 havia uma sobrevalorização de ações de empresas cujos lucros baixaram. Essas ações começaram a ser vendidas em grande escala na bolsa, gerando a queda a pique dos preços. No dia 24 de outubro de 1929, a chamada *quinta-feira negra*, dá-se o *crash* de Wall Street - a Bolsa de Nova Iorque -, não havia compradores para a quantidade de títulos disponíveis no mercado. Milhares de pessoas que tinham dívidas à banca ficaram na ruína; o poder de compra caiu; a superprodução manteve-se e os preços atingiram valores baixíssimos, não havia escoamento para os produtos; milhares de bancos faliram, assim como, milhares de empresas que dependiam destes; as fábricas fecharam e os seus trabalhadores ficaram desempregados; não havia emprego; nas cidades haviam filas enormes para a sopa dos pobres; os despejos levaram ao crescimento dos bairros de lata nos subúrbios.

A Grande Depressão estendeu-se às economias dependentes dos Estados Unidos, tornando a crise global, os principais afetados foram os países europeus que se encarregaram

da sua reconstrução financiada pelo capital americano. A maioria dos países vai procurar tornar-se autossuficiente através de medidas extremamente protecionistas.

Em 1932, passados dez anos da *Marcha sobre Roma*, Mussolini anteviu que nos próximos dez anos a Europa iria ser inteiramente fascista. Como consequência direta da Grande Depressão, ao longo da década de 1930, os regimes totalitários espalharam-se pelo continente europeu.

A grande derrotada da Primeira Guerra Mundial foi a Alemanha e, como tal, sofreu graves perdas, a humilhante assinatura do Tratado de Versalhes iria ter profundas consequências. A instabilidade política e económica no país permitiu a ascensão de um partido radical, que ia conquistando cada vez mais apoiantes. Em 1933, o Partido Nazi conquista o poder.

A Guerra Civil de Espanha veio reforçar a aliança entre Hitler e Mussolini, "estava criada uma poderosa força antidemocrática, interessada em alargar a sua influência política e em conquistar novos territórios" (CERQUEIRA, 2004: 33). Tal como Josep Buades (DINIZ, 2009: 3) explica, ambos, os ditadores "encontraram um pretexto para intervir na península ibérica e tentaram tornar a região um "satélite" dos [sic] seus Estados". É assim que a nível europeu "a Espanha é a primeira vítima das experiências bélicas nazi-fascistas, pois a Guerra Civil propicia um natural acordo entre as forças de Franco e as potências do Eixo" (CERQUEIRA, 2004: 33), como tal, a troca "dos minérios necessários à indústria de armamento, Hitler e Mussolini enviam os seus exércitos para combater ao lado dos nacionalistas contra os republicanos", no que é frequentemente encarado como "um treino para a Segunda Guerra Mundial". O Vaticano, aliado do regime de Mussolini, "apoiava Franco e confirma as teses da cruzada religiosa evocadas pelos nacionalistas".

Da mesma forma, a URSS à margem dos efeitos da Grande Depressão sentidos no resto da Europa, ao triplicar a sua produção industrial, torna-se a primeira potência mundial e "não hesita em fornecer armamento e instrutores militares ao governo espanhol mesmo após ter assinado o Pacto de Não-Agressão com Hitler" (CERQUEIRA, 2004: 33).

Nem França, nem Inglaterra, vão prestar auxílio ao governo espanhol, por um lado "a Inglaterra tem interesses na exploração mineira, no porto de Bilbao [sic], nos caminhos de ferro [sic] e ambiciona dominar o setor [sic] da construção naval e do armamento", por seu lado "a França detém a *Société Minière et Metallurgique*, ligada às minas e à indústria pesada". Esses "interesses económicos e o receio de precipitaram uma nova guerra mundial para a qual não estão preparados, levam franceses e ingleses a assinar um cauteloso Pacto de Não-Intervenção com as restantes potências europeias" (CERQUEIRA, 2004: 34).

2. A Guerra Civil de Espanha (1936-39)

Nas palavras de Antoine de Saint-Exupéry (*apud* BEEVOR, 2005: 3) "Uma guerra civil não é uma guerra, é antes uma doença (...) O inimigo é interior. Lutamos quase contra nós próprios."⁶ João Cerqueira (2004: 35) aponta que "Entre as diversas calamidades que a História pode infligir a um país, a Guerra Civil é talvez a mais nefasta.", pois esse "triunfo de uma das partes é conseguido à custa do sacrifício dos elementos mais produtivos da sociedade" e para além da "devastação física", ficam "sequelas emocionais que dificultam uma genuína reconciliação nacional durante décadas". Lembramos que a Guerra Civil de Espanha foi mais que uma guerra civil, tendo em conta o papel da intervenção (e não intervenção) externa no conflito.

Atualmente, a nível da historiografia, a Guerra Civil de Espanha é "explicada como consequência [sic] da Primeira Guerra Mundial e como fato político que apontava para o agravamento dos problemas não resolvidos anteriormente" (MEIHY, 1995: 1). Esta teria sido igualmente "uma "guerra de intelectuais", de pensadores de diversos campos do conhecimento e de procedências variadas que assumiram o dever de propor um direcionamento do saber vocacionado ao compromisso social".

"De entre as dolorosas catástrofes da história europeia do século XX, a Guerra Civil de Espanha continua, hoje, a exercer um particular fascínio."(GRAHAM, 2006: 11). Porquê? Helen Graham explica que esta fascinação não pode "ser explicada em termos da escala geográfica e humana do conflito ou dos horrores tecnológicos a que então se assistiu, uma vez que, em matéria de destruição material e de tragédia humana, a guerra civil de Espanha é mitigada por outros conflitos". Mesmo "se incluirmos numa análise comparativa o horror continuado de prisões e de assassínios em massa que foi o "pós-guerra" na Espanha dos anos 40". Apesar disso, como diz Paul Preston (2011: 19), a Guerra Civil de Espanha "deu origem a quinze mil livros, um epitáfio literário que a coloca a par da Segunda Guerra Mundial", o que para o autor espelha também a "forma como mesmo depois de 1939 a guerra continuou a ser travada entre os nacionalistas vitoriosos de Franco e os republicanos derrotados e exilados".

No entanto, falemos da perda humana. Segundo Paul Preston (2013: 17)⁷ durante o conflito "cerca de 200.000 homens e mulheres foram assassinados longe da frente, executados extrajudicialmente ou depois de processos legais precários", faleceram "no início do golpe

⁶ Tradução da versão editada em Língua Castelhana

⁷ Tradução da versão editada em Língua Castelhana

militar contra a Segunda República entre os dias 17 e 18 de julho de 1936". Pelos mesmos motivos "pelo menos 300.000 homens perderam a vida nas frentes de batalha". A estes números, há que acrescentar "Um número desconhecido de homens, mulheres e crianças foram vítimas dos bombardeamentos e dos êxodos que se seguiram à ocupação do território por parte das forças militares de Franco". Quando Franco vence a guerra, "em finais de março de 1939, cerca de 20.000 republicanos foram executados". Muitos outros morreram "de fome e doenças nas prisões e nos campos de concentração onde se amontoavam em condições sobre-humanas", outros ainda, "sucumbiram às condições escravagistas dos batalhões de trabalho". Meio milhão de refugiados procuraram o exílio "e muitos pereceram nos campos de internamento franceses". Enquanto milhares "acabaram nos campos de extermínio nazis". O quadro está traçado, é a todo este conjunto que o autor chama "holocausto espanhol".

O autor (2007: 15) avisa, no entanto, que ao concentrarmos-nos, apenas, "no impacto dos horrores da guerra espanhola e na importância da defesa contra o fascismo é perder de vista um dos fatores [sic] mais positivos da experiência republicana - a tentativa de arrastar a Espanha para o século XX". Em plena Grande Depressão, a revolução social que estava a ser erigida em território espanhol, que contemplava aspetos como a educação e a cultura, era realmente marcante.

Afinal, o que torna a Guerra Civil de Espanha tão diferente das outras guerras? Helen Graham (2006: 11-12) diz-nos que "A Guerra Civil de Espanha foi o primeiro conflito da Europa em que os civis se tornaram alvos em massa, através de bombardeamentos em grandes cidades". Por outro lado "O novo fotojornalismo, que fez dela a primeira guerra "fotogénica" da história, transmitiu imagens impressionantes do vasto número de refugiados políticos que o conflito produziu". Apesar de na Primeira Grande Guerra se terem verificado "migrações populacionais, (...) nenhuma obteve a visibilidade das que aconteceram em Espanha". Para além disso "A Guerra Civil impressionou profundamente aqueles que a ela assistiram a partir de outros países europeus.". Para o povo espanhol "Não havia termos comparativos de referência, por mais remotos que fossem, para a mobilização militar, industrial, social e política que a Guerra Civil provocou", até porque, Espanha foi um dos países que não participou na Primeira Guerra Mundial. Mais, como é do conhecimento comum, "Espanha também se tornou o local onde outras potências testavam as mais recentes tecnologias de guerra". Para além do mais, no fundo "o conflito revelou o que poderia significar a guerra em solo europeu, pressagiando os conflitos purificadores, genocidas e vingativos de muitas outras guerras civis que grassaram pelo continente entre 1939 e o final da década de 40".

A Guerra Civil de Espanha implicou "um formidável contingente de jornalistas, escritores, artistas" o que "fez com que o movimento ganhasse visibilidade mundial" (MEIHY, 1995: 6). É bastante importante o papel da imprensa para a internacionalização do conflito, esta encontrava-se "organizada em escala de divulgação global desde a Primeira Guerra" e a sua intervenção no conflito "possibilitava o conhecimento dos fatos, arrebatando a opinião pública".

No que diz respeito ao incessante interesse dos estrangeiros na Guerra Civil de Espanha, Paul Preston (2011: 19) considera que "acresce que o contínuo interesse pela tragédia espanhola está intimamente ligado à desesperante longevidade do seu vencedor", pois o facto de Franco continuar a exercer o seu poder ditatorial, o qual foi "conquistado com a ajuda de Hitler e Mussolini, constitui uma afronta exasperante aos opositores do fascismo espalhados pelo mundo". Até porque "Longe de tentar sarar as feridas da luta civil, Franco esforçou-se mais do que ninguém para manter viva a Guerra", de forma que a memória da guerra civil manteve-se viva "tanto dentro como fora das fronteiras espanholas".

O autor (2007: 12) remete para as "muito frequentes (...) alusões à vitória do franquismo sobre o comunismo internacional", essas referências eram sobretudo feitas "com o intuito de angariar simpatias no exterior". Após a Segunda Guerra Mundial, e com o deflagrar da Guerra Fria, procurou-se revitalizar a imagem de Franco com o intuito de amenizar as relações entre o regime e os vitoriosos Aliados, uma aliança sobretudo de países com regimes democráticos. Dessa forma, era fulcral "dissociar Franco dos seus antigos aliados do Eixo", sendo a estratégia a de "realçar a sua hostilidade em relação ao comunismo e minimizar a sua oposição, igualmente intensa, à democracia liberal e ao socialismo", os propagandistas referiam-se inclusive ao ditador como a "'Sentinela do Ocidente'".

Em Espanha "a lembrança da Guerra e da sangrenta repressão que se lhe seguiu foi alimentada cuidadosamente, a fim de aquilo a que se chamou "o pacto de sangue" (PRESTON, 2011: 20). Em que consiste "o pacto de sangue"? Paul Preston explica que Franco "foi apoiado por uma coligação heterogénea dos mais privilegiados, dos terratenentes, industriais e banqueiros", assim como, "por elementos das classes média e trabalhadora que, pelas mais variadas razões, oportunismo, convicções ou lealdade geográfica em tempo de guerra se associaram ao regime" e "pelos católicos espanhóis comuns que tinham apoiado os nacionalistas como defensores da religião, da lei e da ordem". Foi exatamente por isso que a memória da guerra se tornou tão fulcral no regime de franco, "o pacto de sangue" servia "para congregar a lealdade hesitante de algum ou de todos estes grupos".

A Guerra Civil de Espanha não foi um fenómeno unicamente espanhol, como Helen Graham (2006: 12) constata "mesmo nas suas origens, a Guerra Civil de Espanha foi um fenómeno intrinsecamente europeu". Para corroborar, há que salientar que em Espanha não combateram apenas nacionais espanhóis, a ela acudiram indivíduos das mais diversas nacionalidades, não apenas da Europa mas de um pouco por todo o mundo. Como João Cerqueira (2004: 34) refere "Inconformados com a "traição" dos seus países à Espanha democrática e conscientes de que o futuro da democracia está em jogo, voluntários de todo o mundo aderem à causa republicana dispostos a dar a vida na luta contra o Fascismo", estes voluntários fazem parte das chamadas Brigadas Internacionais, que representam "40 000 homens de 53 países diferentes".

Este fenómeno demonstra bem que, ao contrário da direita democrática, a esquerda tinha consciência "que a Espanha era o último baluarte contra os horrores hitlerianos"; nesta "Europa ainda sem noção dos crimes de Estaline", realmente, "as brigadas organizadas pelos comunistas pareciam estar a bater-se por uma grande parte do que valia a pena salvar em termos de direitos democráticos e de liberdades sindicais" (PRESTON, 2007: 14-15). A maioria dos voluntários eram sobretudo idealistas. Muitos tinham a convicção que ao combaterem o fascismo em Espanha, estavam a contribuir para a irradicação do mesmo no seu país, como Paul Preston constata "Há algo de intensamente trágico no facto de os refugiados de Mussolini e Hitler terem, finalmente, sido capazes de pegar em armas contra os seus perseguidores, apenas para serem de novo derrotados".

No entanto, não é isso que aqui está em causa ao nomear-se o referido conflito bélico como um fenómeno europeu, a verdade é que a Guerra Civil de Espanha se introduziu na consciência europeia "não como mero ensaio para uma guerra maior que se avizinhava, mas porque pressagiou a introdução de uma nova e horrível forma de fazer a guerra que era universalmente temida" (PRESTON, 2011: 22).

A Guerra Civil de Espanha marca, então, "um capítulo da determinação histórica que pontificava a inevitabilidade de conflitos mundiais no século XX", sobretudo, devido ao "crescimento de dois sistemas opostos", que entravam em confronto publicamente, um pouco por todo o mundo - por um lado "a esquerda representada pelos diversos socialismos", por outro "a direita pelo nazi-fascismo" – havia, portanto, uma "expectativa bélica" (MEIHY, 1995: 1-2). Por esse motivo, torna-se mais evidente e necessária, uma "leitura "mundializada"" do conflito.

Concentremos-mos então no porquê da Guerra Civil. "As origens da Guerra Civil de Espanha remontam bem fundo na história do país" (PRESTON, 2011: 27), visto que em

Espanha já por diversas vezes se tinha verificado exatamente o mesmo, isto é, a guerra civil, a violência, como forma de resolver os problemas políticos, de facto, esta luta específica "foi o quarto conflito desta natureza desde a década de 30 do século XIX". No entanto, o golpe que se verificou de 17 a 18 de julho de 1936, tem características distintas destas outras intervenções militares que lhe precederam, visto ser o seu objetivo último "travar a massificação da democracia política que se iniciara com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa e que fora acelerada pelas conseqüentes mudanças sociais, económicas e culturais dos anos 20 e 30" (GRAHAM, 2006: 17). Isto implica que esta "insurreição militar contra a segunda república democrática em Espanha foi o equivalente às viragens fascistas em Itália e na Alemanha" que se verificaram "com a chegada ao poder de Mussolini (1922) e de Hitler (1933), também elas concebidas para controlar manifestações de mudança social, política e cultural".

A Guerra Civil de Espanha "ao contrário das guerras civis inglesa e americana que criam condições para o desenvolvimento dos seus países, adia a resolução dos conflitos internos e isola o país da modernização verificada na Europa do pós-guerra" (CERQUEIRA, 2004: 35). É preciso, apesar de tudo, perceber que esta guerra não surgiu apenas devido ao conflito ideológico entre conservadores e progressistas, "temos de recordar que a transformação do golpe militar em guerra civil e depois em guerra "total" moderna, envolvendo a grande maioria da população civil, decorreu essencialmente de fatores [sic] externos ao panorama espanhol" (GRAHAM, 2006: 17-18), no entanto, "mesmo no rescaldo imediato do golpe militar de julho [sic], e antes que quaisquer fatores [sic] internacionais pudessem entrar em jogo, já ocorriam por praticamente toda a Espanha formas extremas de violência recíproca".

A leitura da Guerra Civil de Espanha é feita muitas vezes sobre uma perspectiva apriorista. O que quer isto dizer? O apriorismo na História pressupõe a existência de certas condições anteriores ao acontecimento propriamente dito que o irão desencadear. Esta leitura é extremamente global, sendo por isso uma das possíveis conseqüências a perda da particularidade do acontecimento. Falemos no caso específico da Guerra Civil de Espanha, que é um dos casos flagrantes do apriorismo na História, sendo inclusive temporalmente situada como um acontecimento entre guerras - a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A Guerra Civil de Espanha é apontada como um antecedente da Segunda Guerra Mundial, devido a três elementos: "a polarização política mundial desde o fim da Primeira Guerra"; "a participação de expressivos intelectuais envolvidos no esforço de reflexão pública sobre o papel do conhecimento na construção de um novo ideário social"; e por último, "o

miliciamento de estrangeiros que emblemou essas tensões no momento da Guerra Civil" (MEIHY, 1995: 2-3). Para além desta componente internacional falta-nos, então, analisar os motivos a nível interno que desencadearam o conflito.

João Cerqueira (2004: 35) diz que esta guerra surge por vários motivos "a luta de classes, o desgaste da monarquia, os separatismos", este "golpe de estado contra a República é uma tentativa dos anteriores detentores do poder abortarem o processo político destinado a abolir os privilégios, redistribuir a riqueza e combater o analfabetismo", todas estas medidas feitas "com o objetivo [sic] de transformar a tradicional monarquia católica numa democracia laica". Helen Graham (2006: 18) por seu lado aponta três razões centrais: "os níveis extremamente desfasados de desenvolvimento prevaletentes em Espanha por volta dos anos 30, no sentido em que o golpe militar desencadeou (...) uma série de guerras entre culturas"; "a violência com que os elementos em oposição se confrontaram não pode ser dissociada da influência cultural de um tipo de catolicismo maniqueísta que ainda predominava em Espanha"; e por fim, a última razão tem que ver com "o papel desempenhado pelo exército espanhol e, em particular, a emergência de uma cultura política rígida e intolerante no seu corpo de oficiais ao longo das primeiras décadas do século XX".

Julián Casanova (2011: 1) encara como ponto assente que a sociedade espanhola nos primeiros meses de 1936, se encontrava bastante dividida e cada vez mais a democracia liberal padecia a favor do autoritarismo, no entanto, "Nada disso conduzia necessariamente a uma guerra civil"⁸, a guerra deflagrou "porque uma sublevação militar contra a República quebrou a capacidade do Estado e do Governo republicanos para manter a ordem". Por isso, conclui que "Sem a sublevação militar de julho de 1936, não tinha havido guerra civil", pois "a sublevação militar teve a peculiaridade de provocar uma fratura dentro do exército e das forças de segurança", e, assim, assegurou "a possibilidade de que diferentes grupos armados competissem para manter o poder ou conquistá-lo" (CASANOVA, 2011: 2).

Em última instância, a guerra civil só começou porque o grande objetivo do golpe militar falhou - conquistar rapidamente o poder -, o que se deveu à resistência, militar e civil. O confronto entre estas forças opostas é que levou à guerra propriamente dita. Como se explica então que, em 1923, o golpe levado a cabo por Miguel Primo de Rivera tenha tido sucesso e, em 1936, haja resistência? A sociedade espanhola de 1936 já não era a de 1923, o governo republicano, apesar de não ter conseguido concretizar muitas das suas reformas,

⁸ Tradução do original em Língua Castelhana.

abriu um precedente, a população acreditava que a mudança era realmente possível, queria ver as reformas realizadas e por isso, não aceitava simplesmente voltar à ordem tradicional.

Helen Graham (2006: 18) salienta que um ponto determinante em todas essas razões, foi "a perda definitiva do império, em 1898", privando "o país dos seus mercados externos protegidos", iniciando "um debate amargo e intermitente sobre como deveria a Espanha modernizar-se economicamente e quem deveria suportar os custos da modernização". Foi, exatamente, devido à perda do império que se geraram profundas alterações a nível militar, o exército que anteriormente tinha um importante papel na defesa externa, passou a ser um lóbi político. Dessa forma, "cresceu entre os corpos de oficiais um mito poderoso, segundo o qual os políticos civis tinham sido os únicos responsáveis pela perda definitiva do império", por isso mesmo não tinham "legitimidade moral para governar o país" (GRAHAM, 2006: 19). A autora refere que "Esta convicção estava já profundamente enraizada quando Francisco Franco ingressou, aos 15 anos, na academia militar, em 1907". Gradualmente, a "nova geração de cadetes começou a afirmar-se como defensora da unidade e da hierarquia de Espanha, bem como da sua homogeneidade cultural e política", com base na "grandeza histórica do país", a maioria "da elite militar foi mais longe, interpretando a apologia desta ideia de "Espanha" como um novo dever imperial".

Temos, igualmente, que denunciar a existência de duas Espanhas: a Espanha urbana e a Espanha rural e provinciana. A Espanha urbana, apesar de ter registado um desenvolvimento mais lento que noutros países da Europa, na segunda década do século XX, tinha evoluído muito, sendo que as "mudanças económicas e o desenvolvimento que as acompanhou (...) criaram novos círculos sociais: um setor [sic] profissional urbano e trabalhadores da indústria" (GRAHAM, 2006: 20), ambos com grandes ambições políticas, o que iria pôr em causa a ordem social tradicional. Do outro lado, a Espanha rural na qual se enquadrava a maioria da população, bastante conservadora e católica.

Tal como na Europa, a Primeira Guerra Mundial desencadeou grandes mudanças sociais na Espanha urbana. Em Barcelona nasce a "CNT (Confederación Nacional del Trabajo), um poderoso movimento anarcossindicalista [sic]", um órgão que se dedicava a "formas diretas [sic] - e por vezes violentas - de ação contra os empregadores mais intransigentes, que conspiravam com as autoridades militares (...) para assassinar líderes sindicais afetos [sic] àquele movimento" (GRAHAM, 2006: 22). Face a esta onda revolucionária, com o intuito "de pôr cobro aos distúrbios laborais e de restaurar a ordem conservadora no país, o general Miguel Primo de Rivera conduziu, em 1923, um golpe militar "moderado"", conseguindo o apoio do então rei Afonso XIII.

Na Espanha dos anos 20 os partidos políticos eram proibidos, no entanto, surgiram várias associações, "processo que, (...) levou alguns setores [sic] da classe média espanhola a tornarem-se republicanos, em busca de direitos políticos" (GRAHAM, 2006: 22). Miguel Primo de Rivera tentou fazer algumas reformas, principalmente, no âmbito do exército e dos direitos laborais, no entanto, "até mesmo uma ditadura militar se via condicionada pelos interesses corporativos dos militares, ao mesmo tempo que as elites fundiárias travavam a extensão das principais reformas sociais às massas empobrecidas do sul rural". No ano de 1930, "Primo de Rivera demite-se e são convocadas eleições, o que não impede a execução dos capitães Galán e Hernandez por tentativa de derrube da monarquia" (CERQUEIRA, 2004: 27). A queda do governo de Miguel Primo de Rivera, a par com a "vaga de republicanismo na Espanha urbana, a igreja católica era a única instituição do antigo regime a apoiar inequivocamente a monarquia" (GRAHAM, 2006: 23). Nas eleições de abril [sic], os republicanos derrotam os monárquicos. Afonso XIII abdica e assina-se o chamado Pacto de San Sebastian. Na verdade, após a fuga do rei "o poder foi assumido pelo Governo Provisório, cuja composição fora acordada em agosto [sic] de 1930 quando os opositores republicanos e socialistas do monarca se encontraram para estabelecer" o referido Pacto. A República foi proclamada a 14 de abril de 1931.

Paul Preston (2011: 39) salienta que este "advento da Segunda República significou uma ameaça para os elementos mais privilegiados da sociedade e criou esperanças desmesuradas entre os mais humildes". Sendo "a primeira experiência de uma verdadeira democracia em Espanha", a república "teve que enfrentar todos os obstáculos já existentes de desequilíbrio social e subdesenvolvimento económico do país"⁹ (PAYNE, 2007: 107-108). O poder político passou, então, para as mãos da "esquerda moderada, composta por representantes das camadas mais reformistas da classe operária organizada, os socialistas, e por uma mistura de pequenos burgueses republicanos" que "esperavam utilizar o poder do Estado para criar uma nova Espanha, destruindo a da propriedade latifundiária e satisfazendo as reivindicações autonómicas dos regionalistas bascos e catalães" (PRESTON, 2011: 40).

Logo numa primeira instância, a república deparou-se com divergências entre esses diferentes grupos que integravam os ditos republicanos, cada qual com um projeto político próprio: no caso dos "republicanos moderados desejavam pouco mais do que um sistema político democrático, com os seus direitos civis e as suas eleições honestas", defendiam igualmente "uma separação formal entre a Igreja e o Estado, mas sem restrições civis, e com a

⁹ Tradução do original em Língua Castelhana.

mesma liberdade para católicos e para o clero como para todos"; quanto aos republicanos de esquerda, "a República foi sobretudo um projeto de reforma, e de algumas reformas relativamente radicais", encaravam a mesma como sendo uma "revolução cultural"; por fim, os socialistas viam a república como "o regime que podia conduzir ao socialismo"¹⁰ (PAYNE, 2007: 108).

A república vai de facto iniciar um grande projeto de reforma, para começar "legaliza o divórcio, retira privilégios e subsídios à Igreja, extingue os jesuítas, suprime os tribunais militares, promove a reforma agrária e aumenta o salário para cinco pesetas" (CERQUEIRA, 2004: 38). Estas medidas "hostilizam os conservadores, a Igreja e o exército, mas não satisfazem os desfavorecidos". A hierarquia eclesiástica vai reagir prontamente, emitindo uma carta pastoral pelas mãos do cardeal-patriarca a 1 de maio de 1931, carta essa que "continha uma incendiária homilia monárquica que levou o governo a exigir-lhe que abandonasse Espanha", este "apelo que lançou aos fiéis, no sentido de se mobilizarem em nome do rearmamento espiritual e patriótico, ficou a um passo de declarar a república como regime ilegítimo" (GRAHAM, 2006: 25).

Por seu lado, os militares tornavam-se cada vez um grupo mais exclusivo: "As academias militares favoreciam descaradamente os filhos de oficiais"; "As filhas de oficiais faziam casamentos em famílias de militares" (GRAHAM, 2006: 25). No início do século XX, inicia-se em Marrocos "uma nova investida colonial à pequena escala", sendo que essa "experiência das campanhas no norte de África forjou uma nova estirpe de nacionalismo belicista que contribuía para endurecer a atitude dos militares". Um facto é, que "foi entre os oficiais que fizeram carreira no exército colonial de África, incluindo o próprio Francisco Franco, que emergiram as visões mais fatalmente redutoras sobre o que havia de errado na sociedade e nas políticas da Espanha metropolitana". Em 1927, "Franco chegou à chefia da principal academia militar espanhola, em Saragoça, fez-se rodear de uma equipa de instrutores dominada por esses oficiais coloniais, os *africanistas*", sendo na academia que nasce uma nova ideologia ultranacionalista de direita. O governo republicano expandiu as suas reformas ao exército. Para aumentar o descontentamento dos *africanistas*, o governo: ditou o "encerramento da academia militar de Saragoça", congelou "as promoções atribuídas durante as campanhas de Marrocos" e preparava-se para "devolver alguns poderes políticos às nações do País Basco e da Catalunha" (GRAHAM, 2006: 26).

¹⁰ Tradução do original em Língua Castelhana.

Não só as elites eram contra o governo republicano e as suas reformas, também, a população do interior-norte de Espanha se mostrava adversa às mudanças implementadas, sobretudo, devido à forte influência que a igreja católica tinha na zona. A separação entre a igreja e o estado foi uma das medidas que revoltou a população, no entanto, a mais ofensiva "foi a interferência da república na cultura católica que moldava as identidades sociais e a vida quotidiana" (GRAHAM, 2006: 27).

Porém, como Helen Graham (2006: 29) destaca "A derradeira ironia política é que a direita espanhola dos anos 30" apesar de ser "contra a noção de mudança democrática progressiva" conseguiu aprender "a funcionar no novo ambiente político da república, com o objetivo [sic] de travar essa mudança" e a esquerda "provou ser bem menos eficaz ou adaptável". Porquê? Para já, "a esquerda esteve condicionada pelas grandes diferenças ideológicas entre as suas partes constituintes", sendo a mais óbvia "o abismo entre o movimento parlamentar socialista e a CNT antiparlamentar e anarcossindicalista [sic]". Por outro lado, "Os republicanos e os socialistas também se confrontavam com um tremendo abismo entre a autoridade política e o poder de facto" visto as dificuldades na implementação da legislação.

O povo, principalmente, os sem-terra e os desempregados do sul, mostrava-se cada vez mais insatisfeito, visto que as mudanças que desejavam ver concretizadas, não o foram de facto, e a velha ordem permanecia. No caso da população urbana, os efeitos da Grande Depressão, fizeram-se sentir fortemente, e a falta de resposta por parte dos republicanos, gerava descontentamento.

Em novembro de 1933, as divergências na esquerda provocaram o retorno de um governo conservador, que imediatamente procurou travar e reverter as reformas. Estes dois anos (1933-1934) ficaram conhecidos por *bienio negro*, na tradução "dois anos negros", e ficaram marcados pela grande instabilidade política, que eventualmente culminou em confrontos violentos. Paul Preston (2011: 57) traça o quadro: "No final de 1933, 12 por cento da força laboral espanhola estava desempregada, rondando no Sul os 20 por cento", enquanto os "Patrões e proprietários rurais celebraram a vitória com reduções salariais, despedimentos, despejando os rendeiros e aumentando-lhes as rendas". É nestas circunstâncias, que em 1934, eclodem uma série de greves e protestos. Helen Graham (2006: 32-33) constata que "Tanto os movimentos juvenis de esquerda como a radicalizada juventude católica, conservadora e fascista levaram a política para as ruas das cidades", esta mudança a nível do espaço político espanhol, devido à "mobilização dos jovens - particularmente do sexo feminino - estava a transformar a própria natureza do espectro político".

Em outubro de 1934, a esquerda incentiva uma greve geral revolucionária que pouco impacto teve em Madrid, no entanto, nas Astúrias os mineiros e os trabalhadores revoltam-se em força. Apesar da resistência dos mineiros durante duas semanas, "as suas aldeias foram bombardeadas pela força aérea e as cidades costeiras pela marinha, até que, por fim, o exército invadiu os vales" (GRAHAM, 2006: 33). Em toda a região das Astúrias sucedeu-se "uma dura e prolongada repressão: o general Franco, enquanto comandante de facto do Ministério da Guerra, recorreu a tropas nativas de Marrocos e à Legião Estrangeira, receando que os recrutas espanhóis não fossem politicamente leais". Os resultados foram trágicos, "Às ordens de Franco e Goded são mortos mais de 1500 mineiros e presos 30 000" (CERQUEIRA, 2004: 39).

Devido à instabilidade convocam-se eleições, das quais saiu vencedora a Frente Popular, tendo como objetivo repor o programa de reformas levadas a cabo entre 1931 e 1933. Considerando que a direita parlamentar falhara e perdera as eleições, os militares decidem intervir, sob o pretexto de conterem a revolução, mas com o verdadeiro propósito de travarem a reforma. É assim que na "primavera [sic] e o verão [sic] de 1936" se assiste "à reaproximação das direitas civil e militares, e também dos conservadores aristocratas e radicais, ao mesmo tempo que o líder do partido fascista espanhol se comprometia a apoiar um golpe militar" (GRAHAM, 2006: 34). Passado umas semanas dessa ameaça, o líder do partido fascista é assassinado, é esse "o pretexto que os revoltosos necessitam para legitimar o ataque à República" (CERQUEIRA, 2004: 40).

Os movimentos fascista e comunista surgem após a Primeira Guerra Mundial e tornam-se relevantes na Segunda. De acordo com Josep Buades (*apud* DINIZ, 2009: 2), em 1936, o movimento fascista em Espanha não tinha grande visibilidade. Existia apenas um partido político com ideologia fascista, a Falange Espanhola, resultante da união com as Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas (JONS), o partido foi fundado por José Antonio Primo de Rivera, em 1933. O seu "número de filiados antes do levante militar era pequeno e o grupo não tinha representação parlamentar", apesar disso, "eram "muito ativos na rua"". Relativamente ao movimento comunista, o Partido Comunista de Espanha (PCE), foi fundado nos anos 20. Nas eleições de 1931 e 1933 "não conseguiu nenhum deputado"¹¹ (CASANOVA, 2011: 5), no entanto, "começou a adquirir presença na sociedade espanhola pela primeira vez em 1934", com a alteração de política da Komintern para "a formação de frentes antifascistas". Em 1936, nas eleições de fevereiro, "integrado na coligação da Frente

¹¹ Tradução do original em Língua Castelhana.

Popular, o PCE obteve 17 deputados", não era ainda "um partido de massa, mas tinha superado o isolamento". Como Julián Casanova (2011:5) salienta "só graças a uma guerra civil, o comunismo e o fascismo acabaram por ter uma influência notável na política e na sociedade espanhola dos anos trinta", antes do golpe militar, "nem fascistas, nem comunistas tiveram força para destabilizar a República".

A Guerra Civil de Espanha teve início a 17 de julho de 1936, data da eclosão do golpe militar contra a II República e a Constituição de 1931, que se desencadeou a partir da parte espanhola de Marrocos e no dia seguinte estendeu-se à metrópole. No entanto, mais tarde, durante o a ditadura que se instaurou no pós-conflito, a data oficial escolhida para as comemorações oficiais do *movimiento*, seria 18 de julho, visto ter sido nesse mesmo dia que Franco se pronunciou e se juntou aos amotinados.

Apesar de várias cidades aderirem à revolta, "em Madrid, Barcelona, Málaga e no País Basco as forças do exército são derrotadas pela reação [sic] espontânea de forças populares", esta "reação [sic] republicana é algo surpreendente, pois nunca na História Europeia um governo resistira a um golpe de estado tendo contra si o exército", e ainda por cima o povo estava "mal armado, pois o governo recusava-se a distribuir armas" (CERQUEIRA, 2004: 40). Paul Preston (2011: 81) frisa que os amotinados "não tinham previsto que o seu levantamento desembocasse numa guerra civil", as suas intenções "eram para um rápido *alzamiento*, a que se seguiria um diretório militar como o que havia sido criado em 1923" e, claramente, "não contavam com a força da resistência da classe operária".

A revolta "foi, ao mesmo tempo, bem e malsucedida", isto porque "não conseguiu tomar o país todo de um só golpe, como era intenção dos rebeldes", no entanto, "conseguiu paralisar o regime republicano e, mais importante, privá-lo dos meios para organizar rapidamente uma resistência eficaz" (GRAHAM, 2006: 39). Apesar de tudo, o povo, com a ajuda de alguns elementos da polícia, conseguiu travar a revolta na maioria das zonas urbanas.

Inicialmente, os republicanos detinham "61% do território, onde vivem 16 milhões de habitantes (66,6% da população), a indústria e as reservas financeiras", enquanto os nacionalistas controlavam "as zonas agrícolas e os principais portos de pesca" (CERQUEIRA, 2004: 41). Para os nacionalistas o "fator [sic] tempo era essencial", pois "a menos que conseguissem galvanizar e aumentar rapidamente as suas forças, a república teria sérias possibilidades de conseguir reagrupar-se e, com isso, conter as guarnições revoltosas" (GRAHAM, 2006: 41). E foi assim que, mais ou menos, uma semana após o golpe que iria fazer deflagrar o conflito, se assinala a primeira intervenção estrangeira no conflito espanhol. Perante a resistência republicana "os militares rebeldes solicitaram e receberam aviões de

Hitler e de Mussolini para transportar as suas tropas de assalto, a Legião Estrangeira e o Exército de África à metrópole", este ato ficou para a história como "o primeiro transporte aéreo de tropas na história bélica moderna". Foram então "as potências fascistas europeias" que "forneceram aos rebeldes espanhóis o exército de que estes necessitavam, permitindo-lhes lançar uma guerra em larga escala contra a república".

Mal se deu o golpe militar "o governo republicano tentara imediatamente (a 19 de julho [sic]), assegurar o auxílio militar por parte das democracias ocidentais - Grã-Bretanha e França" (GRAHAM, 2006: 57), no entanto, "deparou-se com a hostilidade britânica e a relutância francesa (após uma oferta inicial de ajuda)". Em vez de intervirem a favor da república, ambos os países, "planearam e estabeleceram, em agosto [sic] de 1936, um tratado de não intervenção que coibia as iniciativas públicas e privadas dos países signatários de fornecer material de guerra à Espanha". Tanto a Alemanha, como a Itália, "assinaram o tratado, apesar de terem continuado a auxiliar os militares rebeldes". Concluindo: "a não intervenção funcionou apenas contra a república, e assim continuará a ser durante toda a guerra".

Efetivamente, "Hitler e Mussolini não hesitam em enviar, respetivamente [sic], a Legião Condor e 70 000 soldados italianos, em socorro de Franco", para além disso, "a guerra permite-lhes fazer bons negócios, testar os exércitos e ganhar um aliado estratégico", visto que "Franco passa a fornecer a Alemanha e a Itália os minérios necessários à sua indústria militar e abre os recém-conquistados portos bascos à armada nazi" CERQUEIRA, 2004: 42). O governo republicano contou com "o apoio da URSS através do envio de armas, pilotos e tanques e de aviões, e conselheiros militares, a reduzida ajuda do México e a abertura das fronteiras francesas até à assinatura do Pacto de Não Intervenção".

Pode-se dizer que a reação da Grã-Bretanha foi decisiva para o curso da guerra, visto que tanto Hitler, como Mussolini, receavam envolver-se num confronto com a mesma, por isso, caso "esta tivesse reagido negativamente ao envolvimento inicial dos dois ditadores, é evidente que estes não teriam intervindo tão profusamente - na verdade, podiam até ter cessado a sua intervenção" (GRAHAM, 2006: 59). João Cerqueira (2004: 42-43) defende que sem a não intervenção da Grã-Bretanha e da Alemanha no conflito este "nunca teria tomado as devastadoras proporções bélicas", tal como, "o uso em larga escala de tanques e aviões, que tolheram a vida a um milhão de seres humanos", para além de que, muito provavelmente, "o Fascismo não derrotaria a democracia convertendo a Espanha no submisso fornecedor de minérios necessários à Alemanha e à Itália para iniciar a Segunda Guerra Mundial".

3. A memória da guerra

É importante não esquecer que a derrota dos republicanos, e posteriormente o exílio, "provocou a inviabilidade de, pelo menos até 1975, se escrever uma história do conflito que contemplasse todos os pontos de vista dos perdedores" (MEIHY, 1995: 4). Durante esse período de tempo, em Espanha, prevaleceu a visão da história desenvolvida por autores que representam o regime de Franco, tais como Ricardo de La Cierva. A versão da história dos perdedores da Guerra Civil de Espanha ficou por contar. Este vácuo, "foi preenchido pela historiografia estrangeira que, mesmo no caso da esquerda, "desespanholizou" os argumentos centrais que justificaram, pela via espanhola, a deflagração da Guerra" (MEIHY, 1995: 5). Devemos também lembrar que "o controlo dos arquivos implicou possibilidades (ou não) de estudos". Era procedimento comum de Franco, "ao tomar cada cidade, (...) com as [sic] suas tropas" recolher "todo o [sic] tipo de documentação existente". Outro fator decisivo é que os vencidos, ao saírem do país, também não puderam levar consigo a documentação necessária à produção de ensaios, o que justifica também "a tendência literária que assumiu, sempre, grande parte da produção analítica dos exilados". A grande construção da imagem da história vista do ponto dos vencidos, foi, sem dúvida, transmitida através do cinema e de revistas ensaísticas.

"A persistência, através dos tempos, de uma reflexão sobre a Guerra Civil Espanhola e as [sic] suas consequências [sic] tem gerado alternativas de estudos sobre aquela experiência que a abordam como um dos grandes traumas do século XX", constata Meihy (1995:6). Os *media* continuam igualmente a tratar a temática, transformando a Guerra Civil de Espanha num "elemento constante da cultura contemporânea".

Em 1986, o ano do 50º aniversário do início da Guerra Civil de Espanha, "ficou marcado por um silêncio quase ensurdecador" (PRESTON, 2007: 16). Para marcar a data, pouco mais houve que uma série e algumas conferências académicas. Na conferência "Valência Capital da República", o cartaz inspirado pela bandeira republicana foi "não oficialmente mas efetivamente proibido". "Não houve nenhuma comemoração oficial da guerra" (PRESTON, 2007: 17). Foi mais uma demonstração do chamado "pacto do esquecimento", "o acordo tácito, coletivo [sic], da grande maioria do povo espanhol no sentido de renunciar a qualquer ajuste de contas após a morte de Franco", essa "rejeição da violência da guerra civil e do regime que daí adveio sobrepôs-se a quaisquer desejos de vingança".

Dauchez (2014) considera que os aniversários servem exatamente para "recordar e debater"¹², permitindo-nos "não esquecer e utilizar o que se sabe como base para encarar os temas da atualidade", sendo os meios de comunicação, o *médium* mais indicado, "para divulgar estes debates e/ou as suas conclusões a partir dos meios académicos para a sociedade em geral".

Em 1996, o 60º aniversário da eclosão Guerra Civil de Espanha foi assinalado pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, com a realização de um Colóquio Internacional *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, que ficou marcado por "um debate historiográfico que reuniu em Lisboa (...) americanos, espanhóis e portugueses especialistas no período, centrado na preocupação de fazer um balanço e de divulgar as mais recentes investigações sobre o assunto proposto" (ROSAS, 2007: VII), uma contribuição no sentido de "colmatar a persistente e estranha lacuna" que existia "na historiografia espanhola sobre a Guerra Civil, e não só nela". As Atas do mesmo colóquio foram publicadas na obra coordenada por Fernando Rosas *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, que conta já com duas tiragens - a primeira em 1998 e a segunda em 2007. No decorrer do Colóquio, tal como Fernando Rosas (idem: VIII) refere "começou a alargar-se o campo do nosso conhecimento sobre o outro lado, até agora longamente oculto (...) deste combate: o campo dos vencidos, o campo dos portugueses que combateram pela República (...)" .

O 75º aniversário do fim da Guerra Civil de Espanha foi assinalado no decorrer do presente ano de 2014. Para a história ficou marcado o dia 1 de abril de 1939, dia esse em que Francisco Franco assinou o fim da guerra. Os *media* espanhóis não deixaram a data passar em branco, escreveram-se artigos e reportagens, fizeram-se entrevistas aos sobreviventes, elaboraram-se galerias de imagens e emitiram-se documentários. Porém, como Damián Morán Dauchez (2014) refere no blog MusErMeKu, a reação por parte dos meios de comunicação a esta data parece ter "sido bastante limitada - salvo alguns casos"¹³, apesar de a data em causa, não ser de facto um centenário "deveria bastar para impulsionar a maquinaria mediática". Na perspetiva do autor, os motivos dessa falta de dimensão mediática da data, em questão, são: "os grandes setores [sic] das sociedades que foram afetados pela Guerra Civil Espanhola, não são conscientes da transcendência histórica do dito conflito"; apesar de "o debate sobre esses acontecimentos ter uma certa presença nos meios - embora esta tenha sido reduzida pela crise económica", os setores que são responsáveis por "impulsionar e manter o

¹² Tradução do original em Língua Castelhana.

¹³ Tradução do original em Língua Castelhana.

dito debate parecem preferir outras datas para além desta para comemorar com maior intensidade".

Damián Dauchez analisa, ainda, o caso específico do diário *El País* que na data do aniversário publicou apenas "um par de notícias a respeito: as referentes a atos e monumentos em Alicante e Zaragoza, e (...) a análise de Miguel Ángel Aguilar sobre a declaração de vitória dos golpistas"; na página oficial do *El País* "não encontramos nenhum tema concreto a respeito", porém "se formos aos blogs do periódico, temos no chamado Historia(s) uma entrada de Julián Casanova, intitulada "La Guerra Civil que nunca se aprendió en las escuelas"".

Efetivamente, após o fim do regime houve uma "renúncia formal à vingança" que "culminou numa amnistia política, não só para os que se tinham oposto à ditadura, como também para os culpados de crimes contra a humanidade cometidos ao serviço da ditadura" (PRESTON, 2007: 19). O documento relativo à amnistia foi oficializado no dia 14 de outubro de 1977. Os governos, socialistas ou conservadores, que se seguiram trataram com cuidado essas questões relativas à guerra, evitando o "financiamento de comemorações, escavações e investigações que tivessem a ver com a guerra", para além de que, houve "também uma certa contenção no sistema educativo no que respeita ao ensino da história da Guerra Civil e das suas consequências".

Como tal e, sobretudo, devido a esse "pacto do esquecimento", Paul Preston (2007: 17) comenta "Podia-se esperar, por conseguinte, que, por volta de 2006, o interesse apaixonado pela Guerra Civil Espanhola tivesse acabado por esmorecer". Isso não aconteceu, aliás, verificou-se exatamente o fenómeno inverso. O autor explica que apenas "nos últimos anos, para muitas famílias, se começou a tratar, a sério, de uma grande parte dos assuntos pendentes, a localização, o enterro propriamente dito e o luto dos mortos". Metade da população tinha feito exatamente o mesmo há mais de sessenta anos e é "O facto de, até recentemente, tal ter sido negado à outra metade do país (...) uma das razões pelas quais a Guerra Civil Espanhola continua a despertar tanta paixão".

Considerando que os grandes vencedores da guerra foram os nacionalistas, "os membros de direita mortos pela esquerda foram identificados e sepultados com pompa e circunstância, em cerimónias muitas vezes seguidas de atos [sic] de extrema violência contra a esquerda local" (PRESTON, 2007: 18), no caso de algumas figuras mais relevantes, mereceram ainda mais honras. Devido à intervenção por parte do governo de Franco, "a grande maioria das vítimas dos crimes na zona republicana" foi "identificada e contada", tendo as suas famílias feito o luto. Inclusive, entre 1940 e 1958, às ordens de Franco foi

erguido o Vale dos Caídos, um impressionante memorial em honra dos nacionalistas que pereceram durante a guerra civil, construído, sobretudo, através da mão de obra dos derrotados. Para as vítimas da esquerda não houve um processo semelhante, por isso existiam "milhares de "desaparecidos", os corpos não localizados, a forma como morreram não confirmada". As famílias nem "podiam fazer o luto abertamente, muito menos enterrar os seus mortos".

Mesmo após a morte de Franco, "o problema da confrontação da memória da guerra civil continuava a ser extremamente difícil de resolver, porque os ódios de guerra tinham-se mantido" (PRESTON, 2007: 18), mesmo depois do cessamento do conflito. Paul Preston (2007: 19) lembra que apesar de o regime ter construído "uma visão única do passado", existiam "muitas outras memórias, escondidas e reprimidas".

Ainda no tempo da ditadura, em 1942, tinha sido iniciado um mecanismo de investigação, a "Causa General", que tinha por fim o de "reunir provas dos atos [sic] reprováveis dos republicanos" (PRESTON, 2007: 17), o que "variava entre documentos e boatos infundados". O que só serviu para alimentar os ódios e permitir as vinganças, apesar de os "procedimentos fossem extremamente vagos, as denúncias feitas, quer comprovadas ou não, serviam para reforçar a imagem generalizada da depravação republicana". Após o fim do regime, o pacto do esquecimento não foi estendido aos historiadores, como aponta Paul Preston:

(...) desde o início, em La Rioja, na Catalunha e em Aragão, tem havido investigação considerável sobre os aspetos [sic] mais desagradáveis da guerra civil, apesar do "pacto". Noutras sítios, a frágil trégua com o passado cedo foi quebrada, com o surgimento de vários trabalhos importantes sobre a repressão na Andaluzia, na Estremadura, na Galiza, e noutras regiões que se encontravam na zona nacionalista durante toda a guerra ou parte dela. (2007: 19)

Surgiu igualmente "um movimento popular a favor da reconstrução pormenorizada da guerra e da ditadura de Franco a nível local", impulsionando "a criação de uma série de organizações e associações dedicadas ao que veio a chamar-se "a recuperação da memória histórica"" (PRESTON, 2007: 20). Como tal, deu-se o início de "um processo de escavação de valas comuns", assim como, "o registo de testemunhos de sobreviventes", a par com "a produção de inúmeros documentários televisivos sobre o que aconteceu". Também, "o poder político liderado pelo PSOE tem ratificado, e simultaneamente controlado, as ações [sic] e

reivindicações dessas associações com a Ley de Memoria Histórica de España" (SIMÕES, 2009: 88).

A *Ley de Memoria Histórica* (WIKIPEDIA, 2014) para propósitos oficiais Ley 52/2007, de 26 de dezembro, foi aprovada pelo *Senado* no dia 10 de dezembro, depois de ter sido ratificada pelo *Congreso de los Diputados* a 31 de outubro de 2007. Foi no decorrer do ano de 2006, o *Año de la memoria histórica*, mais concretamente no dia 28 de julho, que o governo apresentou um projeto de lei com a designação de *Projecto de ley por la que se reconocen y amplian derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil e la dictadura*.

Os "esforços no sentido de localizar o restos mortais dos desaparecidos tem ajudado a sarar as feridas emocionais de muitas famílias" (PRESTON, 2007: 20), nos jornais constam "regularmente notícias de exumações", não há quase semana alguma "sem a publicação de uma notícia detalhada de atos [sic] de repressão nalguma cidade ou província e os números de vítimas conhecidas estão a aumentar". Em alguns sítios criaram-se as chamadas ""rotas de memória" (...) ao longo das quais é possível ver lugares onde foram cometidos atrocidades ou atos [sic] de resistência". Iniciaram-se, também, uma série de debates históricos relativos à temática.

A quebra do "pacto de esquecimento" e o aparecimento de uma avalanche de obras de cariz histórico dedicadas à Guerra Civil de Espanha na última década, assim como as consequências daí resultantes, levaram ao aparecimento de um grupo de autores - os "revisonistas" - que consideram "que os avanços históricos nos últimos trinta anos, numa infinitiva variedade são o resultado de conspiração sinistra", estes "Ressuscitam a tese que esteve na base da propaganda franquista" (PRESTON, 2007: 21). O aparecimento desta "oposição", gerou "um nível de tensão abrasiva ao discurso político do dia a dia [sic] em Espanha", tornando bem presente a temática da guerra no espaço público espanhol.

III - O Jornalismo na Guerra Civil de Espanha

1. Correspondentes na Guerra Civil de Espanha

A Guerra Civil de Espanha é considerada a última *Guerra Romântica*, pois muito provavelmente, foi a "última guerra a que voluntários de todo o mundo acudiram a lutar pelas suas ideias, conscientes que no conflito estava em jogo muito mais que a mudança de governo ou regime"¹⁴, o conflito despertou "uma intensa emoção em todo o mundo, e suscitou grandes paixões e violentas parcialidades" (CECILIA, 2007: 95). A Guerra Civil de Espanha foi também chamada de *Guerra dos Intelectuais*. "Foi tema de romances célebres, quadros imortais, fotografias inesquecíveis, textos comoventes" (RIAS, 2007: 35), ficou também marcada pela estreia do "filme sonoro para cobrir momentos marcantes ou para alimentar a propaganda". É exatamente por causa do filme sonoro que Josep Buades (*apud* DINIZ, 2009: 5) afirma que a Guerra Civil de Espanha "Foi a primeira guerra mediática [sic] da história", explicando que "Para uma população que não estava acostumada com as imagens como nós estamos hoje, isso teve um impacto muito forte". O conflito suscitou de facto "uma espantosa onda de solidariedade traduzida na presença de escritores, jornalistas, fotógrafos, intelectuais que tomaram partido e se dispuseram a lutar pela defesa de uma causa que acreditavam ser a justa" (RIAS, 2007: 35).

O mundo inteiro tinha os olhos postos em Espanha, por isso, não é de estranhar que os jornais tenham enviado os seus correspondentes para cobrir os acontecimentos. As publicações mais prestigiadas enviaram os seus melhores profissionais para Espanha. Estima-se que estiveram em Espanha "várias centenas de jornalistas ou voluntários que em algum momento exerceram tarefas informativas"¹⁵ (CECILIA, 2007: 95).

No prefácio da obra de Alberto Pena, *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Alejandro Pizarroso Quintero (2007: 13) explica que, no início, do lado republicano, "onde não estava declarado o estado de guerra, os correspondentes puderam inicialmente atuar [sic] com a máxima liberdade, embora mais tarde, a sua atuação [sic] também tivesse sido condicionada", enquanto do lado dos conservadores "o controlo foi muito mais rígido desde o princípio". O autor ainda refere que os países que apoiavam oficialmente uma das facções, não tinham, como tal, correspondentes do lado contrário, os outros países dispuseram

¹⁴ Tradução do original em Língua Castelhana.

¹⁵ Tradução do original em Língua Castelhana.

de correspondentes em ambas as frentes, no entanto, do lado dos conservadores tinham um número mais reduzido.

Principalmente, "nos primeiros doze meses, até ao verão de 1937, as notícias de Espanha ocuparam as primeiras páginas dos jornais" desde "as intervenções estrangeiras", "a resistência de Madrid, as brigadas internacionais, o heroísmo de Alcázar, as mortes e massacres, o bombardeamento de Guernica"¹⁶ (CECILIA, 2007: 95). Após 1937, apesar de se terem verificado importantes acontecimentos no conflito, registou-se um menor interesse por parte da imprensa estrangeira, os jornais foram dominados por outros assuntos - como a ofensiva de Hitler na Europa.

2. Guerra Civil de Espanha: a imprensa e a propaganda em ambas as fações

Não há qualquer dúvida relativamente ao papel central da propaganda no conflito, em ambas as frentes. Do lado republicano foi criado "em novembro [sic] de 1936, um Ministério da Propaganda que, tendo posteriormente mudado de designação, era responsável pela propaganda tanto interna como externa" (RIBEIRO, 2007: 172). Relativamente aos meios, a rádio foi bastante importante mas, também, "utilizaram fortemente o cinema, com a exibição de noticiários e de documentários, tendo igualmente recorrido a campanhas de difusão da leitura e de combate ao analfabetismo". Existiram várias "publicações das diferentes unidades militares, sobretudo da fação [sic] republicana", "jornais de guerra, destinados a manter a moral dos combatentes e doutriná-los política e ideologicamente, contribuíram também para as campanhas de alfabetização que, apesar das enormes dificuldades, se realizaram nas frentes de batalha" (PIZARROSO, 1994: 322).

"A partir de agosto de 1936, a República toma consciência da gravidade da situação e vê a necessidade de uma coordenação dos diferentes aparatos propagandísticos para unificar os slogans e controlar a imprensa e os espetáculos públicos", é por isso que no "dia 21 de agosto se cria a Oficina de Propaganda e Informação"¹⁷ (IGLESIAS, 1997: 21). A criação deste organismo "é recebida com satisfação nos meios de comunicação, porque é encarada como um esforço para defender a imagem da República tanto no interior como no exterior".

No âmbito de unificar a propaganda, em setembro do mesmo ano, o Governo cria em substituição da Oficina de Propaganda, o Ministério da Propaganda. O Ministério divide-se em várias secções: "Serviço de Informação (disponibiliza à imprensa as notícias diárias

¹⁶ Tradução do original em Língua Castelhana.

¹⁷ Tradução do original em Língua Castelhana.

nacionais e estrangeiras"); "Serviço Espanhol de Informação (seleciona a informação que deve ser conhecida na Europa sobre a guerra de Espanha utilizando as embaixadas como veículos de divulgação"; "edições e publicações (ocupa-se da edição de folhetos, livros e cartazes)"; "cinema (conta com um noticiário e dois documentários semanais)"; "rádio (retransmite os discursos de personalidades políticas, contando com um serviço de escuta das rádios inimigas e transmite cinco vezes ao dia o noticiário "La Palabra")"; "discoteca (realiza os atos [sic] musicais, dá a conhecer a música clássica e revolucionária e seleciona os principais discursos transmitidos para serem editados)"; "serviço fotográfico (conta com umas 150.000 fotografias divididas por temas)"; e, por último, a "Oficina de Imprensa Estrangeira (encarregue do alojamento e informação dos jornalistas estrangeiros, assim como a realização de exposições fora de Espanha)" (IGLESIAS, 1997: 22). Em 1937, "Negrín fez desaparecer o Ministério da Propaganda, substituindo-o por uma subsecretaria (...) e dependente do Ministério de Estado, o que indica a importância dada à propaganda para o estrangeiro" (PIZARROSO, 1994: 321-322).

Tanto o Governo Basco, como a "Generalitat" da Catalunha, "exerceram competências autónomas neste domínio" (PIZARROSO, 1994: 322). No caso da Catalunha, "criou-se um Comissariado de Propaganda do Governo Autónomo", que "realizou um importante trabalho no âmbito do cinema e também no da imprensa". Quanto ao Governo Basco, este "teve muito menos espaço para realizar a sua atividade [sic] de propaganda, apesar de ter criado um Serviço de Propaganda", efetivamente após a "queda de Bilbau (14 de julho [sic] de 1937) teve de se mudar para Barcelona", no entanto, "O aspeto [sic] mais interessante da propaganda do governo basco foi pôr em evidência a liberdade que ali gozava a Igreja Católica face ao anticlericalismo [sic] que imperava no resto da Espanha republicana".

Do lado republicano "os contactos e o controlo dos correspondentes estrangeiros e a censura dos seus comunicados esteve inicialmente a cargo da Secção de Imprensa e Propaganda do Ministério de Estado de Madrid" (PIZARROSO, 1994: 323), tendo sido posteriormente trasladada para Valência, tal como o próprio governo. No caso da Catalunha e do País Basco, "foram os respetivos [sic] governos autónomos os encarregados das relações e controlo dos jornalistas estrangeiros". Alejandro Pizarroso Quintero constata que "As comunicações com o estrangeiro foram inicialmente muito mais fáceis a partir da zona republicana onde se encontravam as cidades mais importantes que tinham linhas telefónicas diretas [sic] com o exterior", de facto, inclusive, em pleno cerco de Madrid, "os

correspondentes transmitiam as suas crónicas por telefone depois de terem passado pela censura".

Fora de Espanha, o governo tinha "representações diplomáticas regulares cujos serviços de imprensa, além de servirem comunicados aos diferentes jornais e agências, editavam em muitos casos folhetos de propaganda em vários idiomas" (PIZARROSO, 1994: 323). Em 1937 criou-se, inclusive, "uma espécie de agência internacional de notícias (...) que enviava para Espanha os seus próprios correspondentes", tendo esta duas delegações, uma em Paris e outra em Londres.

Face à contrapropaganda republicana, os rebeldes criaram no dia 4 de agosto de 1936, "um gabinete responsável pelo controlo da imprensa, que viu pouco depois as suas competências alargadas - com o nome de Delegação Nacional de Imprensa e Propaganda - desenvolvendo um intenso trabalho propagandístico tanto a nível interno como externo" (RIBEIRO, 2007: 172). A primeira atividade deste gabinete era "recuperar todo o material gráfico disperso, e para tal pede-se a colaboração de todos os cidadãos" (IGLESIAS, 1997: 24). Para além disso, a censura exercida pelo mesmo gabinete permite uma "certa homogeneidade nas notícias" (IGLESIAS, 1997: 25). Outra função do gabinete era também "a propaganda dirigida às frentes inimigas".

Esta Delegação é substituída ainda em outubro de 1936, com a fundação de "uma Secção de Imprensa e Propaganda, dependente do Chefe de Estado" (IGLESIAS, 1997: 25) . A 3 de dezembro "toma a sua primeira decisão importante ao determinar que sejam publicados diariamente na Imprensa as peças de guerra do Quartel General em vez de serem artigo de fundo", desta forma "impedem-se as críticas, ao unificarem-se os critérios, e amplia a influência da propaganda". De facto, estes relatos da guerra "podem ter um efeito moralizador se se ocultarem as derrotas". Sai também ordem para "que todas as publicações remetam os exemplares" à Secção, ordem que seria complementada "com a do mês de abril, na qual se exige o envio de duas cópias de todas as fotografias que se tirem". Estão também previstas sanções para o incumprimento destas normas. Existiam também normas para a rádio, "determinando-se que sempre que se fossem comunicar notícias oficiais se ouvisse primeiro o "Hino da Legião" e se terminasse com qualquer dos motes da Falange ou Requeté".

Tal como aconteceu com os republicanos, em 1937 "as circunstâncias bélicas e políticas obrigaram à substituição da Secção por uma Delegação de Imprensa e Propaganda ligada à Secretaria Geral do Chefe de Estado" (IGLESIAS, 1997: 25). Em 1938, "a propaganda passa a depender do Ministério do Interior, momento em que se elabora a Lei da

Imprensa". A Lei da Imprensa "concebia a imprensa como um serviço público e que os organismos pertinentes do Estado podiam intervir na sua gestão e nos conteúdos em qualquer momento" (PIZARROSO, 1994: 325).

Quanto aos correspondentes estrangeiros, o controlo feito pela facção rebelde foi desde o início do conflito muito mais rígido, tendo por base o "sistema britânico da Primeira Guerra Mundial" (PIZARROSO, 1994: 326). Assim, os jornalistas "creditados recebiam regularmente notas informativas das autoridades e tinham a liberdade de movimentos muito limitada", a deslocação às zonas de combate era feita sob acompanhamento "por um oficial designado para o efeito". Os rebeldes exerceram de facto "uma forte censura militar e política desde a primeira hora", no entanto, "no início do avanço franquista na Andaluzia, alguns correspondentes enviaram livremente as suas crónicas a partir de Gibraltar e inclusivamente de Tânger". Luis Antonio Bolín, "como chefe do Serviço de Imprensa do Quartel-General do Generalíssimo, teve a iniciativa de criar um serviço para assessorar e controlar os correspondentes estrangeiros" com sede em Servilha, este gabinete "atribuía aos jornalistas estrangeiros, com um critério mais ou menos arbitrário, uns cartões de identificação". Logo no início, o gabinete preocupou-se em "determinar a relação entre os artigos aparecidos nos jornais estrangeiros (muitas vezes hostis aos avanços franquistas) e os correspondentes que os podiam ter enviado", apesar de muitos assinarem com outro nome. Muitos correspondentes foram, inclusive, expulsos do país.

Relativamente ao "trabalho propagandístico no exterior", apesar de terem "meios mais precários que os republicanos" e terem "menor interesse" no mesmo, também iriam investir nesse âmbito, primeiro "contaram com alguns diplomatas que abandonaram as embaixadas do governo legítimo", assim como, "os correspondentes dos jornais mais conservadores" e conseguiram apoio por parte dos "partidos de direita dos vários países" e, também, da "Igreja e, em menor medida, nos serviços diplomáticos dos países que os apoiavam abertamente, como a Itália ou a Alemanha" (PIZARROSO, 1994: 326-327). Apareceram também algumas associações que ajudaram na divulgação da propaganda rebelde. É de notar que sendo a temática "da Raça e da Hispanidade (...) um argumento recorrente da propaganda franquista" (PIZARROSO: 327), chegaram a causar impacto na América Latina, tendo existido inclusive uma "'Falange Externa", especialmente nos países hispano-americanos" e contam-se numerosas publicações nos mesmos países.

3. O caso português

A Guerra Civil de Espanha "teve repercussões e envolvimento que extravasaram [sic] as fronteiras espanholas", de tal forma, "que a historiografia especializada é unânime em encarar a questão não como uma guerra civil, nacional de Espanha, mas como um complexo conflito militar e diplomático, internacional, em Espanha" (SARDICA, 2007: 197). Quanto ao Estado Novo "a guerra espanhola foi o acontecimento, ou conjuntura, que mais relevância e consequências teve, tanto ao nível da política interna como ao nível da política externa" desde a implementação do regime até "ao fim do seu primeiro ciclo histórico, em 1945" (SARDICA, 2007: 197- 198).

Dessa forma, no caso da "política de informação seguida em Portugal" durante o conflito "não foi de todo um aspeto [sic] menor da aposta salazarista na defesa do Estado Novo e na vitória de Franco" (SARDICA, 2007: 204). Claro que não foi (apenas) essa política "que ditou a sorte das armas em Espanha, mas, como em todas as guerras modernas - massificadas, longas, com ativo [sic] envolvimento das retaguardas civis e das opiniões públicas - foi ela que perpassou por todas as" outras "frentes de ajuda" - o apoio material, logístico e financeiro, a intervenção policial e a política e diplomacia - "filtrando, escondendo, defendendo, justificando ou falseando a realidade bélica a favor de um dos contendores". É realmente, ponto assente que "os anos das guerras" - a de Espanha, primeiro, e depois a II Guerra Mundial - foram também "os anos mais rigorosos em termos da intervenção da censura".

3.1. A Imprensa Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha

"Nunca um acontecimento havia mobilizado tantos jornalistas portugueses para o estrangeiro como a Guerra Civil de Espanha", é assim que Alberto Pena Rodríguez (2003: 9) começa o seu artigo *A guerra de propaganda de Salazar: Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, de facto, segundo o autor foram enviados para cobrir o conflito "mais de trinta jornalistas e fotógrafos dos principais jornais portugueses, que trabalharam durante toda a guerra em território rebelde". Dessa forma, logo à partida, os correspondentes portugueses vão apresentar uma perspetiva limitada do conflito. Alberto Pena esclarece que nenhum dos correspondentes portugueses "ignorava que fazia parte da engrenagem de uma estratégia de propaganda, urdida pelo Estado Novo de Salazar para apoiar Franco" (PENA, 2003: 10), pelo contrário, tinham plena consciência da sua missão,

que "consistia em lutar pela liberdade da Península a partir das trincheiras do jornalismo" contra a ofensiva comunista.

O *Diário de Notícias* foi o jornal português que mais se destacou na cobertura do conflito, enviou treze pessoas para Espanha - onze jornalistas e dois fotógrafos. O jornal *O Século* enviou cinco pessoas. O *Diário de Lisboa* deslocou sete correspondentes, dos quais dois eram fotógrafos. O *Diário da Manhã* tinha dois enviados, assim como o *Comércio do Porto*. O *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* contavam, ambos, com apenas um correspondente em território espanhol. *A Voz* ainda publicou algumas crónicas, *A Noite* diversas reportagens e o *Acção* divulgou as impressões de uma viagem à zona dominada pelos nacionalistas.

Os enviados portugueses não foram escolhidos de forma alguma aleatoriamente, foram selecionados a dedo. Numa primeira instância, a decisão cabia às redações dos respetivos jornais, no entanto, a última palavra cabia sempre ao Secretariado de Propaganda Nacional, sob a direção de António Ferro, e ainda precisavam de um salvo-conduto da Representação da Junta de Burgos em Lisboa. O "SPN emitia-os facilmente aos jornalistas afetos [sic] ao regime e recusava-os a todos aqueles que não ofereciam garantias de atuarem [sic] como porta-vozes dos interesses franquistas". (SARDICA, 2007: 215).

Esta restrição no processo de seleção e, posteriormente, deslocação de jornalistas portugueses a Espanha, demonstra a importância que o Estado Novo atribuía ao assunto. Alberto Pena Rodríguez explica:

Havia, evidentemente, demasiadas coisas em jogo para que o governo português se permitisse o descuido de deixar um jornalista sem o perfil devidamente moldado à ideologia do Estado Novo passar a fronteira e escrever a partir de Espanha em absoluta liberdade. O papel dos correspondentes portugueses estava longe de ser insignificante. Eles formavam parte da engrenagem propagandística da imprensa portuguesa e podemos considerar a sua função como essencial. (2003: 10).

Para além desse processo de seleção dos jornalistas, "os apoiantes, espanhóis, e portugueses, do *Alzamiento*, organizaram uma rede de transmissão de notícias, desde a fronteira a Lisboa, vigiando para que idêntica iniciativa estivesse sempre vedada à oposição reviralhista" (SARDICA, 2007: 215-126). De facto, esse "condicionalismo geográfico, a

seleção política dos correspondentes enviados a Espanha, a montagem de redes de informação pró-nacionalista e a própria sombra omnipresente da censura", foram fatores decisivos para que Salazar conseguisse cumprir o seu objetivo último "que apenas um dos lados da guerra pudesse ser escutado (ou lido) em Portugal". Para além disso, "muitas vezes, eram os próprios serviços de imprensa da Junta de Burgos (ou da sua representação em Lisboa) que enviavam informações diretamente [sic] para as redações de Lisboa".

Qual era então o papel dos jornalistas portugueses? Portugal viveu realmente a Guerra Civil Espanhola como se de um assunto interno se tratasse, visto que para Salazar, uma vitória da parte dos nacionalistas de Franco representava "o complemento ideológico perfeito para levar a cabo o seu projeto [sic] político autoritário em Portugal, com garantias de futuro e evitando os perigosos contágios democráticos provenientes do país vizinho" (PENA, 2007: 15). Nos três anos da guerra espanhola o Estado Novo optou por duas formas de propaganda distintas para defender a sua causa: alimentou "uma forte corrente nacionalista contra o "perigo espanhol" da Segunda República", utilizando o medo histórico de uma invasão castelhana; e ao mesmo tempo, "estimulou-se a fraternidade peninsular com base na identificação entre a ideologia franquista e salazarista". Os correspondentes, enquanto instrumentos de propaganda, tinham então o papel de passar essa mesma mensagem sub-repticiamente ao público, através dos seus testemunhos dos eventos, conferindo um enquadramento realista à causa.

Segundo Alberto Pena Rodríguez (2003: 11) as crónicas dos jornalistas portugueses "representavam a componente sensacional e testemunhal dos acontecimentos", "eram os notários de uma realidade que, para aqueles que seguiam as notícias pela rádio ou assistiam aos encontros públicos em Portugal, podia parecer fantasiosa ou difícil de aceitar", transmitiam frequentemente a imagem dos republicanos "como carrascos" e dos nacionalistas "como vítimas". Para os correspondentes portugueses, os ataques levados a cabo pelos nacionalistas "não são mais do que operações de *pacificação* em zonas sob domínio da "barbárie vermelha"". Enquanto os republicanos "se encontram tomados por sentimentos de ódio e vingança, os nacionalistas são "caracterizados como pessoas muito humanas sensíveis e com grande sentido de justiça"". Júlia Leitão de Barros, após analisar os jornais portugueses relativos a esse mesmo período, conclui que:

Com persistência e repetidamente se divulgou ser a guerra civil de Espanha a luta contra o comunismo internacionalista, do bem, contra o mal, do catolicismo contra o ateísmo, etc. Todas as figuras políticas espanholas que enfileiravam no lado

republicano eram apelidadas de "vermelhos", "marxistas", "moscovitas", "bandidos", "escória", "canalha", "bárbaros"; por seu turno as forças nacionalistas eram tituladas de "gloriosas", "salvadoras", "patriotas". (BARROS apud RIBEIRO, 2007: 174-175)

José Miguel Sardica (2007: 217) chama a atenção para "a forma como a imprensa portuguesa se referiu ao célebre e emblemático episódio do bombardeamento da vila basca de Guernica, em abril [sic] de 1937, depois imortalizado na tela por Picasso". O incidente foi desvalorizado, "escreveu-se o mínimo possível, justificou-se tentativamente a operação no quadro da defesa da unidade espanhola contra o separatismo basco" e, no momento em que, "franceses e ingleses quiseram abrir um inquérito internacional a pedido das autoridades bascas, Salazar mandou dizer que tal pedido "só teria como objetivo [sic] obter [...] especulações que não nos interessam e para que não podemos contribuir"" (SALAZAR apud SARDICA, 2007: 217).

Alberto Pena (2003: 12) considera que "Apesar deste pendor ideológico, a cobertura da Guerra Civil pelos jornalistas portugueses foi uma das mais completas de entre todas as realizadas por jornalistas estrangeiros", "proeza que se deveu à situação de claro favorecimento dos jornalistas portugueses por parte das altas patentes franquista e do próprio Franco" (MARQUES e SILVA, 2013: 3). A sua atividade é, sobretudo, "mais no período de julho [sic] a dezembro [sic] de 1936, embora até ao fim da guerra se tenham mantido no país correspondentes portugueses, acompanhando as mais importantes batalhas". Estiveram presentes nos momentos mais marcantes da guerra civil, "da conquista de Badajoz ou Toledo às batalhas de Teruel e Barcelona (...), marcando presença até em Marrocos".

O mecanismo de propaganda organizado pelo Estado Novo tornou-se ainda mais eficaz "com a publicação de uma vintena de obras baseadas na recolha das experiências jornalísticas da guerra e que tiveram, nalguns casos, várias edições em Espanha, Portugal e Brasil" (PENA, 2003: 12). Alguns exemplos são: o *Jornal de um correspondente da Guerra em Espanha*, do correspondente do *Diário de Notícias*, José Augusto, publicado em 1936; também de 1936, de Maurício de Oliveira, do mesmo jornal, *A tragédia espanhola no mar*, que viria a publicar no ano seguinte, um outro livro *As duas Espanhas no mar*, sendo autor também de *Marinheiros de Espanha em guerra*, e de *Águas de Espanha. Zona de guerra*; de Oldemiro César, também correspondente do *Diário de Notícias*, *A guerra, aquele monstro... Dois meses nas Astúrias entre soldados galegos*, de 1937; datado do mesmo ano, *Madrid Tragédia*, do jornalista de *O Século*, Leopoldo Nunes, que é, também, autor de *A Guerra de*

Espanha. Dois meses de reportagem nas frentes da Andaluzia e da Estremadura e de Um drama na legião. Novela de amor e de aventuras no Tercio; também de 1937, *Nas Trincheiras de Espanha*, de Artur Portela do *Diário de Lisboa*; da autoria de Armando Boaventura, do *Diário de Notícias*, as obras *Madrid-Moscovo. Da ditadura da IIª República à Guerra Civil de Espanha*, e o *O Milagro de Toledo*; de Urbano Rodrigues, também do *Diário de Notícias*, a obra *Jornadas de uma corte marroquina*; em 1940, é a vez de Félix Correia, também do *Diário de Lisboa*, publicar *Quem vem lá? Gente de Paz! Gente de Guerra*; Tomé Vieira, outro enviado de *O Século*, escreveu por sua vez *Espanha. Prólogo da guerra futura* de 1937, e *5 meses em Espanha e 5 dias em Portugal* do mesmo ano; Rogério Pérez, que fez a cobertura pelo *Diário de Lisboa*, redigiu a obra *Franco*; José M^a da Costa Júnior, do *Diário da Manhã*, escreveu *A Espanha sob o Terror Vermelho*; Eduardo dos Santos, do *Comércio do Porto*, é autor de *A rota da guerra no norte de Espanha*. Esta "difusão bibliográfica", em vários casos, contou "com o apoio do Estado e da Parceria Pereira, editora lisboeta que publicou numerosos livros dos correspondentes portugueses em Espanha" (PENA, 2003: 12).

António Ferro, o diretor do Secretariado Nacional de Propaganda Nacional (SPN), pronunciou-se no *Diário da Manhã*, de 13 de novembro de 1936, relativamente aos correspondentes portugueses em Espanha, declarações que sublinham mais uma vez a importância atribuída pelo Estado Novo ao papel desempenhado por estes. Passo a citar:

Os jornalistas portugueses enviados para a frente de batalha têm-se desempenhado da sua missão com escrúpulo, zelo, inteligência e patriotismo, que os deviam impor ao respeito de todos. E, fazendo esta afirmação terminante, não distinguimos os delegados deste [sic] jornal dos de quaisquer outros, porquanto todos eles [sic] têm sabido honrar a sua profissão e demonstrado exuberantemente que, não sacrificando jamais, conscientemente, a verdade, se têm desempenhado da sua difícil tarefa com os olhos fitos na sua Pátria, ao mesmo tempo que têm provado possuir qualidades e faculdades necessárias para si próprios e libertos de quaisquer tutelas, corresponder à confiança que neles se depositou. (apud PENA, 2003: 13)

De facto, até os próprios jornais elogiavam e defendiam o desempenho dos seus jornalistas em território espanhol. Na capa do *Diário de Lisboa*, de 10 de agosto de 1936, são feitas algumas considerações relativamente ao trabalho dos mesmos. Para começar, o jornal sublinha que "O público nem sempre se dá conta das dificuldades com que lutam os jornais para acompanhar os acontecimentos de Espanha. No entanto, o jornalista vive horas

atribuladas no propósito de ser exato [sic], dentro das incertezas da informação." Explica ainda que "O "Diário de Lisboa", não se contentando com o serviço das agências, embora à [sic] custa de sacrifícios [sic], mandou para Espanha alguns dos seus redatores [sic] categorizados, com esta recomendação: - Seja verdadeiro e português!". Elogiando os jornalistas no terreno, Norberto Lopes "pelo escrúpulo [sic] com que historiou e anotou o que decorreu diante dos seus olhos", Artur Portela e Félix Correia "visto saberem quanto devem ao seu nome e ao jornalismo que servem, seguem as operações militares, com o mesmo escrúpulo [sic]".

Na visita oficial a Lisboa, Nicolas Franco, em maio de 1938, expressou "a sua admiração pelos correspondentes portugueses, de quem se sentia orgulhoso como espanhol (sic), porque haviam sabido desempenhar a sua missão".

O Sindicato dos Jornalistas emitiu um comunicado dirigido aos correspondentes portugueses em Espanha, em novembro de 1936, louvando os mesmos "pelo alto espírito profissional demonstrado nas difíceis condições do momento, defendendo e honrando, com o maior brilhantismo, a categoria do jornalismo português" (PENA, 2003: 13). O Rotary Club de Lisboa, em março de 1937, iria igualmente reconhecer o trabalho dos correspondentes portugueses, primeiro organizando uma conferência e, mais tarde, dando um jantar de confraternização entre os seus sócios e os jornalistas em questão. Foi Adolfo Andrade, presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Publicidade, a proprietária do *Diário de Notícias*, que proferiu a conferência, elogiando os correspondentes:

É ver com quanta abnegação e espírito de sacrifício partem, no momento oportuno, para as missões mais arriscadas, não se poupando a sacrifício de nenhuma ordem, a fim de proem o seu jornal [sic] em condições de prestar as melhores e mais sensacionais informações ao público! A atuação [sic] recente, nas zonas de guerra de Espanha, de brilhantes profissionais (...), marca uma página na história do jornalismo, que indiscutivelmente honra e nobilita sobremaneira a Imprensa portuguesa (...). (apud PENA, 2003: 13-14)

Os correspondentes portugueses em Espanha não foram, no entanto, poupados a críticas. Na mesma ocasião, Adolfo Andrade aludiu às mesmas, afirmando que estas foram "quase sempre imerecidas, quando não profundamente injustas!". Tomé Vieira, enviado de *O Século*, iria também defender o seu trabalho em Espanha, assim como o dos seus colegas de profissão, dando várias conferências. Dessa forma, Vieira iria transmitir a sua visão da guerra:

A propósito da guerra de Espanha houve quem me fizesse este reparo: - Não acredito que os espanhóis só sejam maus, sanguinários, do lado dos vermelhos. Pertencem à mesma raça, devem num lado e noutro ter cometido atrocidades. À primeira vista isto parece que é bem observado. Mas não é. A diferença não está na raça, está nos processos de propaganda que usam uns e outros. Porque havemos de estranhar que os vermelhos cometam barbarismos e os nacionalistas não? Porque aqueles que fizeram e fazem propaganda da sua doutrina política com ódio, e os segundos, realizam-na apregoando a concórdia, o amor. Os primeiros destroem [sic] para vencer, os segundos constroem [sic] para ganhar. O programa do comunismo é a destruição, foi sempre a destruição. (VIEIRA apud PENA, 2007: 184)

Por seu lado, Félix Correia, o enviado do *Diário de Lisboa*, "Pede aos seus leitores que reajam à "história negra" que mede pela mesma bitola ambos os contendores", sendo que para o jornalista os "criminosos são apenas os que se definem como "marxistas"; os outros não o são" (PENA, 2003: 14). Tomé Vieira iria ainda afirmar que os jornalistas portugueses em Espanha beneficiaram de total liberdade, afirmando que nunca foram "forçados a escrever o contrário daquilo que viram e sentiram" (apud PENA, 2007: 184), rejeitando e desvalorizando por completo as opiniões em contrário.

O próprio *Diário de Lisboa*, na já citada edição de 10 de agosto de 1936, responde às críticas:

Há pessoas que, sem atentarem nas paixões e rancores da hora que passa, desejariam que nós fôssemos o arauto das suas opiniões. Não pode ser! Preferimos aguentar as [sic] críticas ferozes dos que, ora da direita, ora da esquerda, nos zaguncham: - Vire-se para o nosso lado!"

Esclarecendo ainda que:

O "Diário de Lisboa" jamais obrigou os seus redatores [sic] a um ato [sic] de fé, que entrega à sua consciência, mas sim a um ato [sic] de lealdade, que transparece na sua maneira de trabalhar para os nossos [sic] leitores. (...) Não desconhecem que nós somos [sic] pela ordem contra a desordem, pelo nacionalismo contra o internacionalismo, pela autoridade contra a anarquia.

Quanto aos "opositores do Estado Novo (...) não deram muito crédito aos esclarecimentos dos correspondentes de guerra", estando "conscientes da farsa propagandística que se escondia atrás do trabalho jornalístico", e por isso, muitos jornalistas "foram perseguidos e ameaçados pela sua interpretação parcial do conflito" (PENA, 2003: 14-15). Um deles foi Oldemiro César, correspondente do *Diário de Notícias*, que quando se encontrava destacado em Espanha foi alvo de ameaças de morte, e injuriado, através de correspondência anónima.

Devido ao "apoio prestado a Franco, à revelia da não-intervenção internacionalmente acordada, Salazar e o Estado Novo viram-se catapultados pela primeira vez para os cabeçalhos da grande imprensa europeia" (SARDICA, 2007: 218). Como tal, "Nas páginas dos jornais democráticos ingleses e franceses o comportamento da imprensa portuguesa e, mais latamente, o conjunto de ajudas prestadas pelo regime português ao nacionalismo franquista, foi amplamente noticiado e criticado".

A 6 de junho de 1939, houve um atentado ao comboio onde viajavam correspondentes e "viriatos" - oficiais portugueses que combateram voluntariamente em Espanha- tendo a carruagem sido apedrejada. No incidente "Félix Correia, do *Diário de Lisboa*, e Jorge Simões, do *Diário da Manhã*, ficaram feridos com alguma gravidade na cabeça por terem sido atingidos com uma garrafa de vinho" (PENA, 2007: 185). Este evento foi, no entanto, escondido do público, "porque a censura cortou todas as notícias", apenas, "o diário *O Século* dedicou umas discretas [sic] linhas ao sucedido, qualificando o ato [sic] de "proeza de selvagens"".

A 10 de Junho do mesmo ano, o *Rádio Clube Português* organizou um almoço, no Café Tavares, em Lisboa, juntando os "viriatos" e os correspondentes portugueses. No decorrer do mesmo "houve discursos proferidos por vários oficiais, aclamações ao Estado Novo, Franco e Salazar, e (...) os "viriatos" entoaram o hino da Legião Espanhola" (PENA, 2007: 185); Félix Correia discursou no banquete e "recordou a camaradagem existente em Espanha entre os soldados e jornalistas portugueses". O capitão Botelho Moniz "propôs que os oficiais colocassem as suas medalhas militares no peito dos correspondentes, pelos seus méritos na batalha propagandística contra o comunismo", é nestas circunstâncias que Aprigio Mafra do *Diário de Notícias*, "acabaria por outorgar ao Capitão Botelho (...) o mérito de "melhor jornalista português da guerra"". Este evento foi alvo de grande destaque pelo *Diário da Manhã*.

Alberto Pena (2003: 15) destaca que a facciosidade dos correspondentes portugueses, "era tão evidente que o próprio Leopoldo Nunes não hesitou em reconhecer, numa das suas

informações sobre a "limpeza" rebelde entre os mineiros de Riotinto, em Huelva, a sua colaboração com os militares incorretos [sic]". A sua parcialidade torna-se "mais evidente ainda durante a campanha publicitária para a divulgação do seu livro *Madrid trágica. Dos primeiros tiros à derrocada final*", visto que nos cartazes "surge de braço estendido em saudação fascista", assim como, num texto publicitário relativo à mesma obra, publicado no diário *O Século*, no qual se difamam fortemente os republicanos.

A entrevista realizada por Félix Correia a Franco foi a "primeira entrevista a um meio de comunicação social após o golpe" (PENA, 2003: 16), tendo sido publicada posteriormente no *Diário de Lisboa*. Félix Correia escreve que o general "Começou por nos dizer que é com o maior prazer que fala a um jornalista português" (CORREIA, 1936: 10), desculpando-se pela demora. Como Alberto Pena constata, esta atitude por parte de Franco, demonstra bem, "A predileção das autoridades fascistas pelos jornalistas portugueses" (PENA, 2003: 16).

Na mesma entrevista, inquirido por Félix Correia relativamente a Portugal, o general evidencia a afinidade existente entre os dois países e a sua intenção de garantir que se mantenham as relações amigáveis, tal como feito no último século. Vai ainda mais longe e explica a importância do apoio português à sua causa, e o interesse mútuo desta relação para ambos os países:

Mas nesta hora, mais do que nunca, há circunstancias que tornam ainda mais estreita esta solidariedade que nos une: se o movimento espanhol tivesse a possibilidade, absolutamente afastada, de perder, não seria apenas a Espanha a vítima de tal hecatombe, pois o governo português ver-se-ia constantemente ameaçado pela onda comunista que do meu país partiria. Entendo que a Espanha convém um Portugal forte como o de agora. E é fora de duvida que também a Portugal convém que a Espanha seja uma Nação forte e ordeira e não uma fogueira de anarquia e de terror cujas labaredas passariam certamente as fronteiras, consumindo os países vizinhos e a própria [sic] Europa! (CORREIA, 1936:11)

A popularidade do "furo" de Félix Correia passou fronteiras, a entrevista "também foi difundida em Inglaterra na edição de domingo do *News of the World*" (PENA, 2003: 16). Foi de facto "tão sensacional que o *National Newspaper Services* londrino, incapaz de entrar em contacto com Franco, tentou contractar Félix Correia para uma nova entrevista, em exclusivo, com o líder rebelde", oferecendo "10.000 libras para o próprio Franco se este se

viesses a tornar Chefe de Estado" e "5.000 libras mais despesas de alojamento caso fosse derrotado e tivesse que fugir de Espanha"; enquanto o jornalista, "se aceitasse a proposta e conseguisse a entrevista, receberia 1.000 libras na primeira hipótese e 500 na segunda".

Armando Boaventura, chefe de redação do *Diário de Notícias*, para conseguir a primeira entrevista a Franco, contou com a ajuda de António Ferro. No início do encontro, Franco "sublinha o caráter [sic] excepcional [sic] da entrevista": "Por ser português e pela sua ação [sic] jornalística em prol da causa de Espanha, não de agora, mas de antes do nosso Movimento" (PENA, 2003: 17). O jornalista iria ainda conseguir uma segunda entrevista, após abandonar o *Diário de Notícias*, a qual foi "publicada a 29 de maio [sic] de 1938 no *Século* e ilustrada na capa com uma fotografia do correspondente lado a lado com o Caudilho".

Outros jornalistas portugueses "tiveram o privilégio de manter com Franco conversas informais, em tom amistoso, nas quais ele se referia elogiosamente a Salazar e ao Estado Novo" (PENA, 2003: 17). E, tal como Alberto Pena refere, "se este estava ao alcance dos correspondentes portugueses, muitos dos seus inferiores hierárquicos também o estavam". É neste contexto que "Queipo (...) recebeu Félix Correia mal este chegou a Sevilha, a 6 de agosto [sic] de 1936", "José Augusto, por sua vez, entrevistou o general Varela a 22 de agosto [sic] de 1936 e Luis Orgaz Yoldi a 8 de setembro [sic]", por seu lado "Artur Portela publicou entrevistas com os generais facciosos Doval, Cabanellas, Ponte, Mola, Queipo de Llano, Millán Astray, etc.".

Os jornalistas portugueses tinham então "muitas facilidades de que não dispuseram jornalistas de outros países", não só, conseguiram as entrevistas mencionadas anteriormente, como "reproduziam nos seus jornais documentos que por vezes lhes eram cedidos em exclusivo pelas autoridades rebeldes" (PENA, 2003: 17). Para além disso, tinham também "uma grande liberdade de movimentos", sendo que o próprio "Serviço de Imprensa de Luis Bolín, com sede em Sevilha, que tinha por função controlar a atividade [sic] dos jornalistas estrangeiros na zona sublevada, fazia vista grossa em relação aos portugueses" (PENA, 2003: 17-18).

Segundo Alberto Pena (2003: 18) logo nas primeiras semanas após o *Alzamiento*, quando "conseguir um automóvel para ir à meseta era um luxo, Bolín pôs à disposição de Artur Portela um automóvel adornado com a bandeira portuguesa, advertindo-o apenas que não dissesse nada aos outros jornalistas estrangeiros", dessa forma "Portela foi o primeiro jornalista a chegar a Talavera de la Reina e o único a conseguir relatar a conquista da localidade pelos revoltosos, no início de setembro [sic] de 1936". O jornalista português foi

também auxiliado noutras ocasiões, sem ser por Bolín, por exemplo, quando esteve "Em Tetuán, (...) também teve ao dispor um automóvel oficial para se deslocar nos territórios dominados pelos rebeldes em Marrocos", já "Em Larache, o Estado Maior da Falange Espanhola chegou mesmo a fazer Portela desfilar perante as suas várias unidades, como se tratasse de uma ilustre personalidade". Também, José Augusto "dispôs de idêntica liberdade de movimentos, ao contar com um automóvel e escolta pessoal nas suas deslocações pela *Andaluzia*".

Os correspondentes portugueses estiveram em várias frentes de batalha e presenciaram a maioria dos grandes acontecimentos da guerra. "A conquista da ala ocidental da Andaluzia foi coberta por José Augusto, Leopoldo Nunes, Félix Correia e Costa Júnior"; a entrada do exército rebelde em Badajoz foi presenciada por "Mário Neves, Mário Pires, Jorge Simões, José Barão e o fotografo Ferreira da Cunha"; "Urbano Rodrigues, Artur Portela e José Augusto foram para Tânger e para as colónias espanholas do Norte de África"; por sua vez, "Tomé Vieira escreveu a partir da retaguarda de Castela e Leão"; enquanto "Maurício de Oliveira especializou-se nas crónicas navais dos combates entre as duas esquadras, etc." (PENA, 2003: 19).

Os jornalistas enviados a Espanha pelo *Diário de Lisboa*, principalmente durante o primeiro ano da guerra, "realizaram uma cobertura informativa meritória, superior à de qualquer outro jornal português" (PENA, 2007: 190). Norberto Lopes foi, efetivamente, o primeiro a deslocar-se a território espanhol, "poucos dias antes de ser proclamado o estado de guerra". O correspondente português tentou chegar a Madrid de carro desde Valência de Alcântara, mas quando chegou "a Navalmoral, uma milícia leal apoderou-se do automóvel em que viajava, obrigando-o a continuar a sua rota a pé", como tal "esteve vários dias perdido, sem poder dar sinais de vida ao seu jornal, até que é preso pelos rebeldes juntamente com outros "comunistas"", por fim "pôde revelar a sua nacionalidade, que o salva da execução".

O jornalista Norberto Lopes foi um dos correspondentes portugueses mais imparcial, tal como refere Alberto Pena (2007: 190) "sem fazer eco de rumores favoráveis a uns ou a outros, reconhece nos seus próprios escritos a abundância de notícias interessadas e falsas que lhe chegam durante a sua viagem", inclusive, "assinalando que quase todas estão sujeitas a filtro de propaganda". Norberto Lopes chega mesmo a expor por completo o que se passava em Espanha, na sua *Ultima vista de olhos sobre a revolução espanhola*, publicada a 3 de agosto de 1936 no *Diário de Lisboa*. Passo a citar:

A cada noticia corresponde um desmentido. Noticia de esquerda, desmentido da direita. Noticia da direita, desmentido da esquerda. E é difícil averiguar quem fala verdade. Os próprios correspondentes de guerra, por circunstâncias diversas, não podem informar exatamente [sic] os seus jornais. Se a censura de Madrid é rigorosa e deixa apenas filtrar para o estrangeiro as noticias que lhe convêm, a censura dos revoltosos não é menos apertada e opõe-se, sobretudo à [sic] transmissão de noticias que possam prejudicar as operações militares, o que até certo ponto se compreende (LOPES, 1936: 4)

Afirma ainda a sua imparcialidade, apesar de ter elaborado a sua reportagem numa situação já de si tendenciosa:

Encarámos esses factos com olhos de repórter [sic] e procuramos compreendê-los, alheios às paixões que dividem os homens e às [sic] lutas sangrentas que se travam neste momento no país vizinho. Não arriscamos uma opinião nem nos aventuramos a fazer prognósticos [sic]. Sobretudo porque, embora tivéssemos atravessado povoações "governamentais", a maior parte da nossa reportagem foi feita em províncias [sic] sublevadas. Logo, presenciámos apenas um aspeto [sic] dos acontecimentos. Faltou-nos o outro. (LOPES, 1936: 5)

O correspondente ainda volta mais uma vez a Espanha, "com Artur Portela e o fotógrafo Diniz Salgado", para reportar "o ataque rebelde a Madrid a 31 de outubro [sic]" (PENA, 2007: 191). Contrariamente à grande maioria dos seus colegas, "Lopes não deixou nenhum livro escrito sobre a guerra", apenas em 1986, fez "um artigo retrospectivo [sic] no *Diário de Notícias*, no qual recorda a sua missão em Espanha 50 anos antes". Nesse mesmo artigo, Norberto Lopes não vai poupar-se nas críticas, considerando que a atitude tomada pela imprensa portuguesa na época não foi "brilhante nem digna", no entanto, também constata que "a informação, diga-se em abono da verdade, foi tão objetiva [sic] e neutral quanto possível, mas nunca desfavorável às tropas rebeldes" (LOPES *apud* PENA, 2003: 12).

Artur Portela, também ele correspondente do *Diário de Lisboa*, "foi um dos que realizou uma cobertura brilhante, deslocando-se a diversas frentes de guerra ou povoações da retaguarda [sic], deste Tetuán até Alcázar de Toledo, da Sierra de Guadarrama a Barcelona" (PENA, 2007: 191). O jornalista gostava de estar em cima dos acontecimentos, de tal forma que "aparece no meio da figura do general Franco e do coronel Moscardó, quando as agências de imprensa internacionais captaram a foto histórica do encontro entre os sitiados de Alcázar

de Toledo e o principal chefe faccioso". Por vezes "demostrava a sua simpatia pelos rebeldes ou adotava [sic] uma posição de ambiguidade [sic] ideológica", de facto "Na sua última crónica sobre a guerra, publicada a 5 de fevereiro [sic] de 1939, faz uma descrição "construtiva do franquismo, onde deixa suficientemente claro qual o seu ponto de vista sobre o conflito". É o autor de *Nas Trincheiras de Espanha*, editado pela Parceria António Maria Pereira, obra que "recebeu as mais elogiosas críticas da imprensa portuguesa e espanhola". Logo no prefácio do seu livro, o jornalista conta que chegou a Espanha em agosto de 1936 "primeiro que todos, depois duma jornada que me ia custando a vida", "Mas o jornalismo é assim, feito de aventura, de audácia, até de heroísmo" (PORTELA, 1937). O correspondente português regressou no fim de agosto e diz-se "convicto de que fiz uma reportagem imparcial, dentro das circunstâncias, sem nada sacrificar dos meus ideais", afirmando que "Voltei como fui: português acima de tudo!".

Outro correspondente português que ganhou fama pelo seu trabalho em território espanhol foi Félix Correia, "simpatizante nazi e ativo [sic] colaborador dos rebeldes na campanha de propaganda internacional contra a Segunda República" (PENA, 2007: 192), atacava "as democracias europeias, que acusava de serem as verdadeiras culpadas da Guerra Civil Espanhola". Não é nada surpreendente, por isso, que este fosse "um dos principais difusores dos crimes leais e da lenda rebelde que relacionava o estalar da revolta com um suposto plano do governo de Madrid para pôr em marcha uma revolução comunista cujo objetivo [sic] inicial era a eliminação dos membros partidos conservadores". Félix Correia "trabalhou na zona rebelde durante vários períodos, entre agosto [sic] e novembro [sic] de 1936", fazendo a cobertura da "caravana humanitária dos estudantes portugueses a Sevilha" em fevereiro de 1937. Alberto Pena (2007: 192-193) denuncia uma "falsa notícia, enviada da frente de Madrid", que o *Diário de Lisboa* publicou com o seguinte título [sic]: "Consta que Largo Caballero matou Indalecio Prieto depois de uma grande discussão, em que o último defendia a rendição". O seu maior feito "foi alcançado quando acompanhada a coluna do general Yagüe entre Sevilla e Talavera de la Reina", foi desta mesma localização que "em finais de outubro [sic], enviaria a sua última crónica (antes de voltar a Espanha) sobre a chegada à cidade de um comboio de mantimentos do *Rádio Clube Português*" (2007: 193). Félix Correia é autor de *Quem vem lá? Gente de paz! Gente de guerra...*, publicado em 1940 em edição do autor, no qual inclui a sua primeira entrevista a Franco, a entrevista a Hitler, abordando também outros temas como a conquista de Badajoz e de Madrid.

Por seu lado, Rogério Pérez "foi muito mais discreto que os seus companheiros" (PENA, 2007: 193). Partiu em direção à Andaluzia "em finais de agosto [sic] de 1936 (...)

para continuar com as crônicas da retaguarda que estava a fazer Correia, antes de se juntar às colunas de Yagüe", a maioria das suas reportagens tiveram lugar em Ayamonte e Sevilha. Em Madrid "entrevistou Varela pouco antes do seu ataque a Málaga e Miguel Cabanellas". Mais tarde, em setembro de 1937, "deslocou-se à frente norte para dar informações sobre a conquista de Santander e outras povoações importantes". Quando chega a San Sebastián, encontra o general Franco "que lhe entrega uma mensagem manuscrita" para publicar no *Diário de Lisboa*. Em outubro do mesmo ano, "Pérez voltará a Sevilha para cobrir uma corrida de touros luso-espanhola em benefício dos feridos rebeldes" (2007: 194). Em março de 1939, "relembrou de Espanha algumas das passagens mais importantes da guerra". O seu livro, *Franco*, que integra a coleção "Os Homens da Guerra", só foi publicado em 1940, pela Parceria António Maria Pereira, tratando-se de "uma insípida biografia [sic] militar sobre o líder espanhol". Pérez começa por contar que "No primeiro dia em que o vi, o Caudilho falou-me de Portugal" (PÉREZ, 1940: 5), deixando transparecer a importância que tinha o apoio do país à sua causa.

Diniz Salgado foi um dos fotógrafos enviado a Espanha, tendo feito "um amplo trabalho sobre a guerra, acompanhando vários dos correspondentes do seu jornal nas suas viagens por Espanha" (PENA, 2007: 194). O fotógrafo, depois de regressar, "realizou uma exposição em Lisboa com as fotos mais interessantes realizadas na frente de Madrid". Foi homenageado, a 29 de novembro, em conjunto com Firmino Marques da Costa do *Diário de Notícias*. Afonso Pereira de Carvalho, também ele fotógrafo, "publicou duas reportagens fotográficas sobre Madrid e Valência depois do fim do confronto bélico", sendo claro no texto introdutório às suas fotografias, a simpatia pela causa de Franco.

O repórter, Maurício de Oliveira, é uma exceção entre os seus pares, tendo-se especializado na área da batalha naval. Alberto Pena (2007: 195) comenta que "Apesar da sua curta estadia na Espanha sublevada, a sua relevância jornalística durante o conflito é digna de um comentário à parte", sobretudo devido à bibliografia "que dedicou a esta faceta da guerra e onde relata pormenorizadamente o desenrolar do conflito no mar". Os seus quatro livros tornam-no "no repórter português que mais bibliografia publicou sobre a Guerra Civil Espanhola" e teve um considerável sucesso, tanto em Portugal como em Espanha: o primeiro título "que foi vendido também no Brasil e nas colónias lusas, conseguiu então, a nada desdenhável tiragem de 9000 exemplares nas três edições espanholas e 6000 nas portuguesas", tendo a primeira edição esgotado em menos de um mês; relativamente ao segundo, "repetiu o mesmo êxito de vendas em Espanha", enquanto o terceiro "teve 3500 exemplares impressos em português e 7500 em espanhol".

O jornalista não trabalhou em regime de exclusividade para o *Diário de Lisboa*, sendo também colaborador do *Diário de Notícias* e, ao mesmo tempo, exercia o cargo de diretor da *Revista da Marinha*.

Mário Neves foi o "que alcançou a maior quota de popularidade internacional entre a imprensa dos países democráticos, devido ao seu fundamentado e honesto testemunho sobre as matanças de Badajoz, cometidas pelo lado rebelde" (PENA, 2007: 197). O correspondente do *Diário de Lisboa*, só viria a publicar *A Chacina de Badajoz: relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha (Agosto de 1936)*., em 1985. Em nota introdutória do mesmo livro, John Blake e David Hart, produtores da série *A Guerra Civil Espanhola*, "que passou na TV britânica, em princípios de 1983, e na Radiotelevisão Portuguesa, em meados de 1984", escrevem sobre o jornalista:

Como jovem jornalista, Mário Neves foi testemunha ocular de uma das mais horríveis chacinas da Guerra Civil Espanhola, que se verificou em Badajoz. Ficou tão perturbado com o que viu que jurou nunca mais voltar àquela cidade. Em maio [sic] de 1982, contudo, encontrou-se perante as muralhas de Badajoz e disse à equipa de filmagem da Granada TV: 'Em toda a minha vida de jornalista, os acontecimentos de Badajoz foram os que mais me impressionaram, de tal modo que teria gostado de esquecê-los para sempre. Concordei em vir aqui porque achei ser de meu dever, como testemunha desses factos, revelá-los. (...) Esta trágica recordação não pode ser apagada.' (BLAKE e HART apud NEVES, 1985: 7)

O livro em questão, nas palavras do próprio Mário Neves (1985: 9) é "um desabafo e constitui um alívio para cerca de meio século de opressão da minha consciência dominada pelo constante remorso de quase ter deixado cair no esquecimento o testemunho de um dos mais terríveis acontecimentos que pude presenciar em toda a existência". Confessa ainda que em toda a sua experiência como jornalista, "nenhuma evocação me tem acompanhado tão fielmente, num tormento verdadeiramente obsessivo, como a visão tremenda que os meus olhos fixaram nesses dias angustiosos do começo da Guerra Civil Espanhola, quando da tomada de Badajoz".

As crónicas de Mário Neves "passaram à história como prova indesmentível da extrema violência usada pelas tropas franquistas depois de ganharem aquela batalha" (PENA, 2007: 199). Foi também por essa ocasião que se provou que a polícia portuguesa entregava refugiados aos rebeldes, numa crónica de 13 de agosto, Jorge Simões "contava que a polícia

portuguesa estava já preparada para *receber* os militares que tentassem fugir para Portugal para evitar a *justiça franquista*".

Perante a impossibilidade de os outros correspondentes que o *Diário de Lisboa* já tinha em Espanha, se deslocarem atempadamente a Badajoz, Pedro Bordallo recomenda Mário Neves para fazer a cobertura do ataque iminente. Mário Neves apanhou o comboio da noite de 10 de agosto para Elvas, tendo sido da "fronteira de Caia" que o jornalista testemunhou "com avidez aos bombardeamentos de Badajoz, enquanto os habitantes daquela povoação fogem em massa para Portugal" (PENA, 2007: 199). Neves chegou, inclusive, a ser detido, visto os guardas do posto fronteiriço como forma de apoio aos rebeldes terem decido fazer alguns detidos e o terem confundido como um desertor republicano.

No dia 14 de agosto, os rebeldes conquistam definitivamente Badajoz, mas os jornalistas que em Elvas se mantinham a par dos acontecimentos, apesar do cessar dos confrontos, não têm coragem para atravessar a fronteira. É neste contexto, que "num arremedo de paixão profissional e desafiando o perigo, Marcel Dany (...) arrepia caminho até Badajoz, juntamente ao colega Jacques Berthet e Mário Neves" (PENA, 2007: 199). Na madrugada de 15 de agosto, mais precisamente às três da manhã, "põem-se em contacto com o comando militar rebelde, que, depois de algumas reticências, concedera finalmente a autorização para a entrada na cidade conquistada", no entanto, "não conseguiram deslocar-se para Espanha antes das 9'30 horas, dividindo um carro com outros falangistas". Como Alberto Pena conta, na chegada a Badajoz "os três jornalistas contemplam uma povoação desolada, com intermináveis filas de cadáveres nas ruas". Sucede-se "um encontro fugaz com o general Yagüe, o qual (...) questionaram sobre a veracidade de alguns rumores que falavam em dois mil fuzilados durante a conquista", que este confirma, mas "com uma certa ironia, retira importância ao número final, que acredita não ser tão alto". A 16 de agosto, os jornalistas confirmam os rumores.

A última crónica de Mário Neves "iria alertar e irritar a censura salazarista, proibindo totalmente a sua publicação" (PENA, 2007: 200).

A 9 de setembro de 1936, foi sujeito a interrogatório pela PIDE, "no qual o questionou sobre as suas preferências ideológicas, sobre a maneira de trabalhar, etc".

Mário Pires, do *Diário de Notícias*, também, abordou as execuções em massa na praça de touros, e ao contrário de Mário Neves, não foi censurado. Apesar de ser "um profissional teórico, as suas descrições da matança eram da mais elementar honestidade, ignorando então a repercussão mediática daqueles fuzilamentos" (PENA, 2007: 200). O jornalista "não foi insensível ao que viu", de facto aquilo que presenciou em Badajoz

"provocou-lhe um ataque de loucura e teve de ser internado num manicómio". As crónicas de Jorge Simões, do *Diário da Manhã*, também não escondem "as dimensões do genocídio fascista".

Apesar de tudo, o pior foi o vazamento das informações relativas à entrega de refugiados por parte da polícia portuguesa aos rebeldes, sendo que "o mais prejudicado foi o correspondente Jacques Berthet, que passou a ser considerado como "elemento hostil" para o governo português, pelo que foi expulso de Portugal" (PENA, 2007: 201). O incidente com o jornalista do *Le Temps* deveu-se à divulgação de "uma notícia publicada pelo *Diário de Notícias*, na qual se falava da entrega de 59 "comunistas" espanhóis fugidos de Badajoz e encarcerados no Quartel dos Caçadores 8, em Elvas, supostamente soldados marroquinos das tropas de Yagüe". O telegrama que enviou para o seu jornal "baseava-se numa fotografia de uma camioneta carregada com uniformes mouros, realizada por Ferreira da Cunha, cuja legenda mencionava a entrega de "comunistas", capturados pelos guardas portugueses", informação comprovada pelo governador militar de Elvas. Nesse âmbito, Ferreira da Cunha "foi interrogado pela PVDE, como foram também alguns dos repórteres portugueses ali presentes e Marcel Dany" (PENA, 2007: 202). Também seriam alvos de um questionário, a 8 de setembro, "Neves, Jorge Simões, José Barão e os outros membros da redação [sic] do *Diário de Notícias*, Ana Malheiros, Beirão da Veiga e Berta Quaresma".

O fotógrafo, Ferreira da Cunha, "foi questionado sobre a origem da sua fotografia: quando tinha sido tirada, se sabia o que faziam realizar os marroquinos naquela camioneta, se conhecia o local para onde se dirigia o veículo, etc." (PENA, 2007: 202). Foi por isso, que Ferreira da Cunha "retratou-se [sic] completamente da sua informação por escrito (...) atribuindo o erro à confusão do momento" e, para além disso, assegurou "que viu como as autoridades portuguesas protegeram e acolheram os fugitivos espanhóis que entravam em Portugal armados".

Mais tarde, em outubro, "António Ferro, após insistência do diretor [sic] de *Le Temps*, M. Chastelet, pediu a Salazar que permitisse de novo a entrada [sic] em Portugal de Charles Berthet para tentar ganhar os favores propagandísticos do diário francês" (PENA, 2007: 202).

Quanto ao *Diário de Notícias*, dirigido por Eduardo Schwalbach, como já foi referido, foi o jornal que enviou mais correspondentes para Espanha, tendo sido o primeiro "Mário Lyster Franco, que foi enviado a Ayamonte em finais de julho [sic] de 1936" (PENA, 2007: 202). O jornalista ficou em Ayamonte "durante dois meses, escrevendo sobre os combates entre os mineiros de Rio Tinto e os soldados de Queipo de Llano", enaltecendo

sempre o general, e denegrindo o papel dos mineiros. O fotógrafo Teodoro Medel de Aquino, também, esteve na região, no início do mês de agosto.

Na conquista de Badajoz estiveram presentes um pelotão de jornalistas, estiveram no terreno "Mário Pires, Oldemiro César e Ferreira da Cunha", assim como "o administrador-delegado do matutino Caetano Beirão da Veiga, Vasco Félix, Ana Malheiros e Berta Quaresma" (PENA, 2007: 203). A grande particularidade "é que a atenção informativa do *Diário de Notícias* em vez de centrar-se na tragédia de Badajoz, distrai os leitores com uma campanha humanitária para os refugiados espanhóis". Nas imagens captadas pelo fotógrafo português, Ferreira da Cunha, em vez de figurarem os "cadáveres dos combates", estas apenas "mostram o posto fronteiriço, a praça de touros, refugiados espanhóis". Alberto Pena denuncia que se fez uma autêntica "campanha de ajuda humanitária que serve para disfarçar perante os seus leitores a colaboração das autoridades portuguesas com os rebeldes naquela zona fronteiriça, para capturar os "comunistas" foragidos". O jornal português enviou a Elvas o seu avião "Dragón", com comida oferecida "pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias, assim como latas de "Banacao" doadas por Scipat", foram igualmente entregues os "donativos recolhidos na Redação do próprio jornal, transportados em dois camiões".

Os apelos do jornal foram de tal forma estimulantes que em três dias foram recolhidos "14.343 escudos, várias centenas dos quais foram entregues em mão pelos próprios jornalistas do título português" (PENA, 2007: 203). O *Diário de Notícias*, contradizendo as notícias da autoria de Mário Pires, "desmentia rotundamente num dos seus editoriais os fuzilamentos realizados pelos insurgentes em Badajoz".

José Augusto e Armando Aguiar seguem para Espanha a 6 de agosto. Aguiar "esteve no verão [sic] de 1936 em Salamanca, Ávila, Burgos, San Rafael, Tolosa, Segovia, etc., onde entrevista os generais Mola e Cabanellas e (...) Manuel Fal Conde, entre outras façanhas jornalísticas" (PENA, 2007: 204). José Augusto, por seu lado, em 1936 "percorre a Andaluzia e os territórios espanhóis em Marrocos", em 1938 "viaja à frente de Aragão e da Cataluña, (...) acompanhando as tropas rebeldes até ao Mediterrâneo", em 1939 "assiste à conquista de Barcelona". O seu livro *Jornal de um correspondente da guerra em Espanha* foi publicado ainda em 1936, editado pela Empresa Nacional de Publicidade "e posteriormente premiado pelo SPN", recebendo inúmeros elogios por parte da própria imprensa portuguesa. A sua obra consiste na publicação das suas crónicas enquanto correspondente em território espanhol, como tal os relatos do jornalista têm início no dia 7 de agosto e terminam a 8 de outubro.

É ainda de referir o caso excepcional de um enviado técnico do *Diário de Notícias*, que assinava os seus textos como Losil, os quais foram publicados entre setembro e outubro de 1936 e diziam respeito às operações militares.

No dia 21 de agosto, partem para Espanha Aprígio Mafra e Oldemiro César. O primeiro "visita os principais quartéis rebeldes, começando por Valladolid e continuando por Ávila, Palencia, León, Toledo até Guadarrama" (PENA, 2007: 205), enquanto o segundo reporta desde a Galiza. Mafra vai com a "coluna de Castejón junto ao seu companheiro Marques da Costa, até à entrada desta na Casa de Campo madrilenha, de onde narra as arriscadas experiências de guerra do voluntário português António José Rodrigues Leite Ribeiro, "O Ribeiro"". O jornalista foi protagonista de uma façanha, vestindo "um uniforme de soldado para passar discretamente entre os comandos da frente e escondeu-se com "O Ribeiro" num camião encarregado de levar gasolina para os tanques na linha de fogo". O jornalista "faz uma descrição macabra (...) da estrada que vai de Talavera a Santa Cruz de Retamar":

Cadáveres de homens e de animais apodrecem, de onde a onde, pelas bermas da carreteira. Há crânios que a fogueira poupou na hora trágica da incineração. Andam caveiras pelo chão, à mercê da fome dos cães, e há restos de esqueletos pelos campos, nas manchas negras das queimas, que substituíram a missão dos cemitérios. (MAFRA apud PENA, 2007: 205)

O seu colega, Oldemiro César, compareceu ao funeral do capitão António Carreiró, que tomou lugar a 5 de Outubro de 1936 em Santiago de Compostela e segundo o próprio ao serviço fúnebre compareceram "mais de 20.000 pessoas, que percorreram as ruas da cidade com tochas e cantando os hinos rebeldes, enquanto os falangistas [sic] dispararam para o ar" (PENA, 2007: 205). No mesmo ano, entre os meses de agosto e outubro, acompanhou "as colunas rebeldes galegas enviadas às Astúrias".

Oldemiro César é autor de *A Guerra, aquele monstro...dois meses nas Astúrias entre soldados galegos*, publicado pela Parceria António Maria Pereira. No prefácio do seu livro, o jornalista diz que foi vítima "Desde os insultos mais grosseiros às infâmias mais soezes e às próprias ameaças de morte num futuro *ajuste de contas reviralhistas*", afirmando ter recebido cartas anónimas. Conta ainda que "na opinião de uns, vendera-me eu bastante caro à causa nacionalista espanhola por avultados *miles de pesetas*, para escrever o que escrevi" e outros acusaram-no de ter "enriquecido à custa do jornal". Começa então por declarar que "nunca

tendo suportado o peso de cangas partidárias em vinte e tantos anos de trabalhos forçados nas galés do jornalismo, tão pobre hoje como no primeiro dia em que nelas empunhei um remo". Vai então neste prefácio dar resposta aos que, segundo ele, o "acusaram de retrocesso de ideias revolucionárias", que considera "inimigos íntimos":

Parti para a Espanha agitada no cumprimento de um amargo dever profissional, de que procurei desempenhar-me o melhor que pude e soube, fiel àquele honesto preceito que já o poeta recomendava e de que nunca na minha vida de jornalista me afastei: Falai em tudo verdades a quem em tudo as deveis... (CÉSAR, 1937)

Deixa ainda claro que partiu em circunstâncias "bem dolorosas", deixando a sua mulher "no leito duro de um hospital para submeter-se a uma intervenção cirúrgica de gravidade" e os seus dois filhos "albergados cada um para o seu lado em casa de pessoas de família". Conta que teve "sessenta e tantos dias" em Espanha, "arruinando [sic] a saúde [sic], destrambelhando os nervos e tanta vez arriscando a vida, sem notícias" dos seus "e vencendo mil dificuldades de trabalho", sem ter em vista o dinheiro, visto que pagava "ainda por cima ao Estado regulamentares emolumentos por uma licença requerida sem vencimento e perdendo na contagem do tempo para possíveis futuros efeitos de reforma".

Mário Pires, depois de ter estado em Badajoz, voltou a Espanha em setembro, começando a sua jornada em Salamanca e depois seguindo "para Zaragoza e Huesca, para acabar a ronda em Toledo, onde o estado ruinoso do Alcázar mereceu uma reportagem" (PENA, 2007: 206). Em Talavera la Reina, "refere-se aos jornais portugueses que ali chegam, que, segundo ele, contam autênticas fantasias sobre os triunfos rebeldes", no entanto, também as suas crónicas sofriam do mesmo mal. Passou ainda por Ávila e Guadarrama, antes de dar por terminada a sua jornada em Espanha. O jornalista "foi coautor [sic], juntamente com Belo Redondo, do folheto que mais rapidamente foi editado entre a bibliografia portuguesa" relativo à Guerra Civil de Espanha, sob o título *A Espanha em guerra: importantes e completas informações históricas, geográficas, económicas, administrativas, demográficas e militares sobre a nação vizinha, para uso dos que acompanham, interessadamente, o desenrolar da guerra civil (com várias gravuras)*.

Outros correspondentes do *Diário de Notícias* segundo Alberto Pena (2007: 206) "Mário Rosa e Urbano Rodrigues tiveram um papel mais discreto mas não menos interessante". Rosa "encarregou-se de cobrir os combates na fronteira francesa para onde foi transportado no avião "Dragón", em agosto de 1936". O jornalista "aventurou-se em território

leal para tentar alcançar Irún" e "foi recebido com uma certa hostilidade e foi-lhe negada a autorização para continuar em frente". Dessa forma, na sua crónica de 13 de agosto no *Diário de Notícias*, reconhece honestamente que "ser português para os soldados do general Franco é uma boa recomendação, o que não sucede para os milicianos da Frente Popular" (ROSA *apud* 2007: 206). O seu colega, Urbano Rodrigues, seguiu para Tetuán, tendo em 25 de setembro "publicar em exclusivo uma entrevista com o sultão de Marrocos, o Califa Muley Hassam", também dá conta das "atividades [sic] do Califa, firme apoiante do general Franco, numa tentativa de melhorar a imagem dos marroquinos que intervieram em Espanha ao lado dos rebeldes, perante a opinião pública católica portuguesa" (PENA, 2007: 206). O jornalista é o autor de *Jornadas de uma corte [sic] marroquina: diário da viagem de sua Alteza Imperial o Califa de Tetuão pelo Riff e região oriental, procedido de uma entrevista com o Emir e seguido de várias notas.*, obra publicada pela Empresa Nacional de Publicidade em 1937, na qual "recolhe algumas das reportagens realizadas em Marrocos", assim como as entrevistas que realizou.

Armando Boaventura, que "foi o Chefe de Redação [sic] do *Diário de Notícias* até 1937, posto que abandonou para converter-se num agente de Salazar em território espanhol e pôr em marcha outros negócios relacionados com [sic] a importação de café" (PENA, 2007: 207). O jornalista "enviou de Espanha notícias sobre diversos aspetos [sic] que podiam afetar [sic] o seu governo", tais como: "a campanha da Falange Espanhola contra José M^a Gil Robles, a espionagem inglesa no Hotel Aviz de Lisboa, o pacto germano-russo, o apoio inglês aos leais, (...) a publicação de notícias indiscretas sobre a intervenção portuguesa", entre outros. Gozava de boas relações com as autoridades rebeldes "e esteve a toda a hora a seu lado", sendo "um jornalista *privilegiado* pelas autoridades sublevadas e talvez esta terá sido a razão pela qual Salazar decidiu tê-lo como agente". Para além de ter entrevistado o general Franco por duas vezes, "os seus encontros jornalísticos completaram-se com outros oficiais relevantes, como o general Martínez Anido" (PENA, 2007: 208).

O correspondente português contou com a intervenção de Nicolás Franco, que "envia cartas a outras autoridades rebeldes, informando-as que "é um propagandista da nossa causa e que em todo o momento defende no seu jornal, (...), os nossos interesses e a legitimidade da nossa causa"" (PENA, 2007: 208), pedindo para o tratem bem e que o ajudem. Também "pede ao Chefe das Fronteiras de Bidaso a máxima colaboração com Boaventura". Uma semana depois do golpe militar, "Boaventura envia a primeira crónica do conflito da fronteira com a Galiza (...), mostrando já nessa altura todo o seu respeito pelos rebeldes", seguidamente inicia uma viagem pela região "para descrever a situação de algumas povoações", já em 1938

"enviou várias reportagens desde a frente de Aragão para *O Século*, e, em 1939, cobre para o *Diário de Notícias* o desfile da vitória rebelde em Madrid".

O folheto da autoria de Armando Boaventura, intitulado *O Milagre de Toledo*, publicado logo em 1936, para além do português a mesma edição conta com tradução para italiano, espanhol e alemão, e com o intuito de "recolher donativos para a causa rebelde, em março [sic] de 1937, pôs à venda o seu livro" (PENA, 2007: 208) *Madrid-Moscovo: da Ditadura à República e à Guerra Civil de Espanha*, sendo este "um reflexo fiel das suas debilidades ideológicas e da sua interpretação interessada sobre a guerra".

Dedicou o livro "À Memória de Sua Majestade El-Rei o Senhor Manuel II", "Ao Senhor Doutor Oliveira Salazar" e aos seus "camaradas da Imprensa" que estiveram em Espanha. Afirmando que o seu "livro não tem pretensões [sic] literárias", escreve "a título, apenas, de subsídios [sic] para o estudo das causas que determinaram a Guerra Civil de Espanha" e "a grande sangrenta batalha que a U.R.S.S. e seus agentes internacionais (...), travaram, em terras da Península [sic] Ibérica, contra a civilização cristã ocidental, num decisivo desafio à Europa e ao Mundo inteiro".

Quanto aos correspondentes de *O Século* o mais popular foi Leopoldo Nunes, apesar de só ter estado em Espanha durante pouco tempo, durante o verão de 1936. O jornalista português teve um "enorme valor propagandístico", utilizando "todos os *leit-motivs* da propaganda rebelde nos seus escritos", sendo o exemplo do "paradigma da linguagem maniqueísta do jornalismo franquista, para quem a fação [sic] leal representa uma ameaça de terror planeada por Moscovo" (PENA, 2007: 210). Após o golpe "foi o primeiro jornalista português a entrar na Andaluzia livre e enviou crónicas de inúmeras aldeias e cidades", "seguiu para as colunas da *Legião Estrangeira* até Toledo".

No seu trabalho jornalístico realizado durante o conflito, Leopoldo Nunes descreve constantemente "os crimes cometidos pelos "comunistas" antes da *pacificação* rebelde", "regozija-se com a crueldade "marxista", omitindo até ao mais ínfimo detalhe qualquer facto que possa danificar a imagem dos líderes da *Rebelião*" (PENA, 2007: 210). Alberto Pena constata, por isso, que os textos do jornalista têm sempre a mesma temática, afirmando que "A sua maneira de narrar os acontecimentos é sempre a mesma", visto que após "relatar as circunstâncias em que foi conquistada [sic] determinada povoação, passa muitas linhas a recrear a suposta violência empregada pela fação [sic] leal, detendo-se naqueles atos [sic] que lhe pareciam especialmente brutais" e, nunca, "põe testemunhos dos seus relatos, nem tão pouco faz a mais pequena referência ao governo da Segunda República".

Leopoldo Nunes publicou três obras sobre a Guerra Civil de Espanha: *A Guerra de Espanha (Dois meses de reportagem nas frentes de Andaluzia e da Estremadura)*; *Madrid Trágica. Dos primeiros tiros à derrocada final*; e *Novela de amor e de aventuras no Tércio espanhol*. Os "três livros, além da sua excepcional [sic] relevância propagandística pelo facto de terem sido publicados quando a Guerra Civil Espanhola suscitava um grande interesse informativo no público português", tiveram "um forte apoio publicitário, através fundamentalmente, d'*O Século*" (PENA, 2007: 211).

Realmente, no âmbito da divulgação de *A Guerra de Espanha* foram utilizadas várias estratégias publicitárias "desde o clássico anúncio de jornal em todo o tipo de formatos, críticas editoriais aconselhando a sua leitura, publicidade camuflada de informações importantes sobre a guerra para atrair a atenção dos leitores, entrevistas ao autor, etc." (PENA, 2007: 212), o que justifica o enorme furor que fez, pois "As vendas foram espetaculares [sic]" (PENA, 2007: 211). O livro "esgotou cinco edições em apenas 19 dias", num espaço de "quatro meses, tinham saído quatro edições de 12.000 exemplares no total", tendo este sido "o livro de maior êxito editorial em Portugal durante o ano de 1936".

É em *A Guerra em Espanha*, obra que dedica ao seu diretor, que Leopoldo Nunes vai afirmar:

Não recebi à partida - quero acentuar aqui - instruções especiais. Escrevi à vontade, como já fizera noutras reportagens importantes. [sic] Errei, por vezes, nos meus juízos e comentários ou na interpretação dos factos? Julgo que não. Certeza, porém, tenho apenas uma: a de que contei só a verdade. Não inventei; não deturpei factos. A mentira e a deturpação seriam ofensa grave à probidade profissional (...). (NUNES, 1936)

A sua obra, de cariz bastante diferente da acima mencionada, *Um Drama na Legião: novela de amor e de aventuras no tércio espanhol*, que segundo o seu autor (1938) é uma novela que "tem uma razia de verdade, colhida num grande arquivo de almas: a Legião Estrangeira", não sendo portanto "uma obra de efabulação", mas também não se pode "chamar-lhe trabalho de observação e análise". Sobre a mesma, Alberto Pena (2007: 214), conclui que a obra se qualifica como "uma poderosa invocação propagandística a favor do nacionalismo espanhol, da militarização da sociedade como mola de salvação da Humanidade, da fidelidade indiscutível à Pátria acima de tudo, como protetora [sic] e

aglutinadora dos destinos individuais de cada homem", como tal pode ser caracterizado como "literatura fascista".

Os correspondentes "Tomé Vieira, Amadeu Freitas, Ferreira da Costa e José Barão", também, de *O Século* "tiveram um menor protagonismo" (PENA, 2007: 214) comparativamente a Leopoldo Nunes. Tomé Vieira esteve em Espanha durante cinco meses, desde o início do conflito, e depois, como já foi referido "realizou uma campanha particular de propaganda de apoio aos rebeldes". Vieira escreveu "desde a retaguarda dos facciosos (Salamanca, Burgos, Leão ou Valladolid), sobre as caridades do franquismo, enquanto desejava o seu triunfo" (PENA, 2007: 215). Escreveu sobre o conflito dois livros, *Espanha, prólogo da guerra futura*, e *5 meses em Espanha e 5 dias em Portugal*. Como o título indica, na primeira obra tenta explicar as causas que iriam culminar na Guerra Civil de Espanha.

Amadeu de Freitas "esteve presente nos pontos mais avançados da frente de Madrid: Talavera de la Reina, Illescas, Navalcarnero, Leganés, Cuatro Vientos, que percorreu entre outubro [sic] e novembro [sic] de 1936" (PENA, 2007: 215). Esteve também presente no "ataque dos rebeldes a Madrid, integrado numa coluna de marroquinos, encabeçada pelo General Varela". Abordou por diversas vezes nos seus textos "As execuções de civis às mãos dos leais".

Em relação a Arturo Ferreira da Costa parte para Espanha em 1937, em direção "a Málaga depois [sic] desta ser conquistada pelos rebeldes" (PENA, 2007: 215). É na alçada dos "crimes marxistas, cometidos nos arredores de Málaga", que parte "para Algeciras e estará em Sevilha para entrevistar Queipo de Llano e elaborar uma reportagem especial sobre as comemorações de 18 de julho [sic]" (PENA, 2007: 215-16). No último ano do conflito, em 1939, "cobriu o avanço rebelde por terras aragonesas e catalãs e assistiu à entrada dos insurgentes em Barcelona". Outro jornalista de *O Século*, José Barão, "só esteve presente em Badajoz em meados de agosto [sic] de 1936".

Por seu lado, o *Diário da Manhã* recorria às "informações de agência que chegavam à sua redação [sic], fundamentalmente as da alemã *Deutsches Nachrichten Büro*" (PENA, 2007: 216), por isso, só foram enviados a Espanha, José M^a da Costa Júnior e Jorge Simões. O primeiro "entrou na Espanha sublevada a 23 de julho [sic] de 1936, pelo posto fronteiriço de Fuentes de Oñoro", tendo estado "em Cáceres, Toledo, Talavera, Guadarrama e vários pontos mais da frente de Madrid". Costa Júnior foi, de facto, "o informador português que mais tempo seguido permaneceu em Espanha desde 18 de julho [sic]". Voltou a território espanhol, em 1938, a convite dos rebeldes "para participar na inauguração da "Rota de Guerra do Norte de Espanha", um roteiro turístico pelas principais cidades conquistadas pelos

rebeldes". O jornalista fez sempre "a apologia do franquismo em Portugal", por vezes "terminava as suas crónicas com um esclarecedor "¡Arriba España!". Era hábito vangloriar-se do "trato de proximidade com os chefes rebeldes e, às vezes, aparecia fotografado para o seu jornal com falangistas ou soldados portugueses do Tércio espanhol". Publicou o livro *A Espanha sob o terror vermelho*, o qual considerava uma ""Ata [sic] de Acusação"", pois "De facto, é um libelo acusatório contra os homens do radicalismo espanhol, contra a Rússia fomentadora de revoluções e, finalmente, contra todos aqueles que, conscientemente ou inconscientemente, aqui como além, lhes fazem o jogo [sic]" (COSTA JÚNIOR, 1937: 5).

Jorge Simões iniciou a sua jornada em Espanha em agosto de 1936, na cidade de Badajoz. Foi em Badajoz que "entrevistou o sanguinário [sic] tenente-Coronel Yagüe, que lhe manifestou a sua simpatia pelo governo e a imprensa portuguesa" (PENA, 2007: 217). No dia 22 de agosto, "narra retrospectivamente e sem qualquer censura, a aventura de um português que esteve a ponto de ser fuzilado na praça de touros de Badajoz, juntamente com as centenas de homens suspeitos de serem "marxistas"" (PENA, 2007: 218). Esta "crónica refere-se a um trabalhador português que se tinha deslocado a Badajoz e que se viu entre dois fogos durante o combate", usando uma farda azul que "era utilizada por muitos dos defensores das milícias". O português, de nome Eduardo Perdigão, "conhecera casualmente Simões porque tinha trabalhado no *Diário da Manhã* como "contínuo"", foi o jornalista que "intercedeu por ele perante o côsul [sic] português em Badajoz e perante Yagüe, que foi quem, finalmente, o deixou partir". Em outubro, o correspondente português "viaja a Marrocos para publicar reportagens sobre a situação dos territórios norte-africanos de Espanha".

Claro está que, estes não foram os únicos jornalistas portugueses que estiveram presentes na Guerra Civil de Espanha, mas tal como Alberto Pena (2007: 218) refere ou "as suas estadas em Espanha foram muito curtas ou o seu volume de crónicas foi inferior", sendo que na sua maioria "pertenciam a títulos com uma menor difusão que os referidos, como os diários do Porto, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, e o *Jornal de Notícias*" (PENA, 2007: 219). Eduardo dos Santos, "Edurisa" (1938), "A convite do Governo [sic] Espanhol, (...) foi em julho [sic] de 1938", enquanto enviado "do jornal "O Comércio do Porto", percorrer a rota que as tropas do Generalíssimo Franco seguiram no norte de Espanha", publicando mais tarde *A rota da guerra do norte de Espanha*, obra na qual "nota e conta nalgumas crónicas, escritas com o nervosismo duma viagem apertada e dinâmica", sendo um "livro de impressões vividas", as quais se afirmam "isentas de peias e alheias paixões políticas ou ideológicas", querendo o seu autor "acima de tudo, ser Jornalista, notulando o que viu e o que sentiu". Emílio Sari, do mesmo jornal, "escreve algumas crónicas

durante a primeira semana da guerra em Madrid, mas nunca mais voltou a enviar nenhum artigo". Enquanto o *O Primeiro de Janeiro* "enviou, para acompanhar algumas caravanas de ajuda portuguesa à facção [sic] rebelde, o redator-chefe [sic] Lopes Viera, um repórter que assinava P.M. e o fotógrafo que também utilizava as iniciais M.R.". César dos Santos foi o enviado do *Jornal de Notícias*. *A Noite*, jornal de Lisboa, destacou Vieira Pinto. O diretor de *A Voz*, "Fernando de Souza viajou em várias ocasiões a Espanha para levar material sanitário e mantimentos", o jornal "não mandou nenhum enviado especial durante o primeiro semestre de 1936", embora "que aquele que mais vezes esteve em Espanha fosse o seu redator [sic] Carlos de Ornelas, que visitou vários hospitais em Salamanca e Valladolid [sic]". Ornelas, quando foi a Ciudad Rodrigo visitar o hospital, "entrevista o alcaide, o capitão Magin Vieiros e o governador militar Juan Sáñez Chorot, entre outras personalidades".

3.2. A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha

"A Guerra Civil de Espanha foi o primeiro acontecimento histórico a demonstrar o papel da rádio como instrumento de propaganda", constata Nelson Ribeiro (2007: 169), de facto o conflito serviu "como um balão de ensaio para a II Guerra Mundial, no que diz respeito às estratégias de propaganda em geral, e mais especificamente no que se refere à utilização das ondas hertzianas para a difusão de conteúdos propagandísticos e contra propagandísticos [sic]" (RIBEIRO, 2007: 173). As grandes novidades da radiofusão é que "pela primeira vez, um meio de comunicação tinha a capacidade de entrar no interior dos lares, atingindo os indivíduos no seio familiar" e "ao contrário da imprensa que apenas atingia os públicos mais letrados, a rádio era por natureza um meio universal cujas mensagens, (...) podiam ser compreendidas pelos mais diversos públicos" (RIBEIRO, 2007: 169). É, exatamente, devido a essas características próprias da radiofusão, que a tornam no meio ideal para a propaganda, principalmente a propaganda externa, visto que não existiam fronteiras para a propagação das ondas hertzianas.

No início do conflito, os rebeldes não controlavam "tantos postos emissores como os republicanos", mas "não foi por esta razão que os franquistas deixaram de atribuir um papel crucial à propaganda via rádio, tendo ficado célebres as palestras diárias do General Queipo de Llano, emitidas na *Unión Radio Sevilla*" (RIBEIRO, 2007: 172). Realmente, no início foi a Rádio Sevilha e o Rádio Clube Português, "os dois principais meios de propaganda ao serviço da Falange", visto que somente em 1937, seria criada pela "Junta Técnica do Estado (...), em

Salamanca, a Rádio Nacional de Espanha, com o apoio de italianos, alemães e portugueses". É de salientar que "O primeiro emissor da Rádio Nacional foi enviado da Alemanha".

Com o eclodir da Guerra Civil de Espanha "assiste-se a uma reforma da censura" em Portugal "que introduziu algumas alterações na sua estrutura organizativa, com o objetivo [sic] de a tornar "mais eficaz", em sequência do conflito espanhol cujos efeitos" (RIBEIRO, 2007: 173-174) no país eram temidos. Antes mesmo do eclodir do conflito no país vizinho, "em julho [sic], Salazar fez preventivamente aprovar, com data de 14 de maio [sic] de 1936, o importante Decreto-Lei 26589": dessa forma, "ficando a fundação de novos jornais, ou o relançamento de títulos suspensos, dependente de uma avaliação sobre a idoneidade moral dos seus responsáveis", assim como "de uma caução que garantisse a sua sustentabilidade financeira"; "autorizava o impedimento da entrada e venda, em Portugal, de quaisquer revistas e jornais estrangeiros considerados contrários às orientações oficiais do Estado Novo"; "conferia poderes especiais e ilimitados ao governo para aplicar sanções aos jornais (...), sem intervenção de qualquer instância judicial"; "condicionava o número de páginas de cada jornal diário, fixando o limite máximo de 70 páginas semanais, e pormenorizava a forma como as matérias, os títulos ou as imagens poderiam e deveriam aparecer impressos"; "impedia a publicação de anúncios de organismos oficiais em títulos considerados desafetos [sic] ao regime, (...) e simetricamente, "um sistema de subsidiamento pelo Estado da imprensa simpatizante do regime""; "ampliava os poderes e os meios (materiais e humanos à disposição da rede nacional de censura para vigiar o cumprimento destas disposições" (SARDICA, 2007: 211-212).

Quando se iniciou efetivamente o conflito bélico "pode assim dizer-se que Salazar já blindara o Estado Novo para o embate que aí vinha", garantindo "a dominação total da imprensa e da opinião pública portuguesa para as colocar contra o republicanismo e a favor do nacionalismo franquista" (SARDICA, 2007: 212). No dia "24 de julho [sic], uma circular governamental lembrava às redações [sic] dos jornais que nada de favorável às forças republicanas deveria ser noticiado". Em setembro, como resposta à revolta dos marinheiros, ordenada por uma organização com ligações ao PCP, a censura prometia "'o completo aniquilamento" de todos os jornais onde se vislumbrasse "ação [sic] comunizante", ou qualquer outra "doutrina subversiva" que pudesse conduzir "à desagregação da sociedade"' (SARDICA, 2007: 213). No dia 21 do mesmo mês, "saía a instrução para silenciar todas as notícias relativas a movimentações diplomáticas e militares, sobretudo a chegada e circulação de material bélico alemão ou italiano a Portugal".

Foi assim que, em novembro de 1936, "na sequência da reorganização e alargamento dos serviços de censura estabelecidos na lei de maio [sic]", entra em vigor um novo regulamento-geral da censura: para além do "simples âmbito do jornal e da revista, o cerco e o corte do lápis azul estendiam-se a todas as ilustrações e livros, telegramas e até telefonemas oriundos do estrangeiro, sobretudo de Espanha"; assim como "toda a matéria proveniente de agências noticiosas estabelecidas em Lisboa versando assuntos de "caráter [sic] político-social" era particularmente visada"; o âmbito da atuação dos censores nas redações foi igualmente alargado, "podia ir até "à intenção não expressa no escrito"" (SARDICA, 2007: 213).

Nesse sentido, também, "o Diretor [sic] dos Serviços de Censura, Major Álvaro Salvação Barreto, enviou diversas recomendações às redações [sic] e às delegações de censura instaladas no país", com ordens para se cortarem "todos os textos que pudessem de alguma forma indiciar um bom comportamento por parte das forças republicanas" (RIBEIRO, 2007: 174). É igualmente importante salientar, que "a censura era mais severa para com os títulos de maior tiragem". Toda esta ação no âmbito da política de informação ditou que a imprensa portuguesa publicasse "notícias parciais que influenciavam a opinião pública contra as forças republicanas".

Realmente, "O comprometimento dos *media* portugueses com as forças franquistas foi reconhecido praticamente desde o início da insurreição" (RIBEIRO, 2007: 175). O General Cabanellas, presidente da Junta de Burgos, enviou inclusive uma carta a Salazar, na qual "agradeceu todo o apoio que estava a receber por parte de Portugal", uma "atitude espontânea, nobre e generosa com que esse país, essa imprensa e essas estações de rádio compreendem e aliviam o seu carinhoso apoio aos momentos tão duros que atualmente [sic] vivemos e sofremos com o nascer de uma nova Espanha" (ABREU *apud* RIBEIRO, 2007: 175).

Na década de 1930, em Portugal, "a rádio portuguesa encontrava-se ainda numa fase embrionária e experimental, na tentativa de alguns que, com recurso a processos pioneiros procuravam pôr no ar as primeiras emissões TSF" (ABREU, 2007: 123). Esses projetos estavam limitados a Lisboa e Porto, e a "exiguidade de meios e conhecimentos técnicos não conferiram um caráter [sic] de regularidade às emissões". Por isso, quando se deu o pronunciamento militar, em 1936, só existiam duas estações "com dimensão nacional e de caráter [sic] profissional (...): a Emissora Nacional e o Rádio Clube Português" (RIBEIRO, 2007: 171). A Emissora Nacional era, efetivamente, a estação oficial, no entanto, o seu apoio aos rebeldes foi "bastante mais discreto, mercê da pressão diplomática britânica para que

Portugal mantivesse uma posição de neutralidade no conflito" (RIBEIRO, 2007: 175). Foi dessa forma que "coube ao RCP assumir-se como a voz oficial das forças franquistas em Portugal", sendo "a estação de radiodifusão portuguesa que mais propaganda franquista veiculou, incentivando as forças da Falange e fornecendo informações de extrema importância para o desenrolar das operações bélicas".

Com sede "na Costa do Sol, Parede "lugar de exílio" da maior parte dos refugiados políticos espanhóis", o Rádio Clube Português "rapidamente e com o deflagrar do conflito em Espanha, (...), a sua sede se transformou no centro da resistência ao governo de Madrid", originando a "confluência de centenas de exilados para obtenção de notícias ou transmissão de mensagens para os revoltosos" (ABREU, 2007: 127).

A sublevação militar, pode ter apanhado "de surpresa parte da comunidade internacional", no entanto, "é óbvio que o Governo português tinha dela conhecimento, consideradas as diversas reuniões preparatórias da conjura realizadas no nosso país, com a devida cobertura das autoridades portuguesas" (ABREU, 2007: 127). Em 1936 realizou-se, em maio, "no Estoril, (...) um encontro entre os generais nacionalistas espanhóis [sic] Cavalcanti e Fernández Pérêz, autoridades portuguesas, o ministro alemão Hans Herman Volkers, e o ministro italiano Pedrazzi", no qual foi "concertado um plano de atuação [sic] com o objetivo [sic] de implantarem o fascismo em Espanha" (ABREU, 2007: 128).

O Rádio Clube Português tinha uma "estreita relação com o regime", o que não foi impedimento para "assumir, desde cedo, o seu apoio incondicional às forças nacionalistas espanholas", tentou, inclusive, incutir "a ideia de que as forças franquistas lutavam pelos mesmos ideais do Estado Novo, condenando e combatendo o comunismo e defendendo o regresso aos valores esquecidos do catolicismo" (RIBEIRO, 2007: 176). Em que consistiu esse apoio? As transmissões do RCP relativas à guerra no país vizinho tiveram início no próprio dia em que o golpe militar teve lugar, relatando apenas os acontecimentos sem tomar partido, no entanto, depressa enveredaram por outro caminho. Durante o conflito, variavam entre "música de exaltação ao fascismo" a ""notícias" de incentivo às forças franquistas", radiodifundindo também "emissões de propaganda em língua espanhola", assim "como informações de carácter [sic] militar que se revelaram decisivas no desenrolar dos primeiros meses do conflito, dado que a maioria das estações espanholas se encontra em poder da Frente Popular". Enquanto veículo de propaganda, "o RCP possuía uma boa capacidade de penetração em grande parte da Extremadura, da Andaluzia e das duas Castelas", sendo dessa forma, bastante eficaz.

Foi durante a Guerra Civil de Espanha "que o RCP deu início a um género inovador em Portugal: a reportagem radiofónica", instalando "pontos de escuta para cada um dos emissores espanhóis, de forma a captar as principais notícias das diversas estações, o que complementava as informações que eram recebidas diretamente [sic] das zonas de combate" (RIBEIRO, 2007: 177). Quanto a estas últimas, o Capitão Botelho Moniz, que se encontrava à frente da estação, foi combater do lado da facção rebelde, como voluntário, enviando informações da frente de batalha.

O ditador português "apesar de toda a pressão britânica para que se mantivesse neutral, não escondia o seu apreço pela luta que se travava em Espanha contra um regime cujo fim via com agrado" (RIBEIRO, 2007: 178). Foi por isso "que Jorge Botelho Moniz considerou que o RCP, ao defender a sublevação do General Franco, estava, acima de tudo, a lutar pelos interesses de Portugal". Ao consolidar "a obra radiofónica, Botelho Moniz cavalgou o discurso nacionalista e patriótico, participando em comícios anticomunistas no verão [sic] de 1936", em Lisboa e no Porto, "apoando a construção da Legião Portuguesa e criando o corpo de voluntários "Viriatos" que combateram militarmente pela causa de Franco" (SANTOS, 2003: 64).

O RCP "acolheu inclusivamente dois locutores, recrutados entre os exilados, que ficaram conhecidos pelo seu desempenho aos microfones, relatando o evoluir do conflito" (RIBEIRO, 2007: 179). Dos dois, destacou-se "Marisabel de La Torre de Colomina, que mereceu honras de primeira página numa das edições de setembro [sic] de 1936 de *Rádio Semanal*", por seu lado "Santiago Tarodo Fortes, leu também inúmeras mensagens dirigidas às tropas nacionalistas". Esta prática tinha duas vantagens, para já "comunicavam em espanhol - solucionando possíveis dificuldades de compreensão" e "estabeleciam uma maior relação com os ouvintes espanhóis, evitando a vulgarização da ideia de que [sic] eram estrangeiros aqueles que se manifestavam contra a II República". De facto, "o recrutamento de locutores originários dos países destinatários das emissões foi uma prática que se veio a vulgarizar durante a II Guerra Mundial, tendo sido adotada [sic] tanto pela Alemanha como pelos Aliados".

Os estúdios do RCP, no decorrer da guerra, "eram frequentemente visitados por espanhóis que se haviam exilado em Portugal durante os anos em que os republicanos haviam estado no poder", assim como "os membros da Representação da Junta de Burgos em Lisboa, nomeadamente Mariano Amoedo, Marquês de Quintanar, Suárez Infesta, Conde de Peña Castillo, Marquez de Contadero e Gil Robles" (RIBEIRO, 2007: 180).

É importante destacar "o valor da radiofonia como instrumento de contra propaganda", papel que o RCP igualmente desempenhou, sendo comum "desmentir notícias veiculadas pelas estações na posse dos republicanos, nomeadamente a Rádio Madrid, a Rádio Barcelona e a Rádio Valência" (RIBEIRO, 2007: 181). Estas estações "por sua vez, desmentiam muita da informação difundida pelas emissoras ao serviço da Falange". É a chamada "guerra das ondas", denunciando efetivamente o papel decisivo da radiofusão no decorrer do próprio conflito, um fenómeno sem quaisquer precedentes até à data.

Tal como na imprensa, "A linguagem utilizada para caracterizar as duas forças em combate era totalmente distinta", se "os republicanos eram considerados bárbaros que destruíram tudo e todos os que a eles se opunham", por seu lado "os franquistas eram normalmente caracterizados como possuindo uma forte componente humana, que os levava a lutar pela pacificação da Espanha, sendo considerados verdadeiros "patriotas e salvadores"" (RIBEIRO, 2007: 183).

O RCP ainda se destacou "na organização de campanhas de recolha de donativos destinados às populações cujos territórios se encontravam sob controlo das forças franquistas", conseguindo angariar "grande quantidade de víveres, medicamentos e peças de vestuário", que seriam "posteriormente encaminhados para Espanha através de "comboios humanitários" de viaturas, igualmente organizados por aquela estação emissora" (RIBEIRO, 2007: 183).

No dia "10 de janeiro [sic] de 1937 as instalações do Rádio Clube Português foram abaladas pela explosão de uma bomba relógio que destruiu parte do edifício, levando à interrupção das emissões por vinte e quatro horas", sendo este o resultado "de uma ação [sic] de apoio, ainda que indireto [sic], às forças republicanas" (RIBEIRO, 2007: 184). Botelho Moniz "temia que a estação sofresse represálias pelo seu envolvimento no conflito", tendo "pouco depois da sublevação em Marrocos" pedido "que as instalações da emissora fossem vigiadas por um destacamento da Guarda Nacional Republicana que passou a controlar os acessos aos estúdios" (RIBEIRO, 2007: 184-185).

No pós-guerra, o Capitão Botelho Moniz foi condecorado em Salamanca pelo apoio prestado a Franco, no entanto, "o governo salazarista face à conjuntura internacional iria proceder ao "branqueamento" da intervenção armada portuguesa no conflito espanhol protagonizada pelos Viriatos", de tal forma, que os fez "regressar discreta e silenciosamente a Portugal" (ABREU, 2007: 129). "Sem desfiles, paradas, comités de receção [sic] ou homenagens aos "heróis". Sem "honra, nem glória"."

Como foi dito, o papel desempenhado pela Emissora Nacional no âmbito da Guerra Civil de Espanha foi mais discreto, assumindo "uma postura mais neutra do ponto de vista informativo", mas "servindo, em simultâneo, como um meio de veiculação da ideologia anticomunista [sic] defendida pelo Estado Novo", sendo a sua missão defender "o ideário salazarista, nomeadamente os valores cristãos de que o regime se dizia defensor" e também "denunciar o perigo que a ideologia comunista representava para Portugal" (RIBEIRO, 2007: 185). Foi assim que, após a sublevação militar, "a emissão oficial sofreu algumas alterações", tendo "a partir de outubro [sic] de 1936" prolongado "os seus espaços informativos, criando um noticiário de vinte minutos às 12h30 e outro de quinze às 22h30", e em "1937, a estação inaugurou um noticiário dedicado especificamente ao avanço do conflito espanhol". Perante o avanço dos rebeldes no terreno espanhol, "as notícias dedicadas a Espanha iam assumindo um maior peso na programação da Emissora", de tal forma, que em 1939 "os conteúdos noticiosos" relativos à Guerra Civil de Espanha "tivessem ocupado 17% da programação, enquanto nos anos anteriores e nos que se seguiram essa percentagem ficou sempre abaixo dos 10%" (RIBEIRO, 2007: 186).

Relativamente ao teor das notícias, estas "eram por norma redigidas de forma a que ficasse perceptível [sic] a importância da vitória das forças falangistas, dado considerar-se que tal iria afastar o perigo comunista da Península Ibérica", no entanto, "a estação oficial chegou a eliminar informações sobre o avanço dos revoltosos, o que permitia ao Estado português manter a sua aparente neutralidade" (RIBEIRO, 2007: 186).

A Emissora Nacional não se limitou apenas a transmitir os noticiários, "após o bloco informativo das 19h50, passou a ser emitida uma marcha militar a que se seguia a "Crónica Militar" da autoria do Tenente Pavia de Magalhães", nas quais "tentava preservar alguma imparcialidade" (RIBEIRO, 2007: 187). Em 1937, estas palestras passaram a estar a cargo do "Capitão Alexandre de Moraes, enviado da Emissora Nacional e do *Diário da Manhã* a Espanha, que se posicionou como um defensor da política de não-intervenção que, teoricamente, o Estado Novo havia adotado [sic]". As crónicas militares "utilizavam uma linguagem sóbria, ainda que fosse perceptível para os ouvintes que o Estado Novo estava ideologicamente comprometido com as forças da Falange", posição claramente assumida "na rubrica "Crónica dos acontecimentos internacionais"", "cuja transmissão teve início no segundo semestre de 1937".

Na "Crónica dos acontecimentos internacionais", os republicanos eram constantemente chamados "vermelhos", e "fortemente criticados (...) pelo facto de se socorrerem de apoios estrangeiros, nomeadamente da Rússia", sendo desta forma a II

República considerada "como um perigo para Portugal" (RIBEIRO, 2007: 188). Em 1938, o SPN convidou o humorista espanhol Wenceslau Fernandez Flores para falar na estação sobre "'O Terror Vermelho'" (RIBEIRO, 2007: 189); eram igualmente transmitidas "palestras anticomunistas"; a Emissora Nacional transmitiu a partir dos comícios anticomunistas realizados em 1936, em Lisboa e no Porto.

Quanto aos "serviços noticiosos de onda curta emitidos para Espanha, a Emissora Nacional socorria-se dos textos da agência Havas e das notícias publicadas na imprensa, sobretudo no *Diário da Manhã*", assim como "informações obtidas através dos postos de escuta de algumas estações espanholas" (RIBEIRO, 2007: 191). A leitura destas notícias estava a cargo da "cidadã espanhola Tomázia Margarida Cambon, arquivista dos Serviços de Música da estação oficial".

A Emissora Nacional, perante a vitória dos rebeldes, "não se inibiu de manifestar o seu apreço para com o novo poder instituído em Madrid" (RIBEIRO, 2007: 191), transmitindo o discurso de Salazar proferido a 22 de maio de 1939 a partir da Assembleia Nacional, no qual exultava "o papel desempenhado por Portugal no apoio às forças do General Franco". Outros discursos semelhantes foram emitidos "em diversos espaços de programação da Emissora Nacional, nos quais era reclamado[sic] para Portugal um importante papel na conquista do poder por parte do General Franco" (RIBEIRO, 2007: 192). Assim, a Emissora Nacional acabou "por assumir publicamente a dupla posição que manteve durante o conflito, não escondendo o seu apoio às forças franquistas", cumprindo ao mesmo tempo o seu dever enquanto "face visível da política de não-intervenção que Salazar a muito custo acabou por aceitar em sequência das fortes pressões britânicas".

Conclusão

No início deste trabalho estabelecemos três grandes linhas de orientação sobre as quais iríamos incidir. Na primeira parte foram exploradas então as noções e conceitos teóricos necessários ao tema propriamente dito, localizando dessa forma a essência da dissertação e da área de estudos em que se insere, consolidando e sintetizando, e, em certos casos, aprofundando, os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares integrantes do Mestrado em Comunicação e Jornalismo. Ficou claramente estabelecida a importância dos estudos relativos ao campo do jornalismo, assim como a evolução da *communication research* ao longo do tempo, sendo que atualmente é aceite uma abordagem multidisciplinar, sendo compreensível por isso a existência de estudos tão dispares quanto contraditórios. Nos nossos dias existem novos desafios no campo das Ciências da Comunicação, devido sobretudo ao aparecimento e consolidação das novas tecnologias.

Passámos, então, para um conceito tão essencial como o é a narrativa, a qual é indissociável da própria humanidade, e que se apresenta nos mais variados contextos, e distinguimos as narrativas jornalísticas das outras, identificando as suas características fulcrais.

Percorremos, também, os caminhos da profissionalização do jornalismo e as suas origens, nomeadamente, analisámos a questão em Portugal, incidindo na formação. Existe portanto uma clara perceção de diferentes realidades a nível da profissionalização do Jornalismo, que eventualmente ditaram o aparecimento de "regras" distintas. Portugal não é exceção, principalmente o período do Estado Novo atrasou definitivamente a imposição do Jornalismo enquanto profissão, travando a formação dos jornalistas, e por outro lado, ainda mais importante, a natureza do regime limitou o próprio exercício da profissão, principalmente através do exercício da censura.

Iniciámos, de seguida, a nossa análise sobre as Teorias da Comunicação, com início nos meados do século XIX, altura em que surge o jornalismo informativo, revendo importantes teorias, desde a primeira de todas, a teoria do espelho, à *bullet theory*, passando pelo modelo de Lasswell, teoria do agenda-setting, entre outras, até ao *newsmaking* e aos critérios de noticiabilidade. É importante reter que o Jornalismo evoluiu a par com a própria sociedade, a qual serve. Claro está que, de acordo com a época histórica, diverge a teoria então vigente.

Confessamos que, numa fase inicial, o estudo em causa teve objetivos muito mais pretensivos, que devido, por um lado à escassa bibliografia, e por outro, dado a natureza deste trabalho ser de facto uma dissertação de mestrado, o que implica limitações tanto a nível de espaço, como de tempo, foram postas de lado. Dessa forma, o sentimento ao terminar o mesmo, é de que este não está concluído, visto tratar-se de uma mera introdução ao tema em questão. No entanto, tal como Iva Delgado (1980: 13) constata na Introdução à sua obra *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, em 1980 "Na quase inesgotável bibliografia sobre a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) são poucos os estudos que enfocam as relações luso-espanholas", acrescentando que "Em Portugal, além das reportagens da época, dos comentários ou livros de recordações dos jornalistas enviados especiais e da compilação dos documentos diplomáticos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pouco mais material publicado se pode encontrar", para o efeito, trinta e quatro anos depois, apesar de realmente se verificar o aparecimento de novas obras relativas à Guerra Civil de Espanha, num caso tão específico como o do Jornalismo, e sobretudo relativamente aos Correspondentes presentes na Guerra Civil de Espanha, e ainda mais concretamente, no caso dos meios de comunicação portugueses, ainda são poucos os estudos que se encontram. Talvez por esse prisma, esta dissertação tenha conseguido atingir o seu fim, fornecendo uma síntese e ordenação da temática, sendo uma porta para outras investigações.

A vitória de Franco e a conseqüente instauração de um regime de natureza totalitária em Espanha, assim como o exílio dos republicanos, facilitou a escrita e a oficialização de uma história una dos acontecimentos do conflito armado, que contemplava apenas a visão do regime. Ao contrário do que seria de esperar, a memória da guerra e da repressão que a sucedeu foi alimentada pelo regime de Franco, com o objetivo de perpetuar o chamado *pacto de sangue*, garantindo a lealdade dos seus apoiantes.

Durante décadas ficou por contar a versão dos republicanos. Esse vazio foi preenchido pela historiografia estrangeira, que no entanto, deixou de fora os argumentos espanhóis que levaram ao deflagrar da guerra. Apesar de tudo, existem publicações da autoria de exilados, mas devido à falta dos documentos, que se encontravam sob o controlo do governo de Franco, muitos estudos não foram concretizáveis.

Após o fim do regime, os ódios de guerra mantinham-se vivos, e por isso, o povo espanhol optou pela renúncia formal à vingança, o chamado *pacto de esquecimento*, o que resultou numa amnistia política. Existe de facto um documento, com data de 14 de outubro de 1977, relativo à amnistia. Dessa forma, os governos que se seguiram também foram particularmente cuidadosos com a memória da guerra, tanto no patrocínio de comemorações,

como de investigação. Um dos exemplos mais significativos é o do 50º aniversário do início da Guerra Civil de Espanha, em 1986, uma data importante que ficou assinalada pelo silêncio.

Apesar de tudo isto, surpreendentemente, a memória da guerra persistiu. Aliás, encontra-se mais viva que nunca. É de considerar que, foi apenas na última década que muitas famílias de republicanos procederam ao enterro e luto dos seus familiares caídos na Guerra Civil de Espanha, visto que tal não foi permitido durante o regime. Claro está que, do lado dos vencedores esse processo tinha sido levado a cabo há mais de 70 anos.

O pacto de esquecimento não foi estendido aos historiadores, que desenvolveram as suas investigações apesar do mesmo. Eventualmente apareceu um movimento popular a favor da recuperação dos acontecimentos da guerra civil e da ditadura a nível local, dando lugar ao aparecimento de várias organizações e associações com o objetivo de levarem a cabo o processo de recuperação da memória histórica. É nesse âmbito que se iniciaram escavações de valas comuns e se procedeu ao registo dos testemunhos dos sobreviventes da guerra. A par com este fenómeno foi ratificada uma lei, designada a *Ley de Memoria Histórica de España*. Em certas regiões criaram-se as rotas de memória, que identificam os locais onde foram cometidos tanto atos repressivos, como de resistência. Surgiram também debates históricos relativos à Guerra Civil Espanhola. Tudo isto impulsionou a investigação científica sobre o conflito, culminando com a publicação de imensas obras de cariz histórico.

Em parte, essa persistência da memória da Guerra Civil de Espanha, deve-se também aos *media*, principalmente os espanhóis, que continuam a tratar a temática e dessa forma a transformaram num elemento constante da cultura contemporânea. Para além disso, os jornais publicam periodicamente as notícias relativas às exumações.

Numa primeira instância, concluímos que no início do conflito, do lado republicano, quando ainda não estava declarado o estado de guerra, os jornalistas tiveram total liberdade, no entanto, mais tarde a sua atividade também iria ser restringida. Do lado dos rebeldes, logo após o deflagrar do confronto, o controlo foi bastante apertado. Os países que apoiavam abertamente uma das facções não tinham jornalistas do outro lado, enquanto os outros países tiveram correspondentes em ambas as frentes, apesar de o número de jornalistas do lado conservador ser mais reduzido. Na imprensa estrangeira as notícias relativas à Guerra Civil de Espanha ocuparam as primeiras páginas dos jornais, durante os primeiros doze meses do conflito, após 1937, perdeu o interesse em detrimento de outros assuntos, como a ofensiva de Hitler na Europa.

A propaganda foi de facto muito importante para ambas as facções. Foram criados organismos responsáveis tanto pela propaganda, como por questões relativas à imprensa,

encarregados das relações e do controlo dos correspondentes. O lado republicano, em certa altura, teve também um género de agência internacional de notícias, com delegação em Paris e Londres, que deslocava os seus jornalistas a Espanha. Por seu lado, os rebeldes criaram inclusive uma Lei de Imprensa, a qual definia a imprensa como um serviço público e por esse motivo estipulava que o estado podia intervir, tanto na gestão, como nos seus conteúdos. Em termos de regulação dos correspondentes estrangeiros, os rebeldes adotaram o sistema britânico utilizado durante a Primeira Guerra Mundial, quer isto dizer, que os jornalistas selecionados recebiam notas informativas das autoridades e só se podiam deslocar às zonas da frente quando acompanhados por um oficial designado. Quando foi desenvolvido um Serviço de Imprensa, o gabinete procurou identificar os jornalistas que publicaram na imprensa estrangeira artigos hostis aos franquistas, como resultado dessa investigação muitos correspondentes foram efetivamente expulsos de Espanha.

A importância da Guerra Civil Espanhola para o Estado Novo é de tal ordem, que "a guerra espanhola foi o acontecimento, ou conjuntura, que mais relevância e consequências teve, tanto ao nível da política interna como a nível da política externa" (SARDICA, 2007: 97), desde o início do regime até 1945.

Até à data, nenhum acontecimento tinha movimentado tantos jornalistas portugueses para fora do país, durante o conflito em Espanha atuaram mais de trinta correspondentes, assim como fotógrafos. O *Diário de Notícias* foi o jornal português que enviou mais correspondentes, onze jornalistas e dois fotógrafos. O *Século* enviou cinco pessoas. O *Diário de Lisboa* deslocou cinco jornalistas e dois fotógrafos. O *Diário da Manhã* e o *Comércio do Porto* tinham, ambos, dois enviados em Espanha. O *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*, tinham apenas um correspondente, cada, em território espanhol.

Os correspondentes portugueses permaneceram no território rebelde, o que quer dizer, que à partida existia logo um condicionamento geográfico, limitando a perspetiva da guerra. Para além do condicionamento geográfico, os jornalistas portugueses, antes de serem enviados para Espanha, eram alvo de um processo de seleção política - primeiro eram escolhidos pelas redações dos jornais, cabendo sempre a decisão final ao SPN, e ainda necessitavam de um salvo-conduto da Representação da Junta de Burgos em Lisboa - sendo necessário que os mesmos estivessem moldados à ideologia do Estado Novo. Existiram, no entanto, outros fatores que consolidaram a parcialidade da imprensa portuguesa: os apoiantes de Franco organizaram uma rede de transmissão de notícias, que ia desde a fronteira até Lisboa, e mantiveram-se atentos de forma a impedir que os republicanos tomassem uma iniciativa semelhante; a censura que durante a guerra se tornou mais rigorosa na sua

intervenção; as informações chegavam muitas vezes às redações de Lisboa diretamente através dos serviços de imprensa da Junta de Burgos.

Os jornalistas portugueses sabiam que faziam "parte da engrenagem de uma estratégia de propaganda, urdida pelo Estado Novo de Salazar para apoiar Franco" (PENA, 2003: 9). Para o Estado Novo, uma vitória de Franco era "o complemento ideológico perfeito para levar a cabo o seu projeto [sic] político autoritário em Portugal" (PENA, 2007: 15), evitando ao mesmo tempo "os perigosos contágios democráticos provenientes do país vizinho".

Concluímos que, apesar da cobertura da Guerra Civil de Espanha realizada pelos jornalistas portugueses ser claramente facciosa foi uma das mais completas em comparação com as dos outros correspondentes estrangeiros, visto que foram claramente beneficiados pelas autoridades franquistas, até mesmo pelas altas patentes e pelo próprio Generalíssimo, não só concederam inúmeras entrevistas aos jornalistas portugueses, como em certas ocasiões forneceram até documentos exclusivos, e os jornalistas tinham realmente uma grande liberdade de movimentos. Os correspondentes portugueses estiveram presentes nos momentos mais marcantes da guerra.

Foram também editadas obras sobre as experiências dos correspondentes portugueses em Espanha, algumas das quais foram inclusive publicadas além fronteiras.

O desempenho dos jornalistas portugueses em Espanha foi muito elogiado, inclusive pela própria imprensa portuguesa, e, por várias figuras ligadas ao Governo de Burgos, até pelo próprio Franco, assim como foram alvos de críticas severas pelos opositores do Estado Novo.

"A Guerra Civil de Espanha foi o primeiro acontecimento histórico a demonstrar o papel da rádio como instrumento de propaganda" (RIBEIRO, 2007: 169). No início do confronto os rebeldes tinham poucos postos emissores sob o seu controlo, dessa forma, a Rádio Sevilha e o Rádio Clube Português eram os dois principais meios de propaganda dos franquistas.

Na data da eclosão do conflito, só existiam duas emissoras em Portugal com "dimensão nacional e de carácter [sic] profissional (...): a Emissora Nacional e o Rádio Clube Português" (RIBEIRO, 2007: 171). Apesar de a Emissora Nacional ser a estação oficial, o seu apoio aos rebeldes foi menos evidente, pois existia pressão diplomática por parte da Grã-Bretanha para que Portugal se mantivesse neutro face à guerra em Espanha. A Emissora Nacional serviu "como um meio de veiculação da ideologia anticomunista [sic] defendida pelo Estado Novo", assumindo a missão de defender "o ideário salazarista", assim como "denunciar o perigo que a ideologia comunista representava para Portugal" (RIBEIRO, 2007:

185). O RCP, por seu turno, foi "a voz oficial das forças franquistas em Portugal", assumindo-se como "a estação de radiodifusão portuguesa que mais propaganda franquista veiculou, incentivando as forças da Falange e fornecendo informações de extrema importância para o desenrolar das operações bélicas" (RIBEIRO, 2007: 175).

Foi no âmbito da Guerra Civil de Espanha "que o RCP deu início a um género inovador em Portugal: a reportagem radiofónica" e instalou "pontos de escuta para cada um dos emissores espanhóis, de forma a captar as principais notícias das diversas estações" (RIBEIRO, 2007: 177). O RCP contratou também dois locutores que faziam parte do grupo de espanhóis exilados em Portugal, tendo esta prática duas vantagens: numa primeira instância a questão linguística, facilitando a compreensão por parte dos ouvintes de língua materna castelhana; ao serem nacionais espanhóis anulava-se a ideia de que eram estrangeiros aqueles que se manifestavam contra a II República. Esta prática de "recrutamento de locutores originários dos países destinatários das emissões" iniciada na Guerra Civil de Espanha iria mais tarde ser utilizada na Segunda Guerra Mundial, tanto pelos alemães, como pelos Aliados.

Durante a Guerra Civil de Espanha, a radiofonia também provou o seu valor como instrumento de contra propaganda, papel também desempenhado pelo RCP, desmentindo as notícias transmitidas pelas emissoras republicanas, e estas por sua vez desmentiam as informações das estações ao serviço da Falange. É exatamente a este fenómeno que se chama "guerra das ondas", algo sem precedentes até à data.

Em 1939, aquando da vitória dos rebeldes, a Emissora Nacional "não se inibiu de manifestar o seu apreço para com o novo poder instituído em Madrid", transmitiu o discurso de Salazar, no qual este exultava "o papel desempenhado por Portugal no apoio às forças do General Franco" (RIBEIRO, 2007:191), assim como outros discursos semelhantes. Dessa forma, assumindo "publicamente a dupla posição que manteve durante o conflito, não escondendo o apoio às forças franquistas", mas ao mesmo tempo cumprindo o seu dever enquanto "face visível da política de não-intervenção" (RIBEIRO, 2007: 192).

Concluimos que "Aferindo a importância da rádio e da imprensa escrita relativamente à Guerra Civil e aos acontecimentos ocorridos em território espanhol, constata-se que a ação do Rádio Clube Português e da Emissora Nacional foi bem mais relevante para a causa "nacionalista" do que a ação [sic] desenvolvida pelos jornais portugueses" (ABREU, 2007: 132).

"Considera a insignificante difusão da imprensa escrita portuguesa nas zonas fronteiriças de Espanha, esta funcionou como interface [sic] da ação [sic] falangista para o

exterior e na sensibilização da opinião pública portuguesa para a causa nacionalista, sem nunca influenciar a sorte das armas no teatro de guerra, ao contrário do RCP. As manifestações de gratidão pelo apoio português expressas pelos revoltosos, durante e depois do conflito, privilegiam sempre as estações de rádio, preferencialmente o Rádio Clube Português" (ABREU, 2007: 132)

Bibliografia

- ABREU, F. (2007). A rádio portuguesa e a guerra civil de Espanha. *In: ROSAS, F., org. Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Colibri, pp. 123-132
- AUGUSTO, J. (1936). *Jornal de um Correspondente da Guerra em Espanha (Crónicas de reportagem)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade
- BARBOSA, M. (2007). Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis [online]. *In: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia*, 31 de maio a 2 de junho de 2007, São Paulo. pp. 1-17. [Acedido em 12 de abril de 2013] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/5o-encontro2007-1/Meios%20de%20Comunicacao%20e%20Historia%20elos%20visiveis%20e%20invisiveis.pdf>
- BARROS, J. (2011). Memória e história: uma discussão conceitual. *Tempos Históricos* [online]. 15, pp. 317-343. [Acedido em 21 de setembro de 2013] Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/5710>
- BARTHES, R. (1966). Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications* [online]. 8, pp. 1-27. [Acedido em 8 de abril de 2014] Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1966_num_8_1_1113
- BAPTISTA, C. (2003). Os Outros do Jornalismo. *Media & Jornalismo* [online]. 3, pp. 103-111 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/n3-07-Carla-Baptista.pdf
- BEBIANO, R. (2003). Temas e problemas da história do presente. *In: ENCARNAÇÃO, J., org. A História Tal Qual se Faz* [online]. pp. 225-236 [Acedido em 17 de março de 2014] Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/hrecente.pdf>

BECKER, B., RESENDE, F. e TEXEIRA, T. (2010). Olhares Múltiplos, Diálogos Possíveis. *Brazilian Journalism Research* [online]. 6(2), pp. 3-6 [Acedido em 12 de abril de 2013] Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/12/12>

BEEVOR, A. (2005). *La Guerra Civil Española*. Barcelona: Crítica

BERGER, C. (2009). Jornalismo e Memória e Ditadura. In: *VI Congresso SOPCOM / 4º Congresso Ibérico - Jornalismo* [online]. 14 e 18 de abril de 2009, Lisboa, pp. 4291-4301. [Acedido a 29 de novembro de 2013] Disponível em: http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/395/390

BERGER, C. (2010). O Conhecimento do Jornalismo no Círculo Hermenêutico. *Brazilian Journalism Research*. 6(2), pp. 17-25 [Acedido a 29 de novembro de 2013] Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/14/14>

BIRD, E. e DARDENNE, R. (1999). «Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias». In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 263-277

BOAVENTURA, A. (1936). *O Milagre de Toledo. Il Miracolo di Toledo. El Milagro de Toledo. Das Wunder von Toledo*. Lisboa: Clássica

BOAVENTURA, A. (1937). *Madrid-Moscovo: da Ditadura à república e à Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira

CAMPONEZ, C. (2011). *Deontologia do Jornalismo*. Coimbra: Edições Almedina

CASANOVA, J. (2011). Solo en España hubo guerra civil. *El país* [online]. 17 julho, p. 1-7 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/07/17/domingo/1310874758_850215.html

CECILIA, C. (2007). La edad de oro de los corresponsales de guerra. *In*: LOURENÇO, J. e VIEIRA, I., org. *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 95-102

CERQUEIRA, J. (2004). *Arte e Literatura na Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Prefácio

CÉSAR, O. (1937). *A Guerra, aquele monstro... Dois meses nas Astúrias entre soldados galegos*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira

CHALABY, J. (2003). O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo* [online]. 3, pp. 29-50 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/n3-03-Jean-Chalaby.pdf

CORREIA, F. (1936). O general Franco expõe ao "Diário de Lisboa": os antecedentes, os motivos, a oportunidade e os fins da revolução. *Diário de Lisboa* [online], 10 de agosto de 1936, pp. 10-11 [Acedido em 28 de abril de 2014]. Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=05762.026.06222&numero_da_pagina=10

CORREIA, F. (1940). *Quem vem lá? Gente de paz! Gente de guerra...* Lisboa: Edição do Autor

COSTA JUNIOR, J. (1937). *A Espanha sob o Terror Vermelho*. Lisboa: Companhia Nacional Editora

DAUCHEZ, D. (2014). La Conmemoración del final de la Guerra Civil Española, la prensa y las flores desde el exilio. 02 de abril de 2014. *MusErMeku* [online]. [Acedido em 23 de julho de 2014]. Disponível em: <http://musermeku.hypotheses.org/1080>

DELGADO, I. (1980). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América

DIAS, A. (2011). Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. *Verso e Reverso* [online]. XXV(60), pp.172-182. [Acedido em 12 de abril de 2013]. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.04>

DINIZ, L. (2009). Espanha, 1936-39: a primeira guerra midiática. *Jornal de Debates* [online]. 17 março, pp. 1-7 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/espanha_193639_a_primeira_guerra_midiatica

ENNE, A. e TAVARES, C. (s.d.). *Novo Enfoque - Revista Eletrônica*. Prémio Castelo Branco [online]. Memória, Identidade e Discurso Midiático: uma revisão bibliográfica [Acedido em 29 de novembro de 2013]. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/01/memoria2.doc>

FORREST, A. (2000). *The Spanish Civil War* [Adobe eReader Format]. London: Routledge.

GELLHORN, M. (2006). *A Face da Guerra*. Lisboa: Dom Quixote

GODINHO, J. (2009). *As Origens da Reportagem - Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte

GRAHAM, H. (2006). *Breve História da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Tinta da China

GRIMAL, P. (1999). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Algés: Difel.

HALL, S. *et al.* (1999). A produção social de notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 224-248

HESÍODO (2005). *Teogonia Trabalhos e Dias*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

IGLESIAS, G. (1997). *La propaganda en las guerras del siglo XX*. Madrid: Arco Libros

LAGE, L. (2013). Jornalismo e o dever de memória [online] *In: GT de Historiografia da Mídia. 9º Encontro Nacional de História da Mídia*, 30 de maio a 1 de junho de 2013, Ouro Preto. pp. 1-13. [Acedido em 29 de novembro de 2013] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/9o-encontro2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/jornalismo-e-o-dever-de-memoria>

LANÇA, I. (2005). A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6, pp. 85-94. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias

LASSWELL, H. (2009). A estrutura e a função da comunicação na sociedade. *In: ESTEVES, J., org. Comunicação e Sociedade*, 2ª ed. Lisboa: Horizonte, pp. 51-62

LOPES, N. (1936). Última vista de olhos sobre a revolução espanhola. *Diário de Lisboa* [online], 3 de agosto de 1936, pp. 10-11 [Acedido em 29 de abril de 2014]. Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=05762.026.06215&numero_da_pagina=4

LOPES, P. (2010). Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica [online]. [Acedido em 6 de janeiro de 2014] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-linguagem.pdf>

MARQUES, J. e SILVA, R. (2013). Correspondentes de Guerra Portugueses na Guerra Civil de Espanha. 19/10. *Viriatos Militaria* [online]. [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: <http://viriatosmilitaria.blogspot.pt/2013/10/correspondentes-de-guerra-portugueses.html>

MARTÍN, C. (s.d.). La guerra en la prensa extranjera: los corresponsales en la Guerra Civil Española. *La Guerra Civil en el aula* [online]. pp. 210-297 [Acedido em 10 de abril de 2014]. Disponível em: http://www.laguerracivilenelaula.paramnesia.es/LAGUERRACIVILENELAULA/LA_GUERRA_CIVIL_files/prensaextranjera.pdf

MARTINUZZO, J. (s.d.) Mídia e memória - Estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo escrevem a história da Comunicação capixaba. *Projecto Comunicação Capixaba - CoCa* [online]. [Acedido em 28 de novembro de 2013]. Disponível em: <http://www.locutor.info/Biblioteca/Midia%20e%20Memoria%20-%20Jose%20Antonio%20Martinuzzo.doc>

MEIHY, J. (1995). Guerra Civil Espanhola: um "entreguerras". *Olho da História* [online]. 1, pp. 1-7. [Acedido em 24 de março de 2014] Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01guerra.html>

MIRANDA, J. (2005). O acontecimento como invenção necessária da história. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6, pp. 113-121. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias

MOLOTCH, H. e LESTER, M. (1999). As Notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico e acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 34-51

NEVES, M. (1985). *A Chacina de Badajoz: relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha (agosto de 1936)*. Lisboa: O Jornal

NUNES, L. (1936). *A Guerra em Espanha: dois meses de reportagem nas frentes da Andaluzia e da Extremadura*. Lisboa: Soc. Tipográfica

NUNES, L. (1937). *Madrid Trágica: dos primeiros tiros à derrocada final*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia

NUNES, L. (1938). *Um drama na legião: novela de amor e de aventuras no tércio espanhol*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia

OLIVEIRA, T. e RÊGO, A. (2013). O jornalismo piauiense como instrumento de memória e história. In: GT de Historiografia da Mídia Impressa. *9º Encontro Nacional de História da Mídia*, 30 de maio a 1 de junho de 2013, Ouro Preto. pp. 1-12 [Acedido em 29 de novembro

de 2013] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/9o-encontro2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/o-jornalismo-piauiense-como-instrumento-de-memoria-e-historia>

ORWELL, G. (2010). *Livros & Cigarros*. Lisboa: Antígona

PAIVA, R. e SODRÉ, M. (2005). Sobre o facto e o acontecimento. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6, pp. 95-100. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias

PALACIOS, M. (2009). Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História [online] *In: Ier. Congreso de Ciberperiodismo y Web 2.0*, 11 a 13 de novembro de 2009, Bilbao. pp. 1-14. [Acedido a 29 de novembro de 2013] Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38274/41083>

PAYNE, S. (2007). La Quiebra de la Segunda República. *In: ROSAS, F., org. Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 107-121.

PEREIRA, F. (2004). Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão [online]. [Acedido em 10 de março de 2014] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>

PÉREZ, R. (1940). *Franco*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira

PIRES, M. (1936). *A Espanha em guerra: importantes e completas informações históricas, geográficas, económicas, administrativas, demográficas e militares sobre a nação vizinha, para uso dos que acompanham, interessadamente, o desenrolar da guerra civil (com várias gravuras)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade

PIZARROSO, A. (1994). Evolução Histórica da Imprensa em Espanha. *In: PIZARROSO, A., org. História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora pp. 274-350

POLLAK, M. (1989). Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos* [online]. 2(3), p. 3-15. [Acedido em 29 de novembro de 2013]. Disponível em: www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/-Memoria_esquecimento_silencio.pdf

PRESTON, P. (2007). A Guerra Civil Setenta Anos Depois. In: LOURENÇO, J. e VIEIRA, I., org. *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 11- 22

PRESTON, P. (2011). *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições 70

PRESTON, P. (2013). *El holocausto español*. Barcelona: Debolsillo

PORTELA, A. (1937). *Nas Trincheiras de Espanha*. Lisboa: Parecia António Maria Pereira

QUERÉ, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento *Trajectos*, *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6, pp. 59-75. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias

REBELO, J. (2006). Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. *Revista Científica de Información y Comunicación* [online]. 3, pp. 17-27. [Acedido em 29 de novembro de 2013] Disponível em: <http://ipena44.files.wordpress.com/2013/02/1265038346-2rebelo.pdf>

REIS, C. e LOPES, A. (2007). *Dicionário de Narratologia*. 7ª ed. Coimbra: Edições Almedina

RESENDE, F. (2009). O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia* [online]. 8, pp. 31-43. [Acedido em 3 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629>

RIAS, A. (2007). A Cruzada Nacional contra a Revolução. In: LOURENÇO, J. e VIEIRA, I., org. *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 35-50

RIBEIRO, N. (2007). A Rádio Portuguesa na Guerra Civil de Espanha. In: LOURENÇO, J. e VIEIRA, I., org. *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 169-195

ROCHA, H. (2011). A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. 8(1), pp. 20-35. [Acedido em 9 de agosto de 2013]. Disponível em: <http://jornalismocontemporaneo.files.wordpress.com/2012/11/estudos-em-jornalismo-e-micc81dia.pdf>

RODRIGUES, A. (1999). O acontecimento. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 27-33

RODRIGUES, U. (1937). *Jornadas de uma côrte marroquina: diário da viagem de sua Alteza Imperial o Califa de Tetuão pelo Riff e região oriental, procedido de uma entrevista com o Emir e seguido de várias notas*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade

ROSAS, F., org. (2007). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri

SANTOS, E. (1938). *A rota da guerra do norte de Espanha*. Porto: Civilização

SANTOS, J. (2005). Da perca do mundo à sociedade dos (mega) acontecimentos. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6, pp. 77-83. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias

SANTOS, R. (2003). Rádio Clube Português - Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936). *Media & Jornalismo* [online]. 3, pp. 51-66 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/n3-04-Rogério-Santos.pdf

SANTOS, R. (2006). *Jornalistas e Fontes de Informação*. Coimbra: Edições Minerva

SARDICA, J. (2007). Salazar e a imprensa portuguesa na Guerra Civil de Espanha In: LOURENÇO, J. e VIEIRA, I., org. *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 197-225

SIMÕES, M. (2009). Movimentos públicos e memórias privadas: silêncios e discursos da Guerra Civil Espanhola. *Cadernos CERU* [online]. série 2, 20(1), pp. 85-111 [Acedido em 09

de abril de 2014] Disponível em:
<http://run.unl.pt/bitstream/10362/10608/1/MOVIMENTOS%20P%C3%A9BLICOS%20E%20MEM%C3%93RIAS%20PRIVADAS.pdf>

SOBREIRA, R. (2003). O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo* [online]. 3, pp. 67-87 [Acedido em 17 de março de 2014]. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/n3-05-Rosa-Sobreira.pdf

SODRÉ, M. (2009). *A narração do fato*. Petrópolis: Editora Vozes.

SODRÉ, M. (2010). Jornalismo como campo de pesquisa. *Brazilian Journalism Research* [online]. 6(2), pp. 7-16 [Acedido em 2 de novembro de 2013] Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/13/13>

TRAQUINA, N. (1999). As notícias. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 167-176

TRAQUINA, N. (2007). *Jornalismo*, 2ª ed. Lisboa: Quimera

TUCHMAN, G. (1999). Contando «estórias». In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 258-262

TUCHMAN, G. (2009). As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J., org. *Comunicação e Sociedade*, 2ª ed. Lisboa: Horizonte, pp. 93-106.

VIEIRA, T. (1937). *Espanha: Prólogo da Guerra Futura*. Porto: Livraria Civilização

WEBER, M. (2000). *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas

WHITE, D. (1999). O *gatekeeper*: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 142-151

WIKIPEDIA (2013). *Robert Capa* [online]. [Acedido em 25 de julho de 2014]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Capa

WIKIPEDIA (2014). *Ley de Memoria Histórica de España* [online]. [Acedido em 22 de julho de 2014]. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Memoria_Hist%C3%B3rica_de_Espa%C3%B1a

WOLF, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. Barcarena: Editorial Presença.